

PLANO SETORIAL DE APOIO PSICOSSOCIAL À POPULAÇÃO

LUIS MIGUEL GIL MESTRE

Provas destinadas à obtenção do grau de Mestre em Riscos e Proteção
Civil

Outubro de 2019

VERSÃO FINAL

ISEC LISBOA | INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS
Escola de Tecnologias e Engenharia

PLANO SETORIAL DE APOIO PSICOSSOCIAL À POPULAÇÃO

Autor: LUIS MIGUEL GIL MESTRE

Orientador: Professor Doutor Rui Ângelo

Outubro de 2019

AGRADECIMENTOS

Nesta derradeira fase da elaboração do trabalho final de Mestrado, não posso deixar de agradecer a todos os colegas de curso, mas em especial ao Paulo Silva e ao Márcio Regino pelo contributo imprescindível que ambos prestaram à realização do mesmo.

Ao Richard Marques pelo apoio incondicional que demonstrou, apoiando-se em todo o seu saber, para que este trabalho possa de futuro servir de referência ao município de Portimão.

Foram tempos difíceis e nem sempre tive nem o tempo disponível nem a paciência para fazer tudo aquilo que me competia fazer, para dar a atenção que tinha de dar a quem por vezes precisa da minha atenção.

Quero assim dar um agradecimento muito especial à minha esposa Vera Calado e aos meus filhos Filipa Mestre e Tiago Mestre pelos tempos em que, quer pela realização do trabalho quer pela vida profissional, ficaram privados da minha companhia.

Agradecer à Cláudia Xavier por sempre me ter incentivado a não desistir e mostrar-se disponível em colaborar com a partilha de informações, para a execução.

Ao Professor Doutor Rui Ângelo, pela paciência de ser o meu tutor e que desde a primeira hora apoiou a ideia de encontrar as ferramentas necessárias à construção de um plano setorial de apoio psicossocial às populações.

Obrigado

A mais profunda raiz do fracasso em nossas vidas é pensar, 'Como sou inútil e fraco'. É essencial pensar poderosa e firmemente, 'Eu consigo', sem ostentação ou preocupação.

Dalai Lama

RESUMO

A avaliação em pormenor do plano municipal de emergência de proteção civil de Portimão, permitiu perceber a organização ao nível do socorro à população em caso de acidente grave ou catástrofe, em todas as suas vertentes, verificando-se que o mesmo não contempla um planeamento detalhado e organizado relativamente ao apoio psicossocial às populações.

A pesquisa bibliográfica incidiu neste tema, possibilitando obter informação sobre a forma como funcionam nos outros países as zonas de concentração e apoio à população (ZCAP).

A criação de um Plano setorial de apoio à população, obedece a um conhecimento profundo da população onde ele será aplicado em caso de necessidade, levando em conta não só a sua dimensão, mas também as suas características, assim como uma referência adequada dos locais onde podem ser instaladas ZCAP. Para o efeito foram construídas listas de verificação que permitem definir qual o melhor local e qual a melhor infraestrutura onde implementar uma ZCAP, sendo para o efeito considerado o risco existente a cada momento.

Torna-se ainda necessário neste processo organizacional, definir quem faz o quê, de que forma se constituem as equipas que constituem as ZCAP, que embora na dependência do Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC), devem saber claramente a sua função para que em caso de acidente grave ou catástrofe possam atuar autonomamente.

Foi possível chegar à conclusão que muito já é feito e de forma distinta do que se faz em Portugal, principalmente na vertente da organização e planificação das ZCAP, em que nada é deixado ao acaso e todos sabem qual é a sua função dentro da estrutura.

Torna-se assim imprescindível criar um Plano Setorial de Apoio Psicossocial às Populações (ZCAP) para que a resposta no apoio psicossocial às populações possa ser tão organizada como a resposta na vertente do socorro.

Palavras-chave: SMPC, ZCAP, acidente grave, catástrofe, risco, população

ABSTRACT

The assessment of the civil protection emergency plan of Portimão allowed to understand how is organized the operations to help the population in a disaster scenario. It is clear that the plan does not include a detailed procedure regarding the psychosocial support for the population.

The bibliographic research developed for this academic work was focused on this theme, with the purpose to find information on how the concentration and population support zones (ZCAP) work in other countries.

For the creation of a specific plan to support the population, it is necessary to have a deep knowledge of it, like its size and other characteristics, as well as the identification of the adequate sites where ZCAP can be installed. For this purpose, checklists were built to define the best place and the best infrastructure to implement a ZCAP.

It is still necessary, in this organizational process, to define who does what, how will be the constitution of the ZCAP teams, and what will be its framework and role, to guarantee their autonomy, despite their dependency on the Municipal Civil Protection Service (SMPC).

It was possible to conclude that a lot of things are already done in Portimão, and they are different from what is being done in the rest of the country, especially in how ZCAP are planned and organized, where nothing is left to chance and everyone knows what it is role within the structure.

It is therefore essential to create a Sectoral Plan of Psychosocial Support to Populations (ZCAP) so that the response in psychosocial support to populations can be as organized as the response on the relief side.

Keywords: SMPC, ZCAP, major accident, catastrophe, risk, population

Índice

1.	Introdução	1
2.	Caraterização do município.....	4
2.1.	Enquadramento territorial	4
2.2.	Instrumentos de gestão territorial	6
2.3.	Enquadramento Geoestrutural	8
2.4.	Enquadramento climático	10
2.5.	Enquadramento hidrográfico	12
3.	Proteção civil e gestão de emergências	15
3.1.	O Conceito de Proteção Civil.....	15
3.2.	O Sistema de Proteção Civil em Portugal.....	16
3.3.	O ciclo de Catástrofes.....	22
3.3.1.	Fases do Ciclo de catástrofe	23
3.4.	Apoio Psicossocial e sua organização.....	27
3.4.1.	Funções das equipas de intervenção psicossocial	31
3.4.2.	Método e procedimentos de ativação das equipas	34
3.4.3.	Coordenação da equipa	35
3.4.4.	Integração no Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro	36
4.	Alojamento de emergência	39
4.1.	Ações de resposta nas três fases do plano de alojamento	39
5.	Zonas de Concentração e Apoio à População	43
5.1.	Coordenação de uma zona de concentração e apoio à população	44
5.2.	Organização da equipa de apoio nas ZCAP	51
5.3.	Implementação de ZCAP durante o Incêndio de Monchique - agosto de 2018	53
6.	Metodologia	60
6.1.	A Metodologia de Investigação.....	60
6.2.	Técnicas de Recolha de Dados	61
6.3.	Seleção da Amostra.....	61
7.	Resultados e Discussão	63
7.1.	Resultados	63
8.	Considerações finais.....	83
	Bibliografia	88
	Anexos	90
	Apêndice nº 1 – Cronograma da ZCAP	91
	Apêndice nº 2 – Lista de verificação para a instalação de ZCAP	92

Apêndice nº 3 – Lista de Verificação para instalação de ZCAP em instalações Provisórias.....	98
Apêndice nº4 – Lista de verificação para Manutenção da ZCAP	100
Apêndice nº 5 – Lista de Reinspeção para a instalação de uma ZCAP	102
Apêndice nº 6 – Lista de verificação para Pré- ativação da ZCAP	106
Apêndice nº 7 – Lista de verificação para ativação da ZCAP.....	109
Apêndice nº 8 – Lista de Verificação para desativação da ZCAP	114
Apêndice nº 9 – Registo de Admissão e saída na ZCAP	117
Apêndice nº 10 – Registo de pessoa desaparecida.....	118
Apêndice nº 11 – Fita de tempo da ZCAP	119
Apêndice 12 - Questionário	120

Índice de Figuras

Figura 1 - Caraterização do concelho de Portimão (FLICKR, 2009)	5
Figura 2 - Representação dos Concelhos do Algarve. Fonte: (http://www.dholmes.com s.d.)....	9
Figura 3 - Região Hidrográfica do Algarve. Fonte: PROT Algarve (2004)	13
Figura 4 - Estuário do Arade. Fonte: MARETEC (2017)	14
Figura 5 - Organização da ZCAP (Shelters and shelter management, 2005).....	51

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Áreas das Freguesias do Concelho de Portimão. Fonte: Plano Municipal de Defesa da Floresta contra incêndios de Portimão (2018).....	4
Tabela 2 - Idade dos Inquiridos	63
Tabela 3 - Habilitações Literárias	64
Tabela 4 - Função desempenhada no SMPC	65
Tabela 5 - Experiência Profissional.....	66
Tabela 6 - Riscos existentes no município.....	67
Tabela 7 - Riscos naturais no município	68
Tabela 8 - Tipos de riscos naturais	68
Tabela 9 - Riscos Tecnológicos nos municípios	69
Tabela 10 - Tipos de riscos tecnológicos existentes nos municípios.....	70
Tabela 11 - Existência de lista de verificação para implementação de ZCAP	71
Tabela 12 - Aspetos a levar em conta para implementar uma ZCAP	71
Tabela 13 - Locais de Instalação da ZCAP	72
Tabela 14 - Critérios para a Instalação da ZCAP	74
Tabela 15 - Ativação das ZCAP nos municípios	74
Tabela 16- Motivo de ativação da ZCAP	75
Tabela 17 - Números de ZCAP que podem ativar nos municípios	76
Tabela 18 - Quantas ZCAP têm zona de coordenação/zona de identificação, receção e triagem/zona de acolhimento/zona de cuidados médicos e zona de apoio logístico e serviços	77
Tabela 19 - A ZCAP está guarnecida de equipamentos de resposta	78
Tabela 20 – Que equipamento dedicado existe em cada ZCAP	79
Tabela 21 - Como faz a gestão da ZCAP quando existem ativações em simultâneo	80
Tabela 22 - Núcleo de coordenação de apoio psicossocial de emergência (NCAPSE), melhora a resposta no apoio psicossocial à população	81
Tabela 23 - Deve existir um plano de apoio psicossocial às populações	82

Índice de Gráficos

Gráfico 1- Género dos Inquiridos	64
Gráfico 2- Função desempenhada no SMPC	65
Gráfico 3 - Experiência profissional dos funcionários dos SMPC	66
Gráfico 4 - Riscos existentes no Município	67
Gráfico 5 - Tipos de Riscos naturais	69
Gráfico 6 - Tipos de riscos tecnológico.....	70
Gráfico 7 - Existência de lista de verificação para implementação de ZCAP	71
Gráfico 8 - Aspetos a ter em conta para implementar uma ZCAP	72
Gráfico 9 - Locais de instalação da ZCAP.....	73
Gráfico 10 - Critérios para a escolha da ZCAP	74
Gráfico 11 - Ativação das ZCAP nos municípios	75
Gráfico 12 - Motivo de ativação da ZCAP.....	76
Gráfico 13 - Números de ZCAP que podem ativar nos municípios	76
Gráfico 14 - Quantas ZCAP têm zona de coordenação/zona de identificação, receção e triagem/zona de cuidados médicos e zona de apoio logístico e serviços.....	77
Gráfico 15 - A ZCAP está guarnecida de equipamentos de resposta	78
Gráfico 16 - Que equipamento dedicado existe em cada ZCAP.....	79
Gráfico 17 - Como faz a gestão da ZCAP quando existem ativações em simultâneo	80
Gráfico 18 - O NCAPSE, melhora a resposta no apoio psicossocial à população	81
Gráfico 19 - Deve existir um plano de apoio psicossocial às populações	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANEPC – Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil

ANPC – Autoridade Nacional e Proteção Civil

CAPIC – Centro de Atendimento Psicológico e Intervenção em Crise

CB – Corpo de Bombeiros

CCOM – Centro de Coordenação Operacional Municipal

CDOS – Centro Distrital de Operações de Socorro

CMPC – Comissão Municipal de Proteção Civil

CODU – Centro de Orientação de Doentes Urgentes

COM – Comandante Operacional Municipal

COS – Comandante das Operações de Socorro

CVP – Cruz Vermelha Portuguesa

EAPS – Equipa de Apoio Psicossocial

INE – Instituto Nacional de Estatística

INEM – Instituto Nacional de Emergência Médica

ISS – Instituto de Segurança Social

NCAPSE – Núcleo de Coordenação ao Apoio Psicológico e Social de Emergência

PCO – Posto de Comando Operacional

PDM – Plano Diretor Municipal

PEA – Plano Estratégico de ação

PMEPC – Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil

PMEPCP – Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Portimão

PROT – Plano Regional de ornamento do território

PSP – Primeiros Socorros Psicológicos

REPC – Rede Estratégica de PROTEÇÃO civil

SGO – Sistema de Gestão de Operações

SIOPS – Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro

SMPC – Serviço Municipal de Proteção Civil

TO – Teatro de Operações

EU – União Europeia

UMIPE – Unidade Móvel de Intervenção Psicológica

ZAP – Zona de Apoio Psicológico

ZCAP – Zona de Concentração e Apoio às Populações

1. Introdução

No mundo atual, desenvolvido e em constante mudança, com a população cada vez mais informada dos riscos existentes, é importante que a proteção civil em todos os seus níveis demonstre uma maior capacidade de preparar a resposta a um acidente grave ou catástrofe.

Consciente da importância dos Serviços Municipais De Proteção Civil (SMPC) num maior apoio às suas populações, será com base no plano municipal de emergência e proteção civil de Portimão (PMEPCP), que pretendemos criar um plano setorial de apoio psicossocial à população.

Cabe aos SMPC desenvolver atividades de planeamento de operações, prevenção, segurança e informação pública, tendentes a prevenir riscos coletivos inerentes à situação de acidentes graves, catástrofes ou calamidade, de origem natural e/ou tecnológica, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo.

Os SMPC desempenham um papel importante na interligação entre todos os organismos municipais, de forma a centralizar toda a informação respeitante à proteção civil. Dentro desta perspetiva, foi este um dos fatores principais para a escolha deste tema de estudo, de forma a conseguir engradecer e abordar uma vertente da proteção civil muito importante em todas as fases dos acidentes graves ou catástrofes.

O Conselho da União Europeia (UE) de 2010 recomendou a todos os Estados Membros a inclusão da intervenção psicossocial no planeamento integrado da gestão de riscos e emergências, por forma a incluir ações a desenvolver, tanto em fase de prevenção, como em fase de apoio precoce e reabilitação. Apesar disso, os planos municipais de Proteção civil em Portugal dedicam pouca importância a essa questão, limitando-se na maioria das vezes em indicar quem será o responsável por implementar Zonas de Concentração e Apoio às Populações (ZCAP) e quais os locais onde serão implementados.

A intervenção psicossocial emerge assim como um dos principais pilares de resposta a situações de crise, catástrofe e emergência, contribuindo para minimizar o impacto psicológico da vivência destas situações e para prevenir o eventual desenvolvimento de psicopatologias.

Segundo a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) (2009), os Planos de Emergência de Proteção Civil são *“documentos formais nos quais as autoridades de Proteção Civil, nos seus diversos níveis, definem as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de Proteção Civil imprescindíveis à resposta e à reposição da normalidade, de forma a minimizar os efeitos de um acidente grave ou catástrofe sobre as vidas, a economia, o património e o ambiente”*

São, assim, documentos desenvolvidos com o intuito de *“organizar, orientar, facilitar, agilizar e uniformizar as ações necessárias à resposta, pelo que devem ser simples, flexíveis, dinâmicos, precisos e adequados às características locais. Deverão também permitir antecipar os cenários suscetíveis de desencadear um acidente grave ou catástrofe, definindo a estrutura organizacional e os procedimentos para preparação e aumento da capacidade de resposta à emergência”*. (ANEPC 2019)

Ainda segundo a ANEPC, os Planos de Emergência de Proteção Civil, *“consoante a extensão territorial da situação visada, são Nacionais, Regionais, Distritais ou Municipais...”*.

Será então de máxima importância o estudo desta problemática e posterior implementação e integração do Plano Setorial de Apoio Psicossocial às populações do concelho de Portimão de forma adequada no PMEPCP, apresentando como objetivos específicos a definição dos locais onde poderão ser implementadas as ZCAP, adotar estratégias de intervenção levando em conta as cartas de risco do concelho, assim como descrever a forma de interligação dos agentes de proteção civil para um efetivo apoio psicossocial.

A questão de investigação a colocar é *“A existência dum plano setorial de apoio psicossocial à população, poderá organizar a resposta dos agentes de proteção civil a um acidente grave ou catástrofe?”*.

A metodologia a utilizar para a realização do plano setorial de apoio psicossocial à População, será o método de investigação-ação, dado ser aquele que nos permite ou resolver o problema ou criar as condições para que no futuro o mesmo venha a ser resolvido.

Por outro lado, ao utilizar o método investigação-ação, será facilitada a envolvimento de todas as entidades e agentes que têm que correr para a resolução deste problema.

2. Caracterização do município

2.1. Enquadramento territorial

O concelho de Portimão, encontra-se no Distrito de Faro, mais concretamente no Barlavento Algarvio. Este concelho está limitado a sul pelo oceano atlântico, fazendo fronteira a oeste com o concelho de Lagos, a Norte com o concelho de Monchique e a Este com os concelhos de Lagoa e Silves.

O concelho de Portimão totaliza tem uma área total de 18.208,36 ha e está dividido em três freguesias: Portimão, Alvor e Mexilhoeira Grande (Tabela nº 1).

Tabela 1 - Áreas das Freguesias do Concelho de Portimão. Fonte: Plano Municipal de Defesa da Floresta contra incêndios de Portimão (2018).

Freguesias	Área (ha)	(%)
Portimão	7.565,33	41,55%
Mexilhoeira Grande	9.124,68	50,11%
Alvor	1.518,35	8,34%
Concelho de Portimão	18.208,36	100%

O concelho de Portimão tem uma população residente de 55614 habitantes, sendo a freguesia de Portimão a freguesia com maior efetivo populacional com 45.431 habitantes, representando 82% da população total do Município, seguindo-se a freguesia de Alvor com 6.154 residentes, representando assim 11% da população total do Município e a de Mexilhoeira Grande com 4.029 habitantes, representando 7% da população total do Município.



Figura 1 - Caracterização do concelho de Portimão (FLICKR, 2009)

Portimão foi-se adaptando ao longo dos anos, sendo hoje uma das cidades mais apelativas para os turistas, não só a nível regional, como nacional. A oferta hoteleira, associada a um conjunto de atividades dinamizadas quer pelo município de Portimão, quer por empresários locais, fazem com que exista cada vez mais procura tornando Portimão um destino turístico de excelência. Também na freguesia de Portimão, ainda recentemente, no decorrer das obras inerentes à construção da nova estação de tratamento de resíduos na zona da Companheira, a escassos metros da estrada Nacional 125, foi descoberta uma gruta com vestígios do Homem de Neandertal (MARETEC 2017).

A Freguesia de Alvor, desde sempre ligada à atividade piscatória, encontra-se ladeada a sul pelo oceano atlântico e a Oeste pela ria de Alvor. Esta freguesia é também um importante pólo turístico do concelho de Portimão, com importantes unidades hoteleiras aí instaladas e com um turismo vocacionado essencialmente para os turistas estrangeiros. Esta freguesias apresenta ainda vestígios históricos da época romana e árabe, de onde se destaca a Vila Velha.

A Freguesia da Mexilhoeira Grande, como já referido anteriormente, fica localizada a oeste do concelho, sendo aquela que fica localizada na área mais rural do concelho, onde pontificam ainda alguns vestígios romanos nomeadamente na zona de Alcalar.

O Concelho de Portimão (figura nº1) sempre teve uma grande ligação ao mar e no final do sec. XIX, a indústria conserveira, a par do comércio, eram a grande atividade económica do concelho. De forma a dotar a então vila de Portimão das infraestruturas necessárias para albergar todas as pessoas que vinham para trabalhar e acabavam por ficar, foi construída a zona ribeirinha e conseqüentemente a primeira ponte rodoviária, uma obra a cargo do Visconde de Bivar. Em 1924 por indicação do então Presidente da República Manuel Teixeira Gomes, ilustre Portimonense, a Vila de Portimão foi elevada a cidade.

Atualmente, tal como a maioria dos concelhos do Algarve, o concelho de Portimão tem como principal atividade económica o turismo, que paralelamente dinamiza não só a hotelaria, como também a restauração. Associado a estas atividades está ainda a construção civil que foi ao longo dos tempos uma das atividades com maior peso ao nível da empregabilidade no concelho. Com a crise que Portugal atravessou e à qual Portimão não conseguiu passar ao lado, a construção civil teve nos últimos 3 anos um decréscimo acentuado, gerando um grande número de pessoas em situação de desemprego, contudo, verifica-se já alguma retoma da atividade com o aumento da construção.

2.2. Instrumentos de gestão territorial

O Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio (Ministério do Ambiente ,2015), estabelece a revisão do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, assim como estabelece a gestão do território no que à ocupação dos solos e urbanismo diz respeito.

O referido decreto-lei define o sistema de coordenação a vários níveis, que podem ser de âmbito nacional, regional, intermunicipal ou municipal, sendo que todos têm que se interligar entre si. No âmbito municipal, importa referir que essa coordenação acontece através do Plano Diretor Municipal (PDM), Planos de Urbanização e dos Planos de Pormenor.

Os Planos Municipais visam estabelecer a tradução, no âmbito local, dos princípios e as regras de garantia da qualidade ambiental, da integridade paisagística e da

preservação do património cultural, assim como os critérios de localização e a distribuição das atividades industriais, de armazenagem e logística, turísticas, comerciais e de serviços que decorrem da estratégia de desenvolvimento local.

Desta forma, e com base no referido decreto-lei, a deliberação para a elaboração dos Planos Municipais vem da câmara municipal e deve assentar na estratégia de desenvolvimento local, sendo que a mesma define as orientações estratégicas da implementação e da gestão estruturada dos processos de desenvolvimento e de competitividade do município.

Ciente destas responsabilidades, o município de Portimão está neste momento em processo de revisão do seu PDM, dado que o anterior já se encontra desatualizado face às exigências do presente, tendo em vista as exigências do futuro. O município apresenta no seu processo de revisão algumas fundamentações para que as mesmas estejam a acontecer, tais como (Câmara Municipal de Portimão 2016):

- A revisão do conceito e integração do PDM no quadro da Política de Ordenamento do Território do Concelho;
- As alterações legais e regulamentares que ocorreram após a entrada em vigor do PDM;
- A alteração e novas dinâmicas do quadro económico, social, culturais e ambientais com expressão territorial que ocorrem no concelho;
- Os acertos inevitáveis e a evolução do modelo regulamentar.

Importa salientar, que esta revisão se baseia essencialmente nas alterações legislativas existentes desde de 1999, altura em que foi elaborado o primeiro PDM do município, mas também tem em consideração as alterações demográficas existentes nos últimos anos, assim como todo o desenvolvimento do turismo, que levou à necessidade de criação de novas infraestruturas.

O PDM é obrigatório em todos os municípios, exceto para os que tenham planos diretores intermunicipais. Por outro lado, para que sejam elaborados quer o plano de urbanização, quer o plano de pormenor, é necessário que o PDM esteja aprovado, uma vez que qualquer um deles se baseará neste último para poder ser elaborado e aprovado.

Como vem descrito no Decreto-Lei 80/2015, artº 97, o PDM deve ser acompanhado de diversos documentos que o complementam e suportam as decisões a tomar no

âmbito do mesmo, dessa forma descreve-se de seguida como deve ser constituído um PDM (Ministério do Ambiente ,2015)

1) O PDM é constituído por: Regulamento; Planta de ordenamento; Planta de condicionantes;

2) O PDM é acompanhado por: Relatório, que explicita a estratégia e modelo de desenvolvimento local; Relatório ambiental; Programa de execução; Plano de financiamento e fundamentação da sustentabilidade económica e financeira;

3) O PDM é, ainda, acompanhado pelos seguintes elementos complementares: Planta de enquadramento regional; Planta da situação existente com a ocupação do solo; Planta e relatório com a indicação dos alvarás de licença e dos títulos de comunicação prévia de operações urbanísticas emitidos; Mapa de ruído; Participações recebidas em sede de discussão pública e respetivo relatório de ponderação; Ficha dos dados estatísticos em modelo a disponibilizar pela Direção-Geral do Território.

2.3. Enquadramento Geoestrutural

O Algarve localiza-se no extremo ocidental da Europa, na região mais meridional de Portugal Continental.

Com uma costa com cerca de 200 km entre Sagres e a foz do rio Guadiana, e aproximadamente 50 km entre sagres e Odeceixe de oeste a este, e 40 km, no sentido Sul-Norte, a região algarvia é banhada pelo Oceano Atlântico a Oeste e a Sul e limitada pelo Baixo Alentejo a Norte e pelo Rio Guadiana a Este, que também delimita a região fronteiriça entre Portugal e Espanha (Pena e Cabral 1997 *apud* Parreiral 2011,p.53).

“Encaixado entre as serras (Monchique e Caldeirão) e o mar, o Algarve possui uma área geográfica, aproximadamente, de 4 899 km², distribuída por 16 concelhos (Alcoutim, Aljezur, Albufeira, Castro Marim, Faro, Loulé, Lagos, Lagoa, Monchique, Olhão, Portimão, São Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António)” (Pena e Cabral 1997 *apud* Parreiral 2011,p.53) (Figura 2).



Figura 2 - Representação dos Concelhos do Algarve. Fonte: (<http://www.dholmes.com> s.d.)

O Algarve e Portimão, localizam-se na placa Euroasiática, mais concretamente na antiga microplaca Ibérica, numa zona de cruzamento entre a margem continental oeste Ibérica (com orientação norte-sul) e a zona de fratura de Açores-Gibraltar (com direção este-oeste) (Parreiral 2011), existindo ainda uma outra falha importante, a falha Monchique-Portimão.

Devido a diversas particularidades geomorfológicas, climáticas e à própria cobertura vegetal, é frequente demarcar o Algarve, de sul para norte, em 3 unidades com características distintas: litoral (ou beira-mar), barrocal (ou beira-serra) e serra algarvia (Bonnet, 1850; Pena e Cabral, 1997 *apud* Parreiral 2011,p.53). Por outro lado, é frequente ouvir que o Algarve se divide em duas partes, o Barlavento Algarvio (de onde vem o vento) e o Sotavento Algarvio (para onde vai o vento).

O concelho de Portimão encontra-se situado no Barlavento Algarvio, caracterizado pelos três sistemas territoriais acima mencionados (serra, barrocal e litoral). Relativamente ao litoral, o concelho de Portimão está limitado a oeste pela barra de Alvor, para onde conflui a Ria de Alvor, sendo esta um recurso extremamente importante do concelho de Portimão do ponto de vista económico, não só pela atividade piscatória, atendendo a que é por ela que os barcos de pesca fazem o acesso ao oceano atlântico, como também pelas múltiplas atividades desportivas que ali acontecem, nomeadamente *Kitesurf*, *WindSurf*, *Padle* e *Vela*.

A sua costa é predominantemente constituída por arribas areníticas e arenosas, de elevada sensibilidade geomorfológica, à exceção do extenso cordão dunar que serve de barreira à ria de Alvor (Câmara Municipal de Portimão 2016).

A área do barrocal, disposta entre o litoral e a serra, é uma área de características acentuadamente mediterrânicas, cuja vegetação reflete a natureza dos solos calcários aí existentes. Neste contexto regista-se uma predominância da associação mediterrânica *Oleo-Ceratonium*, caracterizada pela ocorrência das espécies vegetais: zambujeiro ou oliveira brava (*Oleo europaea* *vr. Silvestris*), a alfarrobeira (*Ceratonia siliqua*) e a palmeira anã (*Chamaerops humilis*) (Câmara Municipal de Portimão 2016). A intervenção humana a que os solos foram submetidos durante anos, com o intuito de tornar os solos aráveis, determinou a extinção de praticamente toda a floresta original existente (Câmara Municipal de Portimão 2016).

A serra existente no concelho de Portimão, distribuída essencialmente na Freguesia da Mexilhoeira Grande, apresenta predominantemente um coberto vegetal pobre, maioritariamente constituído por urzes (*Erica maderensis*), estevas (*Cistus ladanifer*), medronheiros (*Arbutus unedo*) e azinheiras (*Quercus ilex*) (Câmara Municipal de Portimão 2016). A baixa fertilidade destes solos e a perspetiva de uma maior rentabilidade económica terá em parte justificado a ocupação extensiva do solo com Eucaliptos e Pinheiros (*Eucaliptus sp. e Pinus sp.*), que foram introduzidos em substituição das espécies originais particularmente do Sobreiro (*Quercus suber*). Na Serra ocorrem ainda com alguma regularidade manchas de esteva (*Cistus ladanifer*), tojo (*Ulex argenteus e Stauracanthus genistoides*) e rosmaninho (*Lavandula luisieri*), assim como pontualmente formações de montado de sobro (Câmara Municipal de Portimão, 2016).

2.4. Enquadramento climático

O Portimão e o Algarve encontram-se localizados numa zona geográfica que contribui para o clima temperado que apresenta características mediterrânicas, com uma estação seca que se estende desde abril até ao início de outubro (Ventura 1994 *apud* Parreiral 2011, p.56).

A temperatura média anual do Algarve situa-se entre os 17°C, em Faro, e os 15°C, em Monchique, sofrendo algumas variações regulares ao longo do ano (Neves e Heitor, 2001 *apud* Parreiral 2011, p. 56).

O vento no Algarve apresenta-se predominantemente do quadrante Oeste, por conseguinte, o mesmo se passa em Portimão, sendo frequentemente mais intenso na segunda metade do dia (Neves e Heitor, 2001 *apud* Parreiral 2011, p. 56).

“Destaca-se, ainda, ao nível climático, a luminosidade significativa e a precipitação média anual baixa da região algarvia, comparativamente a outras regiões de Portugal Continental” (Neves e Heitor, 2001 *apud* Parreiral 2011, p.56). No que diz respeito à luminosidade, registam-se nas zonas costeiras, valores máximos de insolação superiores a 3 000 horas anuais, sendo a variação dos valores da precipitação anual entre os 1 277 mm para um semestre chuvoso, coincidente com a estação fria, e os 406 mm para um semestre seco, coincidente com a estação quente (PROT Algarve, 2006 *apud* Parreiral 2011, p.56).

De acordo com o Plano Regional de Ordenamento do Território, (PROT Algarve 2004), os locais com uma precipitação mais elevada no Algarve são as zonas montanhosas, nomeadamente a serra do Caldeirão e a serra de Monchique, enquanto o litoral apresenta valores mais baixos de precipitação, sendo Vila Real de Santo António o local com a menor precipitação registada.

Tal como referido anteriormente o Algarve e Portimão são constituídos pelo litoral, barrocal e a serra, sendo que esta, protege a zona do litoral da precipitação, pelo que desta forma, a região do sotavento Algarvio é protegida das influências atlânticas, ficando a região do Barlavento mais expostas, quer à nortada característica da faixa atlântica ocidental, quer às massas de ar húmidas (Guerreiro 2010).

É também característico de Portimão o vento de levante, que tem um rumo predominante de este ou de sueste, ocorrendo frequentemente na Primavera, Verão e Outono, que coincide com a menor ocorrência de precipitação. É ainda característico deste tipo de vento, o aumento da temperatura média (Guerreiro 2010).

O concelho de Portimão tal como o Algarve é caracterizado por um clima marcadamente mediterrâneo representado por quentes meses de Verão e amenos meses de Inverno. A Norte do concelho, faz fronteira com a Serra de Monchique, pelo que esta constitui-se como uma barreira do clima atlântico, auxiliando na manutenção das temperaturas elevadas. Para além disso, este concelho situa-se no litoral, o que implica uma maior receção solar e consequentemente temperaturas médias altas.

Conforme descrito no plano municipal de defesa da floresta contra incêndios de Portimão, o concelho de Portimão (Portimão 2015) *registra entre 70 a 75 % de humidade relativa*

do ar, sendo por isso considerado moderadamente húmido. Segundo os dados recolhidos pelas estações meteorológicas da DRAALG e do INAG entre 2000 e 2009 verificou-se que a humidade relativa do ar mais elevada ocorreu nos meses de janeiro, fevereiro e dezembro, com uma média máxima de 85%, e 84%. Por outro lado, a humidade relativa do ar mais baixa ocorreu no mês de julho, no qual a máxima atingiu os 45%.

A precipitação anual média, no concelho de Portimão, situa-se por volta dos 456mm, o que corresponde a uma das precipitações mais baixas da região do Algarve. Em termos de precipitação média mensal (gráfico 3), entre 1995 e 2004 verificou-se que no concelho de Portimão é no mês de dezembro em que são registados os valores médios e o valor máximo com 112 mm e 426,1 mm respetivamente e os valores mais baixos no mês de Julho com 2 mm e 10,4 mm.

2.5. Enquadramento hidrográfico

A rede hidrográfica do Algarve é constituída pelo sistema hidrográfico do Rio Guadiana e pelas ribeiras do Algarve.

Os principais cursos de águas do barlavento algarvio, que fazem parte da região hidrográfica do Algarve (Figura 3), têm origem nas serras do Caldeirão e do Espinhaço de Cão (na maior parte do ano não apresentam caudal), constituindo-se como principais linhas de água do concelho as ribeiras Odiáxere, Odelouca, Torre, Arão, Boina, Enxerim, Farelo, Seixe e rio Arade.

“Tratam-se de cursos de água onde ocorrem cheias com alguma frequência, sempre que se verificam precipitações intensas na Serra de Monchique. Tal facto deve-se ao acentuado declive do trecho montanhoso destas ribeiras, ao substrato rochoso que é pouco permeável e à extensão do trecho final, que é plano. Acresce ainda o facto das cabeceiras se encontrarem expostas a Sudoeste, de onde provêm os principais temporais que atingem a região. A influência da maré vem agravar as consequências das cheias, ficando por vezes inundadas vastas extensões” (PROT Algarve 2004, p.13).

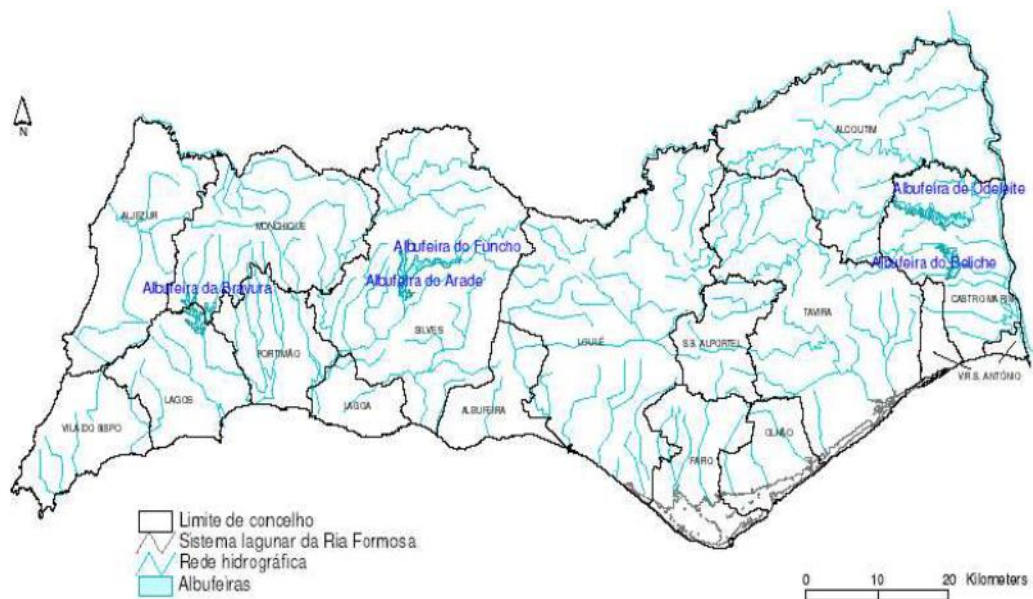


Figura 3 - Região Hidrográfica do Algarve. Fonte: PROT Algarve (2004)

O estuário do Arade (Figura 4) encontra-se situado na região do Barlavento algarvio e traduz a fronteira entre os concelhos de Portimão e Lagoa. Apesar das suas pequenas dimensões, é o segundo maior estuário do Algarve, logo atrás do Guadiana, com um comprimento de 8 km, uma largura média inferior a 1 km e uma profundidade média de 6 m. A profundidade máxima do estuário não excede os 10 m, encontrando-se os pontos de profundidade máxima junto da cidade de Portimão e também entre os pontões que protegem a entrada do estuário. Estes locais têm sido nos últimos anos sujeitos a dragagens de forma a permitir a navegação às embarcações, não só as dedicadas à atividade piscatória, mas principalmente aos cruzeiros que frequentemente atracam no porto comercial de Portimão. (MARETEC 2017).

Este estuário apresenta uma bacia hidrográfica de 996 km², e tem como principais afluentes a ribeira da Boina e ribeira de Odelouca (MARETEC 2017).

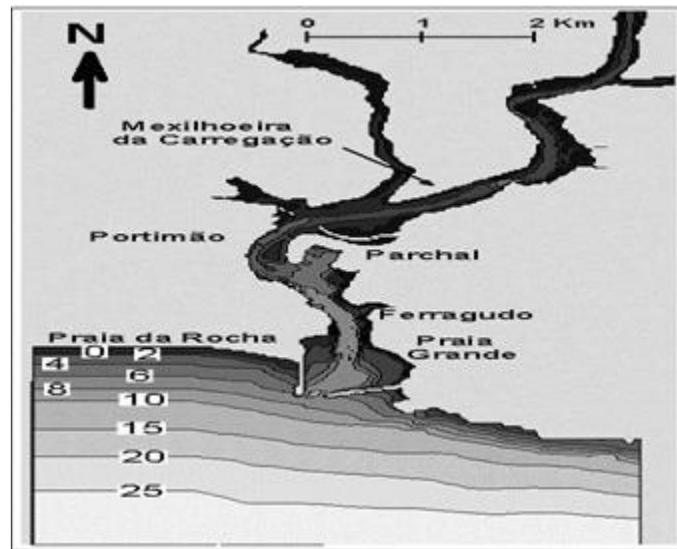


Figura 4 - Estuário do Arade. Fonte: MARETEC (2017)

Nesta região é característico que os rios apresentem pouco caudal, devido essencialmente ao fato da quantidade de precipitação ser pouco elevada, mas também porque há algumas barragens a montante como é o caso da barragem do Funcho e da barragem do Arade, que acabam por reter a quase totalidade das águas das chuvas, que posteriormente será utilizada para consumo humano. Devido a este fato, as águas do rio Arade apresentam níveis de salinidade muito elevados.

3. Proteção civil e gestão de emergências

3.1. O Conceito de Proteção Civil

Não existe um conceito definido universalmente de Proteção Civil, uma vez que cada país adota a definição que melhor se adapta às suas especificidades, no entanto, todos eles se centram no papel do estado, embora abordando a questão como defesa civil ou proteção civil.

Em Portugal só em 1974 se começou a falar em proteção civil, sendo criado sob dependência do Ministério da Defesa Nacional, o Serviço Nacional de Proteção Civil conforme referido no Decreto-Lei nº78 de 28 de fevereiro de 1975. (Decreto Lei nº 78 ,1975)

Na atualidade, Proteção Civil é tida como *“A atividade desenvolvida pelo Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram No quadro dos compromissos internacionais e das normas aplicáveis do direito internacional, a atividade de proteção civil pode ser exercida fora do território nacional, em cooperação com Estados estrangeiros ou organizações internacionais de que Portugal seja parte. As atividades de proteção civil exercem-se nos domínios: do levantamento, previsão, avaliação e prevenção dos riscos coletivos; Análise permanente das vulnerabilidades perante situações de risco; Informação e formação das populações, visando a sua sensibilização em matéria de autoproteção e de colaboração com as autoridades; Planeamento de soluções de emergência, visando a busca, o salvamento, a prestação de socorro e de assistência, bem como a evacuação, alojamento e abastecimento das populações; Inventariação dos recursos e meios disponíveis e dos mais facilmente mobilizáveis, ao nível local, regional e nacional; Estudo e divulgação de formas adequadas de proteção dos edifícios em geral, de monumentos e de outros bens culturais, de infraestruturas, do património arquivístico, de instalações de serviços essenciais, bem como do ambiente e dos recursos naturais e Previsão e planeamento de ações atinentes à eventualidade de isolamento de áreas afetadas por riscos.”* (ANPC, 2009, p.33)

3.2. O Sistema de Proteção Civil em Portugal

O sistema de proteção civil nacional, foi anteriormente denominado de defesa civil, sendo designado pela Lei nº 2093/58, de 20 de junho de “Organização Nacional da Defesa Civil do Território”.

Depois do 25 de abril de 1974, com toda a legislação que foi promulgada a lei nº 2093/58, de 20 de junho passou a ser considerada obsoleta, deixando, no entanto, o país desprovido de legislação e entidades de administração da proteção civil.

Foi em 1975 que nasceu o primeiro Serviço Nacional de Proteção Civil, na dependência do Ministério da Defesa Nacional, através da publicação do *Decreto-Lei nº 78/75, de 22 de fevereiro, que*... *apoiado na espontânea vontade dos cidadãos se entreeajudarem, tem por objetivo preparar as medidas de proteção, limitar os riscos e minimizar os prejuízos que impendem sobre a população civil nacional, causados por catástrofes naturais ou emergências imputáveis à guerra, ou por tudo o que represente ameaça ou destruição dos bens públicos, privados e recursos naturais repartidos pelo território nacional.* (Decreto Lei nº 78 ,1975)

Apesar da publicação de legislação importante para a organização da proteção civil em Portugal, a organização da resposta não estava plasmada por lei, tornando-se necessário que em caso de ocorrência de catástrofes ou de calamidades públicas, todos os meios disponíveis no país pudessem se ativados coordenadamente e em tempo útil. Desta forma, era necessário que o governo estivesse dotado de um órgão com capacidade organizativa e competência administrativa e financeira, que fizesse a gestão das situações de emergência, pelo que foi promulgado o Decreto Lei 63/79 de 30 de março, que criou o centro operacional de emergência de proteção civil.

No entanto só alguns anos depois é publicada a primeira lei de bases da proteção civil *“... em 1991 com a publicação da Lei n.º 113/91, de 29 de agosto – Lei de Bases da Proteção Civil, se procurou sistematizar a arquitetura legislativa dispersa e insuficiente e dar início a uma outra fase, de implementação progressiva do Sistema. Esta Lei de Bases definiu, num primeiro nível, os princípios gerais, o enquadramento, a coordenação, a direção e execução da política de proteção civil, dando competências à Assembleia da República e ao Governo, a par da criação de um Conselho Superior de Proteção Civil e uma Comissão Nacional de Proteção Civil. Esta Lei definiu igualmente a estrutura, serviços e agentes de proteção civil, fixando que o Sistema Nacional de Proteção Civil integrava o Serviço Nacional, os Serviços Regionais e os Serviços Municipais. Estabeleceu ainda o modo de organização dos centros de operações*

de proteção civil e a necessidade de existirem planos de emergência, como instrumentos privilegiados da aplicação da conduta das operações de proteção civil pelos referidos órgãos de coordenação.

O Decreto-Lei n.º 203/93, de 3 de junho, veio estabelecer a organização, atribuições, competências, funcionamento e estatuto dos serviços que integram o Sistema Nacional de Proteção Civil, bem como a orgânica e competências do Serviço Nacional de Proteção Civil.” (ANPC 2017)

Em 2003, é publicado o Decreto-Lei nº 49/2003, de 25 de março, que juntou o serviço nacional de bombeiros e o serviço nacional de proteção civil, começando desde então a designar-se Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil, na tentativa do governo resolver os problemas de articulação existentes, que dificultaram ou impediram o melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais. Este Decreto-Lei criou ainda o Núcleo de Proteção da Floresta com o objetivo de garantir a deteção e vigilância dos incêndios florestais.

No ano de 2006 devido à implementação do processo de modernização que o governo decidiu implementar na administração pública, surgiram alterações ao nível da proteção civil, passando então a denominar-se de Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), pelo que “... o Decreto-Lei n.º 203/2006, de 27 de outubro, veio proceder, no que concerne aos serviços centrais de natureza operacional do Ministério da Administração Interna, à reestruturação do Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil, que passou a designar-se Autoridade Nacional de Proteção Civil.

Impôs-se, assim, prosseguir o ciclo regulamentar da reforma, conferindo à ANPC os instrumentos jurídicos e orgânicos necessários a garantir, em permanência, a segurança das populações e a salvaguarda do património, com vista a prevenir a ocorrência de acidentes graves e catástrofes, assegurar a gestão dos sinistros e dos danos colaterais, e apoiar a reposição das funções que reconduzam à normalidade nas áreas afetadas.

O Decreto-Lei n.º 75/2007, de 29 de março, veio dotar a ANPC com um novo modelo de organização que assegurava o exercício eficiente e oportuno das atribuições que lhe cumpriam, no âmbito da previsão e gestão de riscos, da atividade de proteção e socorro, das atividades dos bombeiros e em matéria do planeamento de emergência.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, que aprovou a Lei de Bases da Proteção Civil, foi redefinido o sistema de proteção civil, assumindo a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) um papel fundamental no âmbito do planeamento, coordenação e execução da política de proteção civil.

Com o Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho, iniciou-se a implementação do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS), passo nuclear reformador da função socorro, definindo-se a organização operacional suportada na caracterização do território nacional e nas características estruturantes dos agentes de proteção civil...” (ANPC 2017)

Apesar do esforço existente para dotar o sistema de proteção civil nacional de uma estrutura capaz de responder às situações de acidente grave ou catástrofes, só em 2007 com a publicação da Lei 65/2007, de 12 de novembro, se define o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, estabelece a organização dos serviços municipais de proteção civil (SMPC) e determina as competências do comandante operacional municipal (COM).

A Lei nº 80/2015, de 3 de agosto, procedeu à segunda alteração da Lei nº 65/2007, de 12 de novembro, desta forma deixa de existir a figura de COM, passando a figurar na lei o Coordenador Operacional Municipal, que depende hierarquicamente do presidente da câmara municipal ou do vereador por este nomeado, não existindo, no entanto, legislação que transfira as competências que eram atribuídas ao COM a esta figura introduzida por força da alteração da lei.

Devido aos Incêndios florestais de 17 junho 2017 ocorridos em Pedrógão Grande e mais tarde a 15 de outubro do mesmo ano na zona centro do país, que se vieram a revelar os mais mortíferos que alguma vez existiram em Portugal, onde no total morreram 112 pessoas, a ANPC iniciou um ciclo de reorganização de todo o sistema de proteção civil, começando por reformular o sistema de gestão de operações (SGO), através do Despacho n.º 3317-A/2018, de 03 de abril, que veio alterar o Despacho n.º 3551/2015, de 13 de janeiro, estendendo o SGO em mais duas fases, sendo que atualmente o mesmo contempla seis fases, dando particular relevância à figura do oficial de segurança, criando ainda a partir da Fase IV a figura do Coordenador do posto de comando, assim como os comandantes de frente. Nesta fase do SGO, é ainda criado o núcleo técnico de emergência médica e o núcleo técnico ao apoio psicológico e social de particular relevância no tema em estudo nesta tese. Esta alteração à legislação alargou ainda as competências municipais na resposta a acidentes graves ou catástrofes, definindo conforme plasmado no Art.42º que:

“...1 — A fase VI do SGO é implementada, por decisão do Comandante Operacional Nacional, nas situações em que, estando a operação em evolução e tendo atingindo a fase III, ou superior do SGO, estejam envolvidos vários municípios sendo necessário assegurar a Coordenação das diferentes autoridades municipais de proteção civil, e o desenvolvimento das suas competências e a execução dos Planos Municipais de Proteção Civil com o Comando e Controlo da Operação de Socorro.

2 — A implementação desta Fase do SGO implica: a) A implementação de áreas Municipais, 1 (um) por município, com o respetivo Comandante de Área Municipal, apoiado por um Posto de Comando de

Área; b) Cada uma das Áreas Municipais Instituídas pode ter até 06 (seis) Setores de intervenção; c) O Comandante de Área Municipal assegura a coordenação institucional com a Autoridade Municipal de Proteção Civil garantindo a articulação com o PCO para a concretização do PEA...”

Ainda na sequência destas alterações legislativas no passado dia 01 de abril de 2019 foi publicado o Decreto Lei nº 44, que veio reforçar as competências das autarquias locais no domínio da proteção civil, tendo por base o plasmado na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, nomeadamente no n.º 1 do artigo 4.º da referida lei.

Este decreto lei que vem alterar o Decreto Lei n.º 65/2017, de 12 de novembro tem como objetivo principal do governo, “... o reforço do sistema de proteção civil no âmbito das autarquias locais através da descentralização de competências, de forma a levar a uma consolidação dos serviços municipais de proteção civil, melhorando os níveis de coordenação operacional à escala concelhia, com um enfoque significativo no patamar local da proteção civil, e muito em particular ao nível das freguesias, considerando a sua proximidade aos cidadãos e o conhecimento das vulnerabilidades da sua área territorial.

Neste sentido, prevê -se a criação de Unidades Locais de Proteção Civil nas freguesias, enquanto fórum de excelência para, na sua área geográfica, em articulação com os serviços municipais de proteção civil, promoverem a concretização das ações fixadas pelas juntas de freguesia...”

Desta forma, o patamar municipal sai reforçado no âmbito da proteção civil, levando a uma maior organização dos SMPC, como também à criação do Centro de Coordenação Operacional Municipal (CCOM), em detrimento da figura do COM, sendo então definidas as competências do Coordenador Municipal de Proteção Civil, que passam a ser as seguintes:

- a) Dirigir o SMPC;
 - b) Acompanhar permanentemente e apoiar as operações de proteção e socorro que ocorram na área do concelho;
 - c) Promover a elaboração dos planos prévios de intervenção com vista à articulação de meios face a cenários previsíveis;
 - d) Promover reuniões periódicas de trabalho sobre matérias de proteção e socorro;
 - e) Dar parecer sobre os materiais e equipamentos mais adequados à intervenção operacional no respetivo município;
 - f) Comparecer no local das ocorrências sempre que as circunstâncias o aconselhem;
 - g) Convocar e coordenar o CCOM, nos termos previstos no SIOPS.
- 2 — Sem prejuízo da dependência hierárquica e funcional do presidente da câmara, o coordenador municipal de proteção civil mantém uma permanente articulação com o comandante operacional previsto no SIOPS.

Para o objetivo desta tese, conhecer mais profundamente os SMPC, será importante, uma vez que será ao patamar municipal, que vamos desenvolver o Plano Setorial de Apoio psicossocial às populações.

Os SMPC conforme definido no artigo 10º do Decreto Lei nº 44/2019, de 01 de abril, assentam as suas competências em quatro eixos principais:

- a) *Prevenção e avaliação de riscos e vulnerabilidades;*
- b) *Planeamento e apoio às operações;*
- c) *Logística e comunicações;*
- d) *Sensibilização e informação pública.*

Ainda com base no referido artigo, relativamente à prevenção e avaliação de riscos e vulnerabilidades, os SMPC devem:

- *Realizar estudos técnicos com vista à identificação e avaliação dos riscos que possam afetar o município, em função da magnitude estimada e do local previsível da sua ocorrência, promovendo a sua cartografia, de modo a prevenir, a avaliar e minimizar os efeitos das suas consequências previsíveis;*
- *Propor medidas de segurança face aos riscos inventariados;*
- *Operacionalizar e acionar sistemas de alerta e aviso de âmbito municipal;*
- *Assegurar a pesquisa, análise, seleção e difusão da documentação com importância para a proteção civil.*

Ao nível do planeamento e apoio às operações, devem os SMPC levar a efeito as seguintes medidas:

- *Elaborar planos prévios de intervenção de âmbito municipal;*
- *Preparar e executar exercícios e simulacros que contribuam para uma atuação eficaz de todas as entidades intervenientes nas ações de proteção civil;*
 - *Manter informação atualizada sobre acidentes graves e catástrofes ocorridas no município, bem como sobre elementos relativos às condições de ocorrência e à respetiva resposta;*
- *Realizar ações de sensibilização para questões de segurança, preparando e organizando as populações face aos riscos e cenários previsíveis;*
- *Fomentar o voluntariado em proteção civil;*

No âmbito da logística e comunicações, os SMPC devem:

- *Inventariar e atualizar permanentemente os registos dos meios e dos recursos existentes no concelho, com interesse para as operações de proteção e socorro;*

- *Planear o apoio logístico a prestar às vítimas e às forças de socorro e apoiar logisticamente a sustentação das operações de proteção e socorro;*
- *Levantar, organizar e gerir os centros de alojamento a acionar em caso de acidente grave ou catástrofe;*
- *Planear e gerir os equipamentos de telecomunicações e outros recursos tecnológicos do SMPC;*
- *Manter operativa, em permanência, a ligação rádio à rede estratégica de proteção civil (REPC);*
- *Assegurar o funcionamento da sala municipal de operações e gestão de emergências sempre que exista mais que um corpo de bombeiros no município.*

No âmbito da sensibilização e informação pública, uma das missões importantes que os SMPC têm, e que poderá marcar a diferença não só no que à prevenção diz respeito, mas também no âmbito da informação à população em situações de acidentes graves ou catástrofe, são as seguintes:

- *Realizar ações de sensibilização e divulgação sobre a atividade de proteção civil;*
- *Promover campanhas de informação junto dos municípios sobre medidas preventivas e condutas de autoproteção face aos riscos existentes e cenários previsíveis;*
- *Difundir, na iminência ou ocorrência de acidentes graves ou catástrofes, as orientações e procedimentos a ter pela população para fazer face à situação.*

No seguimento destas alterações, foi também publicado o Decreto Lei n.º 45/2019, de 01 de abril, que veio alterar a orgânica da Autoridade de Proteção Civil, que passou a partir desta data a ter a denominação de Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC).

Este novo diploma tenta dar uma nova dinâmica à proteção civil nacional, criando uma força especial de proteção civil, que na realidade pouco mais é que a integração da força especial de bombeiros nos quadros da ANEPC. Há uma tentativa de aproximar o patamar da prevenção ao patamar do combate, no que aos incêndios rurais diz respeito, através de uma maior profissionalização, assim como uma maior capacitação das forças.

Ao nível do comando existem também alterações significativas, passado a partir desta data a existir um comando nacional de emergência e proteção civil, constituído por:

- Comandante Nacional de Emergência e Proteção Civil;
- 2º Comandante Nacional de Emergência e Proteção Civil;

- Cinco Adjuntos de operações.

Paralelamente, são criados cinco comandos regionais de emergência e proteção civil que são denominados da seguinte forma:

- Comando Regional do Norte;
- Comando Regional do Centro;
- Comando Regional de Lisboa e Vale do Tejo;
- Comando Regional do Alentejo;
- Comando Regional do Algarve.

Cada um destes comandos regionais, são dirigidos pelo comandante regional de emergência e proteção civil, coadjuvado pelo 2.º comandante regional de emergência e proteção civil, cujas competências são as previstas no SIOPS.

Esta organização da ANEPC é ainda complementada com a existência de um comando sub-regional de emergência e proteção civil, dirigido pelo comandante sub-regional, coadjuvado pelo 2.º comandante sub-regional na circunscrição territorial correspondente ao território de cada entidade intermunicipal, num total de 23 comandos sub-regionais, tendo o Algarve a particularidade de ser o único em que o comandante sub-regional, acumula também as funções de 2º comandante sub-regional.

3.3. O ciclo de Catástrofes

O ciclo de catástrofes pode ser definido como *“... uma sucessão de factos ou acontecimentos que decorrem periodicamente e que, partindo de um determinado estado, voltam a si mesmo. O Ciclo das Catástrofes distingue dois tempos de atuação: o tempo de quietação, durante o qual devem ser preparados os aspetos relativos à prevenção e preparação e o tempo de ação onde as etapas de resposta e de recuperação são programadas em antevisão no plano de emergência.”* (ANPC, 2009)

O ciclo de catástrofes ilustra o processo contínuo pelo qual governos, empresas e sociedade civil planeiam e tentam reduzir o impacto de acidentes graves ou catástrofes, é organizado em quatro fases: Mitigação, preparação, resposta e recuperação.

As fases de mitigação e preparação ocorrem quando são feitas melhorias na gestão do risco, levando em conta a antecipação a um acidente grave ou catástrofe, adotando medidas estruturais que possam contribuir para a mitigação do risco, desempenhando assim um papel fundamental na organização da resposta a este tipo de eventos. Quando ocorre um acidente grave ou uma catástrofe, os agentes responsáveis pela gestão do risco, envolvem-se também nas fases de resposta imediata e recuperação a longo prazo. Nestas fases, destaca-se o papel das organizações humanitárias, que contribuem significativamente para a capacidade de assistência às populações. As quatro fases do ciclo de catástrofes ilustradas aqui, quase nunca ocorrem isoladamente ou nesta ordem precisa. Frequentemente, as fases do ciclo sobrepõem-se e a duração de cada fase depende muito da gravidade do desastre.

Um dos principais objetivos da gestão de desastres, e uma das suas ligações mais fortes com o desenvolvimento, é a promoção de meios de subsistência sustentáveis e sua proteção e recuperação durante desastres e emergências. Sempre que esse objetivo é conseguido, as pessoas têm uma maior capacidade de lidar com os desastres e sua recuperação é mais rápida e duradoura.

Numa abordagem de gestão de riscos voltada para o desenvolvimento, os objetivos são reduzir os riscos, prevenir desastres e preparar-se para emergências. Portanto, as considerações de desenvolvimento estão fortemente representadas nas fases de mitigação e preparação do ciclo de gestão de catástrofes. Processos de desenvolvimento inadequados podem levar ao aumento da vulnerabilidade a desastres e perda de prontidão para situações de emergência.

3.3.1. Fases do Ciclo de catástrofe

Mitigação

As atividades de mitigação visam eliminar ou reduzir a probabilidade de ocorrência de desastres, visando ainda reduzir os efeitos de desastres inevitáveis. Medidas de mitigação devem ter um envolvimento de todos os elementos da sociedade, onde se deve incluir a análise do Plano Diretor Municipal (PDM), enquanto instrumento legal

fundamental na gestão do território municipal. O PDM define o quadro estratégico de desenvolvimento territorial do município, sendo o instrumento de referência para a elaboração dos demais planos municipais, pelo que deve ser levado em conta pelos SMPC, assim como cada município deve consultar o seu SMPC, sempre que existam alterações ao PDM, de forma a poderem ser mitigados os riscos, ou deve o mesmo ser alterado em função do risco existente. É necessário também que nesta fase se conheçam perfeitamente as vulnerabilidades existentes, de forma a poderem existir medidas compensatórias, de mitigação, que em caso de acidente grave ou catástrofe não venham a ter consequências tão gravosas. Nesta fase é fundamental que exista uma grande incidência perante a população, através de sensibilização e informação pública, papel fundamental que cabe aos SMPC uma vez que são estes os elos principais de transmissão da informação à população.

Portanto, a mitigação dependerá da tomada de medidas apropriadas no planeamento quer do desenvolvimento local, mas também será importante que o desenvolvimento regional e nacional, acompanhem o desenvolvimento local, uma vez que de nada servirá que um município tome as devidas medidas de mitigação, se o concelho vizinho nada fizer. A eficácia da mitigação dependerá da disponibilidade de informações sobre os riscos existentes, mas também sobre as medidas tomadas.

Preparação

O objetivo dos programas de preparação para emergências é alcançar um nível satisfatório de prontidão para responder a qualquer situação de emergência por meio de programas que fortaleçam a capacidade técnica e de gestão de governos, organizações e comunidades.

A preparação também deve contemplar a implementação e manutenção de reservas estratégicas de alimentos, equipamentos, água, medicamentos e outros itens essenciais sejam mantidos em casos de catástrofes nacionais ou locais.

A fase de preparação deve servir para que as entidades responsáveis pela proteção civil em Portugal, onde se destacam o governo, através ANEPC, assim como os municípios, através dos SMPC, desenvolverem planos que permitam salvar o maior número de vidas possível, minimizar os danos causados por uma catástrofe, assim como

devem acautelar o melhoramento das operações de resposta, dotando todos os agentes de proteção civil de estruturas e equipamentos adequados.

Algumas das medidas de preparação que podem ser implementadas, incluem planos de preparação, exercícios e simulacros que permitam aos agentes de proteção civil, perceber os pontos fortes e os pontos a melhorar para a resposta a um determinado risco. A implementação de sistemas de aviso e alerta em caso de emergência devem também ser acautelados de forma a poder existir uma comunicação mais célere com a população, devendo esta ser envolvida nestes planos de preparação, para que possa em caso de acidente grave ou catástrofe ter uma resposta adequada. Nesta fase será de extrema importância efetuar uma inventariação global de todos os recursos, definir claramente quem faz parte do plano, quais os seus contatos, quais as suas funções, sendo para que tudo funcione, fundamental a adoção de estratégias de informação/sensibilização pública.

Muitas vezes a fase da resposta e até mesmo de recuperação são entregues a organizações humanitárias, no entanto, mesmo estas, devem estar devidamente integradas nestes planos nas fases de mitigação e preparação, para que posteriormente possam na fase de resposta e de recuperação participar ativamente e de forma integrada com todos os agentes de proteção civil.

Resposta

O objetivo da resposta a um acidente grave ou catástrofe é poder dar assistência às vítimas, minimizando o número de mortes, dando cumulativamente maiores condições de vida aos sobreviventes.

Esta fase será tanto mais adequada, quanto melhor tenha sido a fase de preparação, como foi anteriormente referido, não basta apenas que os meios de socorro se encontrem preparados, será necessário que a população também o esteja, para que possa numa altura de crise tomar atitudes sensatas, que possibilitem não só colaborar e salvar vidas, como também contribuir para salvar a sua própria vida .

Muitas vezes será necessário o fornecimento de ajuda específica, como a criação de ZCAP, que possam dar o apoio e as condições de vida necessárias a poder enfrentar a próxima fase de forma mais estruturada e acompanhada. Hoje mais que nunca falamos

constantemente de cidades resilientes, mas todos sabemos que a população não tem ainda uma cultura de resiliência, perdendo toda a sua estabilidade cada vez que existe um desastre, será aqui que a existência de um plano setorial de apoio às populações, poderá marcar a diferença. Nesta fase o foco principal será atender às necessidades básicas das pessoas até que soluções mais permanentes e sustentáveis possam ser encontradas. Aqui será uma fase em que as organizações humanitárias podem ter um papel preponderante, desde que devidamente enquadrados na estrutura organizacional implementada, para que possam fazer parte da solução.

Recuperação

À medida que a emergência é controlada, a população afetada é capaz de realizar um número crescente de atividades destinadas a restaurar suas vidas e a infraestrutura que as sustenta, independentemente da resposta por parte das entidades competentes. Não existe um momento ideal para se iniciar a recuperação, sendo que esta começa logo que possível, tendo em conta a resposta que for dada à emergência.

A fase da recuperação é também uma oportunidade de crescimento, é uma fase em que se pode melhorar a prevenção, criar estruturas mais resilientes e menos vulneráveis aos riscos existentes, visto que estes muitas vezes não se conseguem eliminar. Pelo que esta fase poderá também estar ligada a um desenvolvimento contínuo das comunidades que foram vítimas de acidentes graves ou catástrofes.

As atividades de recuperação continuam até que todos os sistemas voltem ao normal funcionamento, ou até melhor que antes do desastre.

As medidas de recuperação, tanto a curto como a longo prazo, incluem a devolução de sistemas vitais de suporte à vida a padrões operacionais mínimos, habitação temporária, informação pública, educação em saúde e segurança, reconstrução, programas de aconselhamento e estudos de impacto económico.

A fase de recuperação deverá ser acompanhada de momentos de lições aprendidas, para que possam ser corrigidos erros que tenham sido cometidos em algumas das fases anteriores. Será a oportunidade que muitas vezes se fala, em criar um mundo melhor, será a oportunidade de criar com base no que se aprendeu, uma comunidade mais capaz, mais resiliente e acima de tudo mais segura.

3.4. Apoio Psicossocial e sua organização

O Conselho da União Europeia de 2010 recomendou a todos os Estados Membros a inclusão da intervenção psicossocial no planeamento integrado da gestão de riscos e emergências, por forma a incluir ações a desenvolver, tanto em fase de preparação, como na fase de resposta e de recuperação, no entanto, o plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Portimão foi revisto em 2012, e faz referências muito vagas às questões psicossociais.

A lei de bases de proteção civil define acidente grave *como sendo um acontecimento inusitado com efeitos relativamente limitados no tempo e no espaço, suscetível de atingir as pessoas e outros seres vivos, os bens ou o ambiente* e catástrofe *como sendo um acidente grave ou a série de acidentes graves suscetíveis de provocarem elevados prejuízos materiais e, eventualmente, vítimas, afetando intensamente as condições de vida e o tecido socioeconómico em áreas ou na totalidade do território nacional.*

A intervenção psicossocial em Portugal está ainda pouco desenvolvida, sendo que do ponto de vista de resposta Nacional apenas o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) e a ANEPC, se encontram preparadas para a fazer, enquanto que no patamar municipal, há ainda um longo caminho a percorrer, onde não existe ainda uma doutrina na resposta, realçando aqui o papel desempenhado pelo SMPC de Lisboa que tem equipas de intervenção psicossocial em Acidentes e Catástrofes, que estão vocacionadas para o apoio às populações em contexto de emergência e pós-emergência e prevenção de emergência, integrando equipas multidisciplinares compostas por psicólogos e assistentes sociais.

O INEM e a ANEPC têm uma atuação diferente no terreno, enquanto o INEM através do Centro de Atendimento Psicológico e Intervenção em Crise (CAPIC) atua em intervenção psicológica em crise, emergências psicológicas e intervenção psicossocial em catástrofe. Tendo como atividade a teleassistência ao intervir com quem contacta o Centro de Orientação de Doentes Urgentes em situações de crises psicológicas, comportamentos suicidas, vítimas de abusos/violência física ou sexual, entre outros.

A Unidade Móvel de Intervenção Psicológica de Emergência (UMIPE) é acionada pelo Centro Orientador de Doentes Urgentes (CODU) e intervêm com as vítimas no local da

ocorrência em situações como acidentes de viação e outros, mortes inesperadas ou traumáticas, emergências psicológicas, abuso/violação física ou sexual, ocorrências que envolvam crianças, entre outros. A resposta a situações de exceção onde intervêm em situações inesperadas como incêndios, inundações, explosões, catástrofes naturais e humanas, entre outros; o apoio aos profissionais do INEM.

A ANEPC através das Equipas de Apoio Psicossocial (EAPS) tem por missão promover o bem-estar psicossocial dos bombeiros portugueses. No que diz respeito às áreas de intervenção das EAPS, estas correspondem a dois eixos distintos e complementares: proactivo com uma intervenção preventiva e reativo no que concerne a uma intervenção psicossocial em emergência.

O eixo proactivo consiste na promoção da resiliência psicológica dos bombeiros, a nível individual, grupal e do Corpo de Bombeiros, independentemente da ocorrência, ou não, de um incidente crítico.

Já o eixo reativo configura a prestação de apoio psicossocial aos bombeiros expostos a incidentes críticos potencialmente traumáticos, no decorrer de situações operacionais, bem como aos seus respetivos familiares.

Segundo Drabek, 1987, cit. por Caton, 2007, p.71, apud Sartóris,2016, “... para se ser um interventor em crise é necessário ser ativo, direto e preciso, possuidor de atividade física e mental adequada, dominar os conhecimentos técnicos de intervenção necessários a ajudar pessoas em crise, transmitir autoconfiança, desenvolver consciência do seu nível de stresse e ansiedade, demonstrar empatia, capacidade de adaptação e de trabalho sobre pressão...” (Sartóris, 2016)

Segundo o INEM, um técnico de intervenção psicológica deve ter formação específica em intervenção psicológica em crise, emergências psicológicas e intervenção psicossocial em catástrofe.

O termo psicossocial representa a junção dos efeitos psicológicos e os efeitos sociais da experiência humana. Os efeitos psicológicos são aqueles que interferem em diferentes níveis de funcionamento cognitivo, emocional e comportamental. Por outro lado, os efeitos sociais baseiam-se no apoio social e familiar e ainda levando em conta não só questões culturais como também o status económico.

As equipes de intervenção psicossocial devem basear a sua atuação em três fases distintas, a fase de preparação, fase imediata e a fase sustentada.

A intervenção no âmbito psicossocial visa essencialmente o bem-estar global, pelo que é necessário que exista uma combinação perfeita entre os vários fatores psicossociais. Podemos então dizer que para este bem-estar existir não nos podemos apenas basear em fatores isolados, mas sim em todas as características interpessoais.

O apoio psicossocial ajuda as pessoas a recuperar de um evento crítico que tenha surgido na sua vida, podendo ser considerado de forma preventiva ou curativa. Preventiva quando se diminui o risco de desenvolver problemas de saúde mental. Por outro lado, o apoio psicossocial curativo é efetuado quando o indivíduo necessita de ser ajudado com os problemas psicossociais provocados pelo evento crítico.

Nas situações em que é necessário aplicar apoio psicossocial no âmbito de uma ocorrência de proteção e socorro, as diversas entidades podem ter que trabalhar em conjunto, embora todos com o mesmo fim. Sempre que estas entidades são chamadas a intervir numa ocorrência, conforme descrito no Dec. Lei 72/2013, o comando das operações deve ter em conta a adequação técnica e a capacidade operacional dos agentes presentes no teatro das operações e a sua competência legal.

A maioria destes técnicos são funcionários das autarquias, embora poucos são os que têm formação adequada para intervir em cenários de catástrofes. Segundo a ordem dos psicólogos existe uma aposta clara nesta área, com a disponibilização de formação em formato *elearning*, por forma a chegar a um maior número de pessoas.

Os técnicos de Apoio Psicológico e Intervenção em Crise do INEM, são funcionários daquele instituto e têm uma atividade variável como descrito no Web Site do INEM:

- Teleassistência: Intervêm com quem contacta com o Centro de Orientação de Doentes Urgentes (CODU) em situações de crises psicológicas, comportamentos suicidas, vítimas de abusos/violência física ou sexual, entre outros.
- UMIPE (Unidade Móvel de Intervenção Psicológica de Emergência): Acionados pelo CODU, intervêm com as vítimas no local da ocorrência em situações como acidentes de viação e outros, mortes inesperadas ou traumáticas, emergências

psicológicas, abuso/violação física ou sexual, ocorrências que envolvam crianças, entre outros.

- Situações de Exceção: intervêm em situações inesperadas como incêndios, inundações, explosões, catástrofes naturais e humanas, entre outros;
- Apoio aos profissionais do INEM: ajudam as equipas de emergência em situações potencialmente traumáticas;
- Formação aos profissionais do INEM: participam na formação dos técnicos de socorro e emergência com noções na área da psicologia;
- Estágios curriculares e de observação: recebem estudantes de psicologia com interesse na área que adquirem noções teóricas e práticas;
- Investigação Científica: nas áreas de intervenção psicológica em crise, stress nos profissionais de emergência médica pré-hospitalar, *coping*, papel do psicólogo no Sistema Integrado de Emergência Médica (SIEM).

Relativamente às EAPS, segundo a ANEPC são maioritariamente voluntários, oriundos dos quadros dos corpos de bombeiros portugueses e organizados por equipas de âmbito supradistrital que garantem uma cobertura de todo o território de Portugal Continental. A cobertura territorial das EAPS está organizada de acordo com a seguinte distribuição:

EAPS 1: Braga, Porto e Viana do Castelo;

EAPS 2: Bragança, Viseu e Vila Real;

EAPS 3: Aveiro, Coimbra e Leiria;

EAPS 4: Castelo Branco, Guarda e Portalegre;

EAPS 5: Lisboa, Santarém e Setúbal;

EAPS 6: Beja, Évora e Faro.

3.4.1. Funções das equipas de intervenção psicossocial

As equipas de intervenção psicossocial para a sua intervenção devem contemplar três fases importantes, sendo estas a Fase de Preparação, que antecede a emergência, Fase Imediata, durante a emergência e a Fase Sustentada, após a emergência.

Para melhor se poder compreender as consequências psicológicas de um evento catastrófico, é importante analisar a forma como as pessoas desenvolvem a capacidade para enfrentar situações difíceis.

Na nossa vida diária estamos permanentemente expostos a situações que nos podem causar stress, manifestando-se por medo, tristeza, frustração, raiva, acompanhadas muitas vezes por alterações como palpitações, tensão muscular. Na realidade este tipo de alterações funciona como se de um sistema de alerta se tratasse e que preparam o ser humano para enfrentar situações traumáticas.

Na realidade as vivências quotidianas vão nos preparando “para a vida” e permitindo levar por diante um processo de preparação para as situações difíceis da mesma.

O impacto psicossocial de qualquer evento traumático depende de fatores como a natureza do evento, as características da personalidade de cada vítima e também as circunstâncias que levaram ao mesmo.

Regra geral na fase que antecede qualquer evento crítico a pessoa sente medo, existe uma tensão emocional coletiva, no entanto, cada um terá uma resposta diferente, que se prende sobretudo com o grau de preparação, com todas as vivências que tem subjacentes à sua vida. Algumas pessoas desenvolvem até atitudes desafiantes face ao perigo.

A prevenção é a melhor forma de se poder enfrentar a iminência de uma catástrofe, mas este fato por si só pode ser um elemento stressor.

Para facilitar a atuação destas equipas, é importante que existam planos de emergência previamente definidos, onde seja previsto os níveis de atuação de cada equipa e possam ser utilizados como elementos facilitadores da atuação em caso de crise ou de evento catastrófico.

Este plano deve conter uma descrição da população, levando em conta não só os dados demográficos, mas também alguns antecedentes históricos conhecidos daquela população, a estrutura social e a existência ou não de etnias, fato de importância relevante, uma vez que numa situação de acidente grave ou catástrofe podem entrar em conflitos.

É importante também que exista um conhecimento prévio relativamente a aspetos religiosos, como estão estruturados, qual a sua organização comunitária e que apoio psicossocial prestam às populações onde estão inseridos, de que forma estão organizadas as estruturas comunitárias de resposta às emergências como escolas, igrejas, devendo ainda estar perfeitamente definido o papel de cada interventor em caso de catástrofe.

A situação psicossocial da população deve também estar identificada antes de um evento traumático, porque isso permite ter dados sobre a mortalidade e morbilidade relacionados com a saúde mental.

A Fase Imediata, ou seja, durante a emergência, é vivenciada de forma diferente por cada pessoa, dependerá em muito dos elementos stressores existentes, assim como o número de vítimas mortais, número de feridos, destruição de infraestruturas importantes para a comunidade, separação de familiares.

No mundo acontecem diariamente diferentes tipos de situações que causam sofrimento, tais como guerras, desastres naturais como inundações, sismos, tsunamis, tornados, acidentes, incêndios e violência pessoal (por exemplo, violência sexual), sendo que comunidades inteiras podem ser afetadas, perdendo familiares diretos e pode ainda existir a separação familiar.

Cada pessoa reagirá a uma situação de catástrofe de forma individual, podendo existir uma série de reações. Essa reação depende em muito da natureza do evento, da vivência de outras situações de crise prévias, o seu estado relacional com a família e com a comunidade durante a vida, o seu estado de saúde física, assim como a sua história de saúde mental, cultura, idade.

Desde o primeiro momento é extremamente importante que se iniciem os primeiros socorros psicológicos, porque terão um potencial de impacto terapêutico muito superior se a consulta de avaliação psicológica for efetuada posteriormente.

Todas as pessoas têm forças e habilidades para lidar com os desafios da vida. Entretanto, algumas pessoas são particularmente vulneráveis em situações de crise e podem precisar de mais ajuda, incluindo pessoas que podem estar em risco ou que precisem de apoio adicional em virtude de sua idade (crianças e idosos), em razão de problemas físicos ou mentais ou porque pertencem a grupos que podem ser marginalizados ou alvo de violência.

Ao longo dos tempos tem sido feito um paralelismo entre os primeiros socorros físicos e os primeiros socorros psicológicos (PSP), sendo que estes últimos são bastante importantes não só no apoio à vítima ou às suas famílias, como também aos técnicos que de forma direta ou indireta participam em eventos críticos.

Nem todas as vítimas /sobreviventes de uma catástrofe vão precisar de PSP, para isso muito contribuem as suas reações iniciais, que de uma forma ou de outra vão contribuir para o seu processo de adaptação à situação, que vão impedir ou minimizar os problemas psicológicos.

Durante a aplicação dos PSP, não devem ser transmitidas expectativas irreais ou falsas esperanças (Reyes, 2004 apud Arriaga,2013). (Arriaga,2013)

Os PSP, pressupõem oferecer apoio, avaliar necessidades e preocupações, ajudar as pessoas a suprir as suas necessidades básicas, escutá-las sem, no entanto, as obrigar a falar, ajudá-las a sentirem-se calmas e protegê-las de danos adicionais.

Os primeiros socorros psicológicos podem ser efetuados em qualquer local, desde que seja seguro, por norma costuma ser nos locais das ocorrências, onde as pessoas são atendidas, no entanto, deve ser tentado que exista privacidade durante a prestação desses cuidados.

Um técnico de intervenção psicossocial durante uma intervenção deverá ter sempre uma atitude calma, com comportamentos tranquilizadores, deve incentivar o individuo a lidar com os fatos do evento.

Na fase sustentada ou fase pós evento e que acontece precisamente depois de ter ocorrido o evento crítico. Depois de passada a fase aguda, nalguns casos as vítimas continuam a experienciar situações de medo, ansiedade ao recordarem as situações traumáticas ou avaliarem as consequências das mesmas.

Deve-se garantir que durante as avaliações não são transmitidas expectativas irreais ou falsas esperanças, centrando a ação em objetivos que possam ser de fácil alcance, como por exemplo a manutenção das atividades de vida diária.

Nesta fase é importante que se mantenha uma avaliação contínua da situação, por forma a promover a recuperação da normalidade o mais precocemente possível. É preciso prestar apoio psicossocial, levando em conta que um número considerável de pessoas desenvolve a longo prazo problemas de saúde mental, daí que dever ser encaminhados para técnicos de saúde mental.

A exposição a um evento leva a alterações relativamente à envolvente das vítimas, uma vez que este vai alterar a sua normalidade, levando a que vítima perca o controle de situações, que antes seriam perfeitamente naturais.

3.4.2. Método e procedimentos de ativação das equipas

O procedimento de ativação das equipas acontece de forma diferente quer se trate das EAPS ou do CAPIC.

A ativação das EAPS para prestar suporte a bombeiros ou respetivos familiares diretos, na sequência de incidentes potencialmente traumáticos em serviço operacional, é sempre desencadeada pelo Comando do Corpo de Bombeiros (CB) de origem dos bombeiros envolvidos.

Esta solicitação deve ser efetuada pelo Comandante, ao seu respetivo Comandante Sub regional. Posteriormente, são desencadeadas as comunicações internas à ANEPC que vão resultar na ativação das EAPS.

A ativação tem início com um levantamento de necessidades de intervenção, efetuado junto do Comando que ativou as EAPS e de adicionais responsáveis pela gestão

do incidente crítico. Consoante a avaliação será definida a constituição e dimensão da EAPS a ser projetada para o local, assim como a intervenção a desenvolver.

Em virtude do caráter voluntário da totalidade dos técnicos das EAPS, o grau de prontidão para iniciar a intervenção é variável.

As equipas de apoio psicossocial da ANEPC asseguram o acompanhamento psicossocial dos bombeiros afetados e dos seus familiares em resultado do exercício de funções e integram a resposta ao nível do apoio psicossocial prevista no Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil.

Por sua vez, o CAPIC do INEM assegura o apoio e intervenção junto da população e das equipas de emergência, com vista ao desenvolvimento de estratégias ativas de adaptação a situações de crise.

3.4.3. Coordenação da equipa

Conforme descrito no Manual de operações das EAPS, a função de Coordenador Nacional das EAPS é assegurada pelo Chefe da Divisão de Segurança, Saúde e Estatuto Social (DSSSES) da ANEPC, o qual assume as responsabilidades inerentes ao desenvolvimento e gestão operacional e tática deste projeto a nível nacional. Por seu turno, a função de Coordenador Nacional Adjunto das EAPS é assegurada por um Técnico Superior de Psicologia da Escola Nacional de Bombeiros, parceira da ANEPC na implementação e desenvolvimento das EAPS, que coadjuva o Coordenador Nacional no desempenho das suas funções.

As EAPS são autónomas no desenvolvimento das suas missões, pelo que, do ponto de vista técnico e operacional, respondem, exclusivamente, perante a hierarquia definida no seio das EAPS. Quanto ao enquadramento geral na intervenção a decorrer, como todos os agentes de Proteção Civil e diferentes unidades de bombeiros, as EAPS respondem perante o Comandante das Operações de Socorro (COS) do respetivo Teatro de Operações (TO).

O Centro de Apoio Psicológico e Intervenção em Crise (CAPIC) atua no terreno sob coordenação própria do INEM, e orientada pelo Centro de Orientação de Doentes Urgentes (CODU).

No âmbito de uma operação de socorro, apesar de cada unidade ter um nível de atuação diferente da outra, ambas obedecem ao SGO através do Núcleo de Coordenação ao Apoio Psicológico e Social de Emergência.

Não está preconizado que psicólogos ou assistentes sociais atuem a nível particular em cenários de emergências ou catástrofes.

3.4.4. Integração no Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro

A Lei n.º 80/2015 de 3 de agosto é uma republicação da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, que aprovou a Lei de Bases da Proteção Civil, e definiu o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS) *como um conjunto de estruturas, normas e procedimentos que asseguram que todos os agentes de proteção civil atuam, no plano operacional, articuladamente sob um comando único, sem prejuízo da respetiva dependência hierárquica e funcional, conforme o Decreto-Lei n.º 72/2013, de 31 de maio (Sistema criado pelo Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro) e tendo como objetivo, responder a situações de iminência ou de ocorrência de acidente grave ou catástrofe.*

Definições de acidente grave e de catástrofe

1 — *Acidente grave é um acontecimento inusitado com efeitos relativamente limitados no tempo e no espaço, suscetível de atingir as pessoas e outros seres vivos, os bens ou o ambiente.*

2 — *Catástrofe é o acidente grave ou a série de acidentes graves suscetíveis de provocarem elevados prejuízos materiais e, eventualmente, vítimas, afetando intensamente as condições de vida e o tecido socioeconómico em áreas ou na totalidade do território nacional.*

No âmbito do PMEPC de Portimão, importa dizer que o mesmo é ativado por indicação do presidente da Câmara.

Em caso de acidente grave ou catástrofe que justifique a ativação do PMEPC, as primeiras entidades a intervir serão, naturalmente, as que se encontram implementadas no PMEPC. Estas poderão ser posteriormente auxiliadas por outras entidades com áreas

de intervenção distrital ou nacional. Por exemplo, as Forças Armadas, ou em caso de apoio psicossocial com o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), sendo devidamente enquadrados conforme a legislação em vigor.

Havendo a necessidade de apoio psicossocial em situação de emergência, não existe plasmado no atual Plano Municipal de Emergência de Proteção civil de Portimão, qualquer item que descreva de que forma se interligariam estes técnicos com as restantes entidades, no entanto, com a alteração legislativa ao SGO, é hoje possível a criação do Núcleo de Coordenação ao Apoio Psicológico e Social de Emergência, que será o responsável pela definição das prioridades de ação, que passam por assegurar o apoio psicológico imediato a prestar às vítimas primárias e secundárias no local da ocorrência/Teatro de Operações (TO), coordenar os mecanismos de evacuação das vítimas primárias (vítimas diretamente resultantes da situação de emergência em causa) e secundárias (familiares das vítimas primárias) do TO para as zonas de apoio psicológico (ZAP) e destas para a Zona de Concentração e Apoio à População (ZCAP).

Deverá também ser assegurado a apoio psicológico às vítimas terciárias e os mecanismos de evacuação para estas vítimas. Deverá também ser assegurado o apoio psicológico de continuidade à população presente na ZCAP.

No que concerne a procedimentos de instrução e coordenação, existe um conjunto de instruções específicas para as equipas:

1. O apoio psicológico imediato às vítimas primárias e secundárias no TO será realizado nas ZAP, constituídas para o efeito;
2. As ações a desenvolver nas ZAP são respeitantes a receção e estabilização de vítimas, levantamento de necessidades psicossociais, identificação e recolha de informação das mesmas;
3. As ZAP são da responsabilidade do INEM a quem cabe gerir as prioridades de evacuação e os momentos de evacuação. Os restantes agentes de proteção civil e organismos e entidades de apoio que disponham de psicólogos apoiam o INEM na medida das suas disponibilidades;

4. As ZAP devem articular-se com as ZCAP quanto à comunicação de dados e com o COS quanto à recolha de informação com relevância operacional;

5. O apoio psicológico às vítimas terciárias é responsabilidade primária das respetivas entidades. No caso de insuficiência ou ausência de meios de apoio, este será garantido pelas entidades disponíveis para o efeito. As vítimas terciárias são acompanhadas em locais reservados e exclusivos para esse efeito;

6. O apoio psicológico de continuidade, a realizar predominantemente nas ZCAP, é coordenado pelo Instituto de Segurança Social, I.P., que será apoiado, de acordo com a sua capacidade e disponibilidade, por equipas de psicólogos da Câmara Municipal, da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) ou Direção Geral da Saúde;

4 Alojamento de emergência

4.1. Ações de resposta nas três fases do plano de alojamento

O Plano de Alojamento de emergência tem três fases, Fase de preparação, Fase de Socorro e a Fase de Reabilitação, no âmbito da ativação do PMEPC de Portimão, torna-se imperativo que todos os agentes de proteção civil que fazem parte integrante do mesmo, desempenhem o papel que deles se espera nestas três fases, sendo que compete ao Diretor do Plano ou seu substituto garantir que todos eles cumprem as diretivas por ele implementadas/emanadas em cada uma das fases.

Como já foi descrito anteriormente, não existe no PMEPC de Portimão uma definição pormenorizada sobre o papel que cada agente de proteção civil ocupa na resposta ao apoio psicossocial, sendo aliás transversal aos PMEPC de outros municípios que foram consultados.

O grande desafio que enfrentamos, visa sobretudo a construção de um plano setorial de apoio psicossocial às populações, onde possam ficar identificadas claramente as funções de cada agente de proteção civil.

É imperativo então pensar nas três fases do plano, nas quais existe um conjunto de ações a desenvolver em tempo oportuno, uma vez que elas estão separadas no tempo, sendo que o que vai ditar a operacionalização é a existência de um acidente grave ou catástrofe.

Na Fase de preparação (antes da emergência) devem ser identificadas as zonas de risco existentes no município, assim como os locais de implementação onde vão ser criadas as Zonas de Concentração e Apoio à População (ZCAP), que terão de levar em conta esses mesmos riscos.

Cada um dos locais escolhidos para implementação das ZCAP, devem manter-se preparados para receber a qualquer altura pessoas desalojadas vítimas de acidente grave ou catástrofes.

O PMEPC de Portimão tem definidos os seguintes riscos naturais e riscos tecnológicos:

Riscos Naturais

- Inundações
- Incêndios
- Sismos
- Ciclones e tornados
- Enxurradas
- Tsunamis
- Deslizamento de terras

Riscos Tecnológicos e/ou provocados pelo homem

- Incêndios e explosões
- Acidentes graves (Rodoviários, ferroviários, aéreos, marítimos)
- Acidentes graves com matérias perigosas
- Contaminação (Água, ar e solo)
- Poluição Marítima
- Rotura de barragens

Levando em conta os riscos existentes, torna-se necessário que o município através do SMPC implemente nesta fase ações que visem a informação / sensibilização da população nos variados riscos, de forma a minimizar as consequências nomeadamente no número de mortes e feridos. Outra questão importante e já anteriormente abordada, prende-se com a necessidade do PDM estar devidamente alinhado com as cartas de risco existentes, implementando um plano de ordenamento que impeça a construção de habitações em locais indevidos e garantir que as que são construídas, estão construídas de forma a responder adequadamente a qualquer ocorrência.

Nesta fase deve-se identificar e classificar grupos ou áreas mais vulneráveis na zona de atuação de modo a desenvolver planos especiais para essas comunidades/grupos, criar material psico-didático (efeitos dos incidentes potencialmente traumáticos e

medidas promotoras de resiliência psicológica) adaptado, quer ao tipo de emergências, quer ao público-alvo.

A formação é outro parâmetro importante, e deve ser facultada formação e treino aos psicólogos e profissionais de apoio psicossocial em psicologia de emergência. Por outro lado, também os operacionais de socorro e segurança, devem ter treino psicológico (tomada de decisão sob pressão, promoção da resiliência individual e de equipa, como prestar apoio psicológico de emergência a vítimas e colegas).

Após a ocorrência de um acidente grave ou catástrofe, inicia-se a fase de socorro (durante a emergência), sendo também necessário ativar o apoio psicológico, devendo os primeiros socorros psicológicos, ser prestados às vítimas primárias (diretamente envolvidas no desastre), secundárias (familiares das vítimas primárias) no teatro de operações.

Deve-se providenciar a evacuação da população em risco, com especial atenção aos doentes, acamados, idosos, crianças e pessoas com deficiência e assegurar a distribuição de bens essenciais (água, alimentos, agasalhos e roupas).

Nesta fase é importante ter em conta o Plano de Alojamento de Emergência, especificamente em caso de instalação de ZCAP, devendo ser ativado o centro de pesquisa de desaparecidos e reunificação de familiares das vítimas ilesas ou hospitalizadas, bem como a inventariação e armazenamento dos espólios das vítimas mortais;

É ainda importante dar apoio psicológico no reconhecimento de corpos e luto recente, assim como fazer consultoria sobre Gestão Psicossocial de Incidentes Críticos a decisores do SIOPS e técnicos de emergência;

As vítimas terciárias devem também elas receber primeiros socorros psicológicos em caso de necessidade (profissionais de socorro e de segurança).

Esta fase termina com as ações de desmobilização e debriefing psicológico dos operacionais de socorro e de segurança, sendo ainda importante recolher ensinamentos com tudo o que aconteceu.

Nesta fase a população deslocada deverá ser reconduzida à sua área de residência ou para casa de familiares ou para outros alojamentos provisórios se necessário.

Devem ser organizadas as equipas que prestem apoio psicológico de continuidade (intervenção clínica / psicotraumatologia) a vítimas sinalizadas e despiste de psicotraumatologia (Perturbação Aguda de Stresse após as 72 horas).

É importante que os canais de comunicação instituídos previamente sejam colocados em prática para controlo de rumores e boatos e promoção do sentimento de controlo. Deve ser dado apoio à realização de cerimónias de homenagem às vítimas mortais, promotoras de um luto saudável.

Devem ser dinamizados grupos de autoajuda, com base na metodologia de trabalho de pares, de vítimas associadas à emergência, nomeadamente organizar uma sessão de debriefing emocional, para operacionais envolvidos na resposta ao desastre. É importante fazer *Follow-up* a operacionais para despiste de psicotraumatologia e supervisão aos profissionais de ajuda envolvidos no apoio psicossocial em emergência, trabalho este que deverá ser efetuado pelas EAPS, uma vez que são a entidade melhor preparada para interagir com os pares.

5. Zonas de Concentração e Apoio à População

Num acidente grave ou catástrofe, torna-se necessária a implementação de um dispositivo estruturado, que forneça respostas de apoio psicossocial, em articulação com os diversos agentes de proteção civil com capacidade de intervenção nesta área.

A ZCAP visa a prestação dos primeiros socorros psicossociais aos sobreviventes, famílias e comunidade, de forma a minimizar o impacto do acidente e facilitar o retomar da vida quotidiana.

A ZCAP deve organizar-se por zonas, face à natureza da prestação de cuidados diferenciados a prestar à população. De forma preferencial, deverá ser instalado em espaço dotado de cinco divisões distintas, designadamente: (Sartóris, 2016)

- Zona de Coordenação – Onde se recolhe toda a informação sobre o apoio prestado às vítimas do acidente, familiares e amigos, deverá ter ligação rádio ao SMPC. Tem à sua responsabilidade o acionamento de meios humanos, face às necessidades identificadas.
- Zona de Identificação, Receção e Triagem – Local destinado ao registo, triagem e identificação de necessidades, tendo em vista o seu encaminhamento para as zonas de apoio específicas.
- Zona de Acolhimento – zona para a estabilização emocional, identificação de necessidades, comunicação de más notícias e apoio a crianças. Deve incluir espaços que permitam dar a privacidade necessária.
- Zona de Cuidados Médicos – Área destinada à prestação de cuidados médicos sempre que necessários
- Zona de Apoio Logístico e Serviços – Este espaço deverá contemplar uma área para distribuição de agasalhos, alimentação e instalações sanitárias. Deverá existir um local para estacionamento de viaturas de transporte e evacuação.

No que à proximidade ao Teatro de Operações diz respeito, esta pode variar conforme a dimensão da ocorrência, assim como a área afetada, pelo que deve existir

uma coordenação com o comando das operações para que o local definido para a implementação das ZCAP seja um local seguro para todos os intervenientes.

A ativação da ZCAP é efetuada com base no descrito no PMEPC de Portimão, em articulação com o Comandante das Operações de Socorro, dado que este recolhe informações de todos os agentes de proteção civil presentes no teatro de operações, tendo uma panorâmica global da ocorrência, quer relativamente à sua dimensão, número de vítimas e desalojados.

É importante que a resposta a um acidente grave ou catástrofe seja feita de forma estruturada e bem articulada entre todas as entidades presentes no cenário, garantindo assim que a resposta seja adequada em todas as vertentes do socorro, não só relativamente aos cuidados médicos.

5.1 Coordenação de uma zona de concentração e apoio à população

As zonas de concentração e apoio à população, devem estar definidas antes da ocorrência de um acidente grave ou catástrofe. De referir que essa parece ser a realidade de Portugal, uma vez que as generalidades dos planos municipais de emergência de proteção civil consultados apresentam referências aos locais onde podem ser instaladas as ZCAP. Também a maioria aponta os serviços sociais dos municípios ou o Instituto de Segurança Social, como sendo as entidades responsáveis pela coordenação da ZAP ou da ZCAP.

Um coordenador deve dirigir cada uma das ZCAP segundo um conjunto de regras, que permitam, não só a quem a tem que operacionalizar a mesma, como a toda a população que irá usufruir das condições criadas, conviver naquele espaço em condições de stress extremo, atendendo ao problema que os levou ali.

No Guia de referência à instalação de abrigos temporários que serviu de base a este capítulo, é possível encontrar algumas recomendações como deve ser um Coordenador de um abrigo temporário, aqui extrapolado para uma ZCAP. (Shelters and shelter management ,2005)

Deve existir um conjunto de preocupações para com cada uma das ZCAP definidas, que devem ir desde a fase de preparação da ZCAP, passando pelo momento da abertura/ativação da ZCAP, assim como durante o período em que esta se mantiver em funcionamento. Na fase de desativação são também necessários alguns cuidados, que adiante serão perfeitamente definidos.

O coordenador da ZCAP, será o responsável pela gestão da mesma, no que tem a haver não só com as instalações e equipamentos, mas também com os recursos humanos que são um fator essencial no desenrolar de todas as ações inerentes ao correto funcionamento da ZCAP. (Shelters and shelter management ,2005)

Na fase de preparação é essencial que se:

- Realize uma inspeção preliminar para determinar se o edifício está apto para ser usado como ZCAP.
 1. Obtenham as chaves, difundindo junto dos seus colaboradores a localização das mesmas e se possível devem ser duplicadas. Devem ainda se etiquetadas e arrumadas em chaveiro próprio;
 2. Determine o espaço disponível, alocando o espaço adequado a cada pessoa;
 3. Verifique se edifício se encontra em perfeitas condições de funcionamento. (Água corrente, WC funcionando, energia, cozinha, armazenamento);
 4. Verifique se há alguma anomalia visível no edifício. (Conexões frouxas, parafusos e fixadores, telhado, janelas e portas).

- Mobilize a equipa que o acompanha na ZCAP.
 1. Alertando-a para a necessidade de todos se manterem contactáveis, principalmente em períodos de alerta para qualquer dos riscos existentes no concelho;
 2. Informar toda a equipa do local onde devem fazer a concentração em caso de ativação;
 3. A equipa deve reunir periodicamente;

4. Deve atribuir funções a cada uma das pessoas constituintes da equipa, conforme as atividades a desenvolver na ZCAP;
 5. Deve ter a capacidade de delegar tarefas.
- Garanta o armazenamento seguro dos mantimentos.
1. Deve providenciar a disponibilidade dos alimentos correspondentes àquela ZCAP, definindo o seu armazenamento em locais seguros;
 2. Deve acautelar que no dia da entrega dos alimentos alguém os pode receber;
 3. Faça um inventário dos itens existentes, verificando sempre as datas de validade dos produtos enlatados assim como a integridade das latas - amassadas, etc.
- Prepare um plano de atuação adequado.
1. Efetue uma revisão das regras existentes para a ZCAP e modifique-as sempre que houver essa necessidade, com base numa experiência passada quer em contexto real, quer em contexto de exercício;
 2. Designar áreas para atividades específicas;
 3. Atribuir tarefas a cada elemento da equipa;
 4. Informar as regras básicas existentes nas ZCAP em reuniões com a população e também no briefing com as equipas;
 5. Preparar listas de verificação para várias funções e tarefas;
 6. Determinar as tarefas a serem realizadas pelos residentes na ZCAP;
 7. Obtenha os formulários necessários;
 8. Definir equipas para as tarefas de maior especificidade;
 9. Participar em exercícios de preparação;
 10. Promover atividades de informação pública;
 11. Fornecer informações às comunidades sobre o funcionamento e os locais de instalação das ZCAP;

12. Divulgar através dos meios de comunicação;
13. Preparar lista de famílias vulneráveis em conjuntos com os serviços sociais do município e a Guarda Nacional Republicana;
14. Preparar lista de atividades e equipamentos recreativos.

Logo que exista a necessidade de ativação da ZCAP devido a um acidente grave ou catástrofe, o coordenador da mesma deverá providenciar um conjunto de ações importantes para o seu correto funcionamento tais como:

1. Contatar os membros da equipa e informar da abertura da ZCAP;
 2. Obter as chaves e abrir a ZCAP;
 3. Preparar a ZCAP para receber as pessoas com necessidade de abrigo;
 4. Verificar se o edifício se encontra nas devidas condições relativamente aos aspetos estruturais.
- Registo do pessoal e da população.
1. Designar as áreas a ser ocupadas, assim como as áreas reservadas;
 2. Garantir alimentos e equipamentos;
 3. Garantir a função de registar as entradas quer dos elementos da equipa quer da população;
 4. Utilizar os formulários existentes;
 5. Atribuir alocação de espaço preferencialmente em unidades familiares;
 6. Determinar interesse e capacidades da população alojada.
- Atribuir deveres.
1. Liste os deveres;
 2. Determinar o interesse e as capacidades dos ocupantes e apoiar as pessoas para os vários deveres;
 3. Faça as atribuições a que cada pessoa tem direito (entrega de Kit`s);
 4. Informar os ocupantes e o pessoal de apoio das tarefas atribuídas.
- Realizar sessões informativas / formativas.
1. Reforce os deveres, regras e as áreas de acesso comuns;

2. Reforce a responsabilidade de cada um na quebra, dano, destruição intencional;
 3. Realize reuniões diárias com as pessoas alojadas.
- Estabeleça áreas para as várias atividades (use manuais e diretrizes).
 1. Determinar as atividades;
 2. Alocar e marcar as áreas designadas;
 3. Informe as pessoas alojadas das áreas existentes usando quadros de avisos.
 - Comunique com o posto de comando operacional (PCO).
 1. Determinar os meios disponíveis;
 2. Estabeleça canal de comunicação com o PCO;
 3. Preparar e enviar relatório diário;
 4. Utilizar os meios disponíveis.
 - Mantenha a disciplina.
 1. Exponha as regras;
 2. Informar ocupantes;
 3. Imponha regras básicas em caso de necessidade;
 4. Informar os ocupantes da sua responsabilidade perante a comunidade.
 - Distribuição de provisões.
 1. Nomear o responsável pelo local de armazenamento;
 2. Estabeleça o stock;
 3. Identifique necessidades.
 4. Indique a pessoa (s) para distribuir os produtos;
 5. Relatórios diários do inventário.
 6. Requisição de provisões.
 - Preparação e distribuição de refeições.
 1. Desenvolva um menu básico simples;
 2. Identifique pessoas para preparar e distribuir refeições;
 3. Defina locais para disposição da comida e utensílios;
 4. Definir horários para as refeições;
 5. Prepare e divulgue a distribuição.

6. Providencie uma área de refeições limpa.
- Lazer.
 1. Identifique e selecione pessoas para coordenar as atividades;
 2. Prepare lista de itens para a utilizar para as atividades de recreação;
 3. Adquira o equipamento necessário.
 - Atividades religiosas.
 1. Identifique e selecione pessoas para coordenar atividades religiosas;
 2. Adquira o equipamento necessário.
 - Segurança.
 1. Identifique, selecione e nomeie pessoas para realizar funções de segurança, devem preferencialmente ser identificadas.

Terminada a situação que despoletou a ativação da ZCAP, e quando entramos na fase da recuperação, tendencialmente a população começa a voltar à normalidade, chegando também o momento em que se pode promover a desativação da ZCAP, pelo que o coordenador deve:

- Garantir que houve a saída de todas as pessoas alojadas.
 1. Realize uma contabilização de todas as pessoas que abandonam a ZCAP;
 2. Obtenha da parte da sua equipa a indicação que o edifício está totalmente vazio;
 3. Recupere as provisões que sobraram, acondicionando-as;
 4. Se necessário solicitar transporte para as pessoas de mobilidade reduzida (idosos, deficientes, etc.);
 5. Providencie acomodação para aqueles que não puderem voltar para casa.

Depois do espaço onde funcionou a ZCAP estar completamente vazio, será necessário garantir que este espaço volta à normalidade, tomando as ações necessárias para que o mesmo fique nas devidas condições, nomeadamente:

➤ Organizar a limpeza e garantir todas as condições de segurança na infraestrutura.

1. Ativar e atribuir missão às equipas de limpeza;
2. Organizar a recolha e transporte dos resíduos existentes;
3. Proceder a pequenos restauros no edifício se necessário;
4. Faça a reinspeção do edifício para garantir que o mesmo pode continuar disponível como ZCAP;
5. Feche o edifício e deposite as chaves no local respetivo.

➤ Preparar relatórios.

1. Juntar informação.
2. Reúna com toda a equipa para debriefing da operação;
3. Obtenha relatórios setoriais da equipa;
4. Atualize lista de pessoal e voluntários;
5. Envie o relatório final para o SMPC.

O coordenador da ZCAP pode organizá-la, conforme se mostra na Figura nº 5, seguindo o proposto no guia de abrigos (Shelters and shelter management ,2005), permitindo fazê-lo de forma organizada e onde cada um dos intervenientes sabe qual a sua função dentro da equipa de resposta.

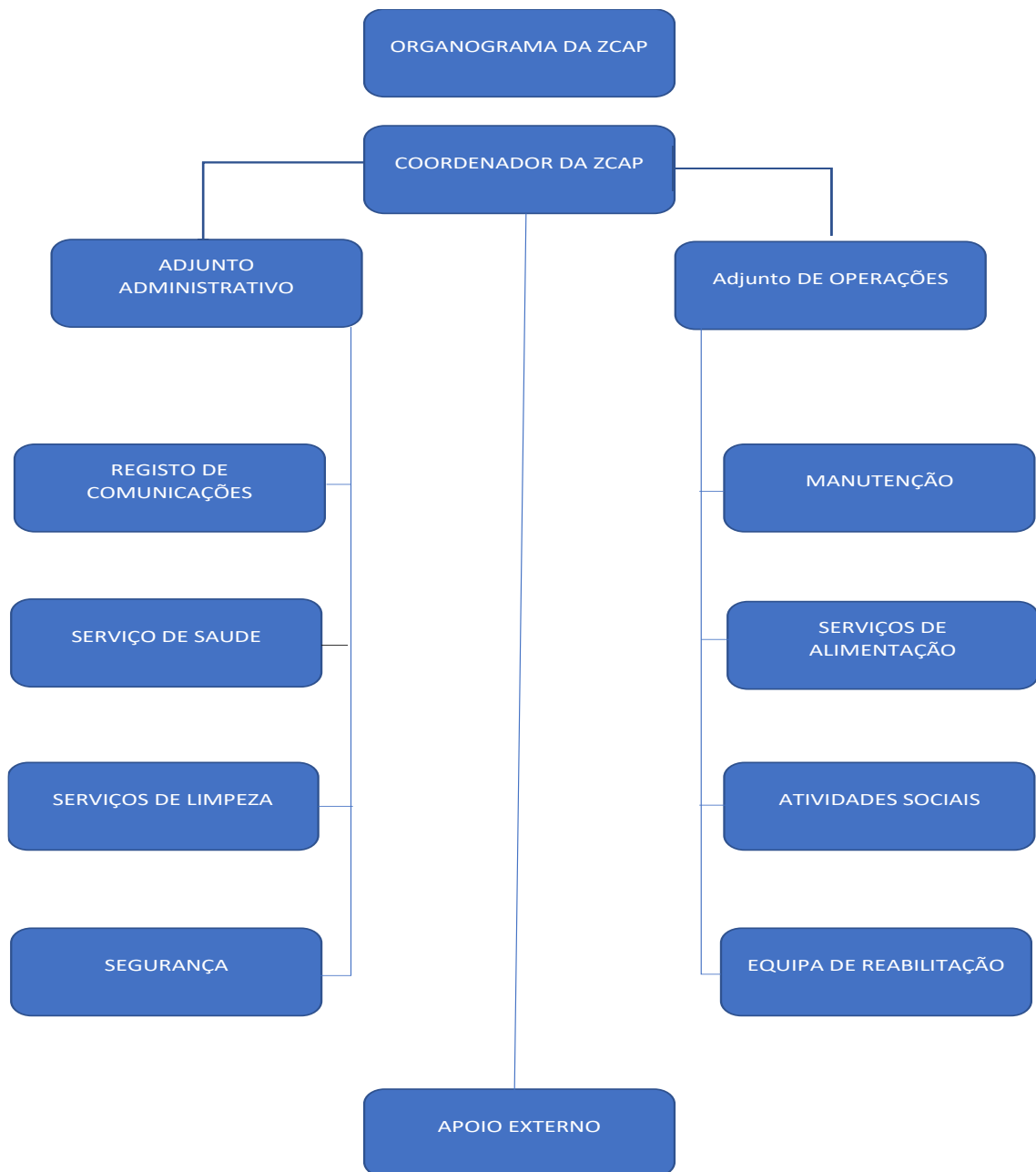


Figura 5 - Organização da ZCAP (Shelters and shelter management, 2005)

5.2 Organização da equipa de apoio nas ZCAP

Na implementação de uma ZCAP é necessário a constituição de uma equipa, que terá de responder em circunstâncias muito específicas, a um conjunto de necessidades da população. Esta equipa deverá estar previamente constituída, e integrada num sistema, que permita a resposta adequada em tempo útil.

Segundo o guia de referência para a organização de abrigos para desalojados, há um conjunto de entidades e estruturas que devem ser consideradas para se organizar a receção das pessoas. (Shelters and shelter management ,2005)

A equipa de apoio à implementação de uma ZCAP, deve na fase de preparação ser constituída por:

- Forças de segurança.
 1. Deverá existir em cada uma das ZCAP um responsável pela segurança.
 2. As forças de segurança devem ter capacidade de mobilidade.
- Serviços Sociais
 1. Devem nesta fase preparar a sua equipa de resposta em caso de necessidade. Em conjunto com o coordenador da ZCAP devem ter um plano que possam implementar de forma a favorecer a organização da ZCAP.

Quando é tomada a decisão de abertura da ZCAP, existem entidades e estruturas que são imprescindíveis ao bom funcionamento das mesmas tais como:

- Forças de segurança (polícia ou militares) – São entidades que devem contribuir para a manutenção da lei e ordem não só na ZCAP, mas também no local onde existiu um acidente grave ou catástrofe. Podem ainda colaborar na evacuação das pessoas dos locais onde se encontram para a ZCAP.
- Serviços Sociais – Os serviços sociais do município em conjunto com o Instituto de Segurança Social (ISS), tem uma particular importância na forma como se desenrolam as atividades na ZCAP, devendo tentar contactar familiares desaparecidos, caso seja possível, aconselha, organiza e implementa atividades apropriadas, nomeadamente na colaboração na distribuição de alimentos e outras provisões. Devem ainda:

1. Determinar /identificar necessidades sociais;
2. Fornecer aconselhamento e tranquilidade.

Deve ainda existir um esforço de todas a entidades, nomeadamente dos serviços responsáveis pela rede viária, que em conjunto com o SMPC devem tentar manter as estradas transitáveis, assim como deve existir cuidados especiais na vertente da segurança contra incêndios.

Um aspeto extremamente importante a levar em conta, é a saúde e nutrição das pessoas, para o efeito devem ser constituídas equipas que possam:

- a. Fornecer tratamento médico, quando necessário;
- b. Verificar o abastecimento de água em quantidade e qualidade;
- c. Manter registos sobre problemas de saúde atualizados;
- d. Garantir que existem sanitários em condições de serem usados;
- f. Verificar se em redor da ZCAP não existem riscos para a saúde das pessoas alojadas;
- g. Providenciar as provisões necessárias;
- h. Monitorizar a limpeza das instalações de forma a que não existam problemas de saúde pública;
- i. Assegure a remoção de resíduos.

Para além destes, segundo o Guia de abrigos (Shelters and shelter management ,2005) , será possível organizar a ZCAP tendo em conta que para além do coordenador poderão existir dois adjuntos, conforme figura nº 5, em que um será o adjunto administrativo e o outro adjunto de operações. O adjunto administrativo, com responsabilidades ao nível do registo das comunicações, serviços de saúde, serviços de limpeza e pela segurança, enquanto que o adjunto de operações terá toda a responsabilidade ao nível da manutenção do local onde está instalada a ZCAP.

5.3 Implementação de ZCAP durante o Incêndio de Monchique - agosto de 2018

No dia 03 de agosto de 2018, pelas 13:32h eclodiu um incêndio no concelho de Monchique, no Sítio Perna da Negra. Atendendo às condições meteorológicas adversas e à orografia do terreno, o mesmo desenvolveu-se com grande severidade, vindo a afetar não só o concelho de Monchique, mas também os concelhos de Portimão, Silves e Odemira.

No dia 05 de agosto, pelas 22:50h, por solicitação do posto de comando instalado em Monchique, foi solicitado ao SMPC de Portimão que fosse instalada em Portimão uma ZCAP que pudesse dar apoio aos desalojados existentes no concelho de Monchique.

Face ao número de desalojados previstos e ao tipo de risco existente no momento, a escolha do edifício, recaiu no pavilhão arena, situado no parque de feiras e exposições de Portimão.

Através de conversas informais com técnicos da divisão de habitação e desenvolvimento social e saúde do município de Portimão, foi-nos confidenciado, que foram encontradas sinergias, entre todos os técnicos desta divisão, o que lhe permitiu numa fase inicial poder ativar a ZCAP. Foi ainda possível apurar, que empiricamente, foi desenhado um *layout* com as áreas a implementar de forma a dar ao desalojados todas as condições de bem-estar e conforto, que deixaram de ter nas suas casas, face ao incêndio de grandes proporções que se desenvolvia nas imediações das mesmas. Na constituição desta ZCAP estiveram envolvidas várias divisões do Município, que de forma ininterrupta, operacionalizaram a ZCAP até dia 09 de agosto.

Desta operação, e respetiva avaliação e levando em conta o grau de preparação da equipa, podem retirar-se os seguintes pontos fortes:

- Espírito de abnegação e altruísmo das divisões do município que colaboraram na instalação da ZCAP;
- Capacidade de mobilização de voluntários;
- A participação ativa dos concelhos vizinhos que não estavam a ser afetados com o incêndio, nomeadamente o concelho de Lagoa e Lagos com o empréstimo de equipamentos que permitiram dar melhores condições de conforto às pessoas desalojadas das suas habitações;
- A participação ativa das juntas de freguesias de Portimão e Alvor, que providenciaram o transporte não só das pessoas desalojadas, bem como das provisões necessárias à instalação da ZCAP;
- A cruz vermelha de Portimão em conjunto com outras instituições de solidariedade social do concelho, foram o garante de grande parte dos

produtos e equipamentos que se encontravam ao dispor na ZCAP de Portimão.

- Sem que houvesse um plano prévio, através do *layout* criado, o pavilhão arena foi dividido da seguinte forma:

- ✓ Área de receção de pessoas;
- ✓ Área de receção de alimentos;
- ✓ Área de refeições;
- ✓ Área de descanso, dividida conforme os problemas/famílias/crianças;
- ✓ Área de apoio médico;
- ✓ Área de apoio veterinário;
- ✓ Área de apoio psicológico;
- ✓ Área de descanso do Staff;
- ✓ Espaço lúdico para crianças;
- ✓ Sala multimédia para crianças e adultos;
- ✓ Espaço de armazenagem de alimentos;
- ✓ Espaço de armazenagem de alimentos para animais;
- ✓ Espaço para albergar animais;
- ✓ Zona de banhos;
- ✓ Zona sanitários;
- ✓ Separação de lixos, com criação de área exterior para a sua armazenagem;

- Foi criado um local onde era publicado a escala de voluntários para apoio à ZCAP.

- Informação prévia da chegada dos desalojados através de telemóvel;

Do processo de lições aprendidas, são de realçar alguns pontos onde será preciso melhorar:

- A falta de sinalética dificultava a identificação das áreas criadas;
- Uma das dificuldades encontradas foi a falta de extensões elétricas para alimentar todos os telemóveis e tablets existentes entre os desalojados;
- Falta de impressos próprios para efetuar os registos da ZCAP;

- Os responsáveis pela ZCAP só conseguiam contatar com o PCO através de telemóvel, por falta de outros meios de comunicação;
- Apesar do pavilhão arena ter cerca de 4000 m², a dada altura faltava espaço para que as áreas criadas não tivessem conflito entre si.

A experiência vivenciada pelas pessoas que operacionalizaram esta ZCAP, contribuiu em muito para que este trabalho tivesse tido o alinhamento que teve, não só por tudo o que correu bem, mas também os pontos a melhorar tiveram um grande contributo, permitindo que fossem criados impressos que poderão de futuro ser utilizados para organizar as ZCAP.

Algumas fotos do pavilhão arena cedidas pelo Sérgio Nave, ilustram de forma muito clara como foi utilizado o espaço, na criação de todas as zonas já definidas anteriormente.

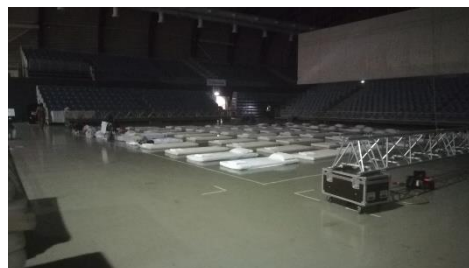
- Área de fornecimento de alimentação



- Área de abastecimento de alimentos e outros bens



- Área de descanso



- Área de atividades lúdicas para crianças





- Área de sanitários e banhos



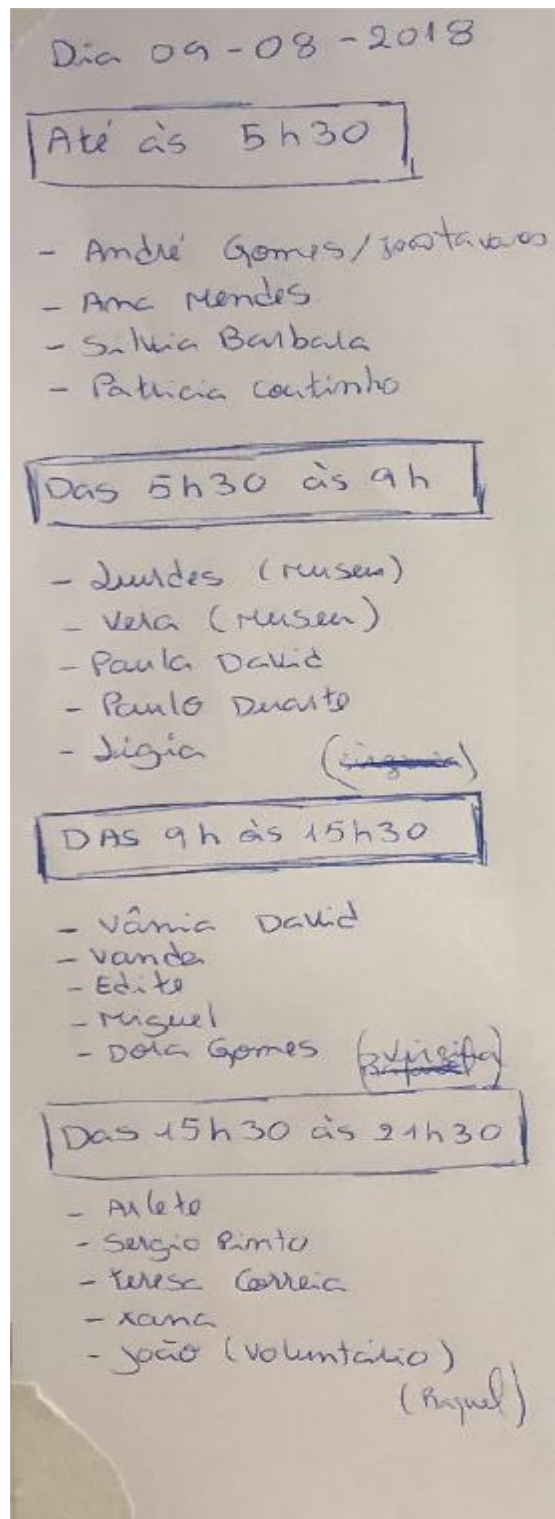
- Área de apoio médico



- Área de provisionamento de roupas



• Escala de voluntários



6. Metodologia

6.1. A Metodologia de Investigação

A metodologia de investigação utilizada neste estudo foi o método investigação-ação, por ser aquele que nos permite trabalhar problemas que envolvem pessoas, e onde alguns procedimentos exigem soluções, sendo necessário implementar algumas mudanças que levem a aumentar os resultados.

A investigação – ação procura juntar a investigação à prática, pelo nos permite fazer pesquisa em situações em que se dedicamos maioritariamente à prática, permitindo melhorar a compreensão que temos desta.

Neste trabalho com base naquilo que é o conhecimento da implementação no terreno do apoio psicossocial às populações, tentaremos melhorar esse apoio através da investigação-ação, procurando unir a investigação à ação ou prática, isto é, desenvolver o conhecimento e a compreensão como parte da prática.

Um dos pioneiros da investigação-ação foi o psicólogo alemão Kurt Lewin (1890-1947) (Engel, 2015). Na década de 1960, na área de Sociologia, rapidamente ganhou terreno a ideia de que o cientista social deveria sair de seu isolamento, assumindo as consequências dos resultados de suas pesquisas e colocá-los em prática, para interferir no curso dos acontecimentos.

Ainda segundo o mesmo autor, a investigação - ação permite um processo de aprendizagem para todos os participantes. A investigação-ação é situacional: procura diagnosticar um problema específico numa situação também específica, com o fim de atingir uma relevância prática dos resultados. Não está, portanto, em primeira linha interessada na obtenção de enunciados científicos generalizáveis (relevância global). Há, no entanto, situações em que se pode alegar alguma possibilidade de generalização para os resultados da investigação-ação: se vários estudos em diferentes situações levam a resultados semelhantes, isto permite maior capacidade de generalização do que um único estudo; - A investigação-ação é auto avaliativa, isto é, as modificações introduzidas na prática são constantemente avaliadas no decorrer do processo de intervenção e o feedback obtido da monitorização da prática é traduzido em modificações, mudanças

de direção e redefinições, conforme necessário, trazendo benefícios para o próprio processo, isto é, para a prática, sem ter em vista, em primeira linha, o benefício de situações futuras; - A investigação-ação é cíclica: as fases finais são usadas para aprimorar os resultados das fases anteriores, pelo que o que se propõe é a elaboração de um Plano Setorial de apoio Psicossocial à População, que nos permita em primeira instância aplica-lo ao concelho de Portimão e depois de se outras entidades assim o entenderem, poderá ser estendido aos outros concelhos.

6.2. Técnicas de Recolha de Dados

Para efetuar a colheita de dados, foi usado um questionário, com um conjunto de questões de escolha múltipla e também questões abertas, de forma a permitir que as respostas possam refletir a realidade de cada SMPC.

Construir este questionário não foi fácil, atendendo à especificidade do estudo, assim como a inexistência de qualquer modelo comparativo, levando a que a construção do mesmo fosse baseada essencialmente nas questões relativas às ZCAP, de forma a dar resposta à questão inicialmente formulada: *“A existência dum plano setorial de apoio psicossocial à população, poderá organizar a resposta dos agentes de proteção civil a um acidente grave ou catástrofe?”*.

6.3. Seleção da Amostra

A descrição da população e da amostra fornece uma boa ideia sobre a eventual generalização dos resultados (Fortin ,2000,p.133). Neste estudo, a amostra será escolhida de entre a população de agentes de proteção civil que compõem os SMPC que foi possível obter contatos através de pesquisa na internet, de onde foram recolhidos 185 contatos de mail, para onde foi enviado o questionário.

Destes apenas 41 responderam ao questionário, pelo que os resultados apurados apenas se referem a estes, apesar da amostra ser muito reduzida, permite-nos perceber

de que forma estão organizados os SMPC não só em Portugal continental, como também nas ilhas dos Açores e Madeira.

7. Resultados e Discussão

Para a obtenção de dados, foi concebido um questionário e enviado através da plataforma online <https://docs.google.com> e cumulativamente através de mail. A população considerada para o estudo foram os 185 mail`s enviados não só aos SMPC de Portugal continental, como também para os Açores e da Madeira. A plataforma esteve disponível durante 15 dias, sendo que das 185 respostas esperadas, apenas foi possível obter 41 respostas, o que representa cerca de 22,2% da população obtida, que apesar de não apresentar relevância estatística, permitiu obter resultados heterogêneos, uma vez que foram obtidas respostas aos questionários de todas as regiões do país, bem como das ilhas dos Açores e da Madeira.

De seguida passamos à análise dos resultados obtidos, baseando-se essencialmente nas respostas aos questionários, sendo omitida apenas a resposta que dizia respeito ao SMPC onde o inquirido informava o SMPC onde exercia funções, mas que nos permitiu constatar a heterogeneidade da amostra já referenciada anteriormente.

7.1. Resultados

Da análise da Tabela nº 2, verificamos que a maioria dos inquiridos tem entre 41 e 50 anos, representando 51,2% da nossa amostra, sendo que 82,9% se situam nos escalões etários entre os 31 anos e os 50 anos, enquanto que os extremos representam apenas 17.1% da amostra em estudo.

Tabela 2 - Idade dos Inquiridos

Idade dos Inquiridos		
	Frequência	Percentagem
18 anos - 30 anos	3	7,3%
31 anos - 40 anos	13	31,7%
41 anos - 50 anos	21	51,2%
51 anos - 60 anos	4	9,8%
Total	41	100,0%

Da análise do gráfico nº1, verificamos que 27 elementos da nossa amostra são do género masculino, representando 65,9% da nossa amostra, enquanto que os restantes 34,1% são do género feminino, correspondendo a 14 elementos da nossa amostra num total de 41 elementos inquiridos.

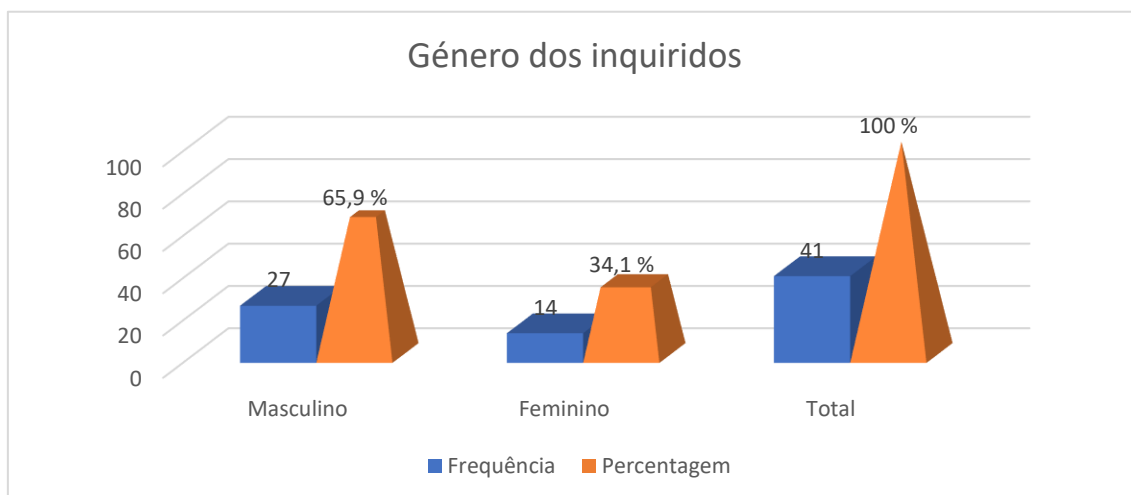


Gráfico 1- Género dos Inquiridos

Da análise da tabela nº 3, é possível verificarmos que 55% da nossa amostra, que corresponde a 33 inquiridos, possuem o ensino superior, e destes 20% possuem uma pós-graduação, enquanto que 7% possuem mestrado. De referir, que apenas 13,4% dos inquiridos não têm como habilitação literária o ensino superior, destes, apenas 1,7% tem apenas o ensino básico.

Tabela 3 - Habilitações Literárias

Habilitações Literárias			
	Respostas		Percentagem de casos
	Frequência	Percentagem	
Ensino Básico	1	1,7%	2,4%
Ensino Secundário	7	11,7%	17,1%
Ensino Superior	33	55,0%	80,5%
Pós-Graduação	12	20,0%	29,3%
Mestrado	7	11,7%	17,1%
Total	60	100,0%	146,3%

Da análise efetuada à tabela nº 4 e do gráfico nº 2, verificamos que a nossa amostra é constituída em 41,5% pelos Coordenadores dos Serviços Municipais de Proteção Civil, enquanto que 12 dos inquiridos e que correspondem a 29,3% são técnicos superiores do SMPC. De salientar a existência de apenas 2 assistentes operacionais, que correspondem a 4,9% da amostra, enquanto que 7,3% da amostra caracterizou a sua função como “outra”, podendo eventualmente corresponder à situações em que os SMPC são ainda geridos integralmente pelo presidente da câmara municipal ou pelo vereador indigitado por este.

Tabela 4 - Função desempenhada no SMPC

Função desempenhada no SMPC		
	Respostas	
	Frequência	Percentagem
Coordenador Municipal de Proteção Civil	17	41,5%
Técnico Superior	12	29,3%
Assistente Técnico	7	17,1%
Assistente Operacional	2	4,9%
Outra	3	7,3%
Total	41	100,0%

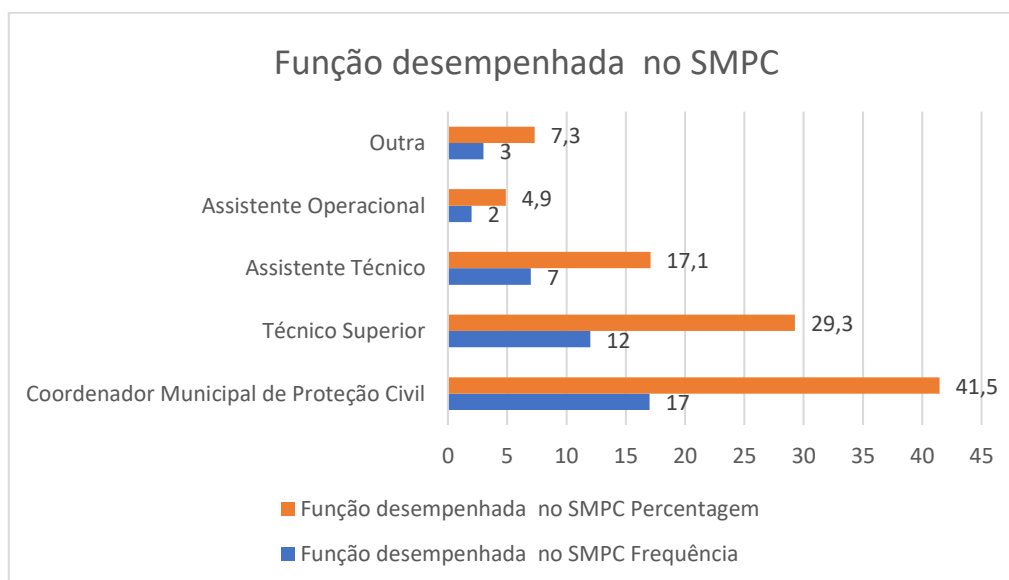


Gráfico 2- Função desempenhada no SMPC

Relativamente à análise da tabela nº5, verifica-se que 22 dos elementos da nossa amostra, que correspondem 53,7% desempenham funções no SMPC entre 1 ano e 5 anos. De salientar ainda, que 22% da amostra desempenha funções no SMPC há mais

de 10 anos, enquanto que apenas 4 dos inquiridos e que representam 9,8% da amostra, desempenham funções apenas há menos de 1 ano.

Tabela 5 - Experiência Profissional

Experiência profissional		
	Respostas	
	Frequência	Percentagem
menos de 1 ano	4	9,8%
entre 1 ano e 5 anos	22	53,7%
entre 6 anos e 10 anos	6	14,6%
mais de 10 anos	9	22,0%
Total	41	100,0%

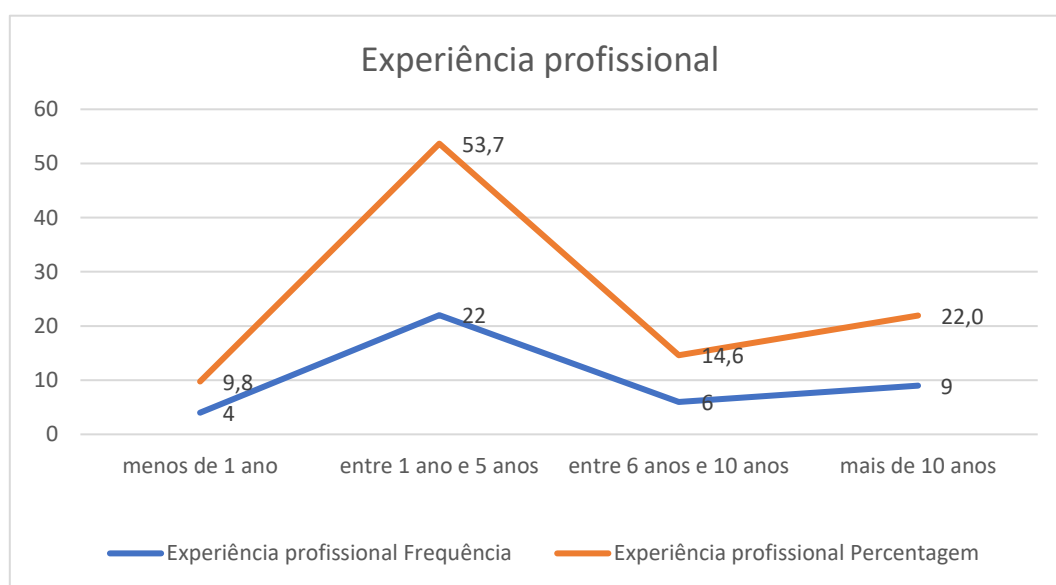


Gráfico 3 - Experiência profissional dos funcionários dos SMPC

Da análise da tabela nº 6 é possível verificar que 32 município apresentam riscos naturais, representando 38,1% da amostra, enquanto relativamente aos riscos mistos e que no site da ANEPC são considerados apenas os incêndios Rurais, 33,3% dos municípios apresentam este tipo de risco como estando presente. Os riscos tecnológicos são aqueles que estão presentes em menos números, representando 28,6% da amostra em estudo.

Foi possível ainda verificar que há apenas 9 municípios, representando apenas 9% da amostra, que não têm riscos naturais. Relativamente aos riscos tecnológicos, verificamos que há 17 municípios que não apresentam riscos tecnológicos, o que representa 41,5% da amostra como podemos verificar na tabela nº 9.

Tabela 6 - Riscos existentes no município

Riscos do Município			
	Respostas		Percentagem de casos
	Frequência	Percentagem	
Riscos Naturais	32	38,1%	78,0%
Riscos Tecnológicos	24	28,6%	58,5%
Riscos Mistos	28	33,3%	68,3%
Total	84	100,0%	204,9%

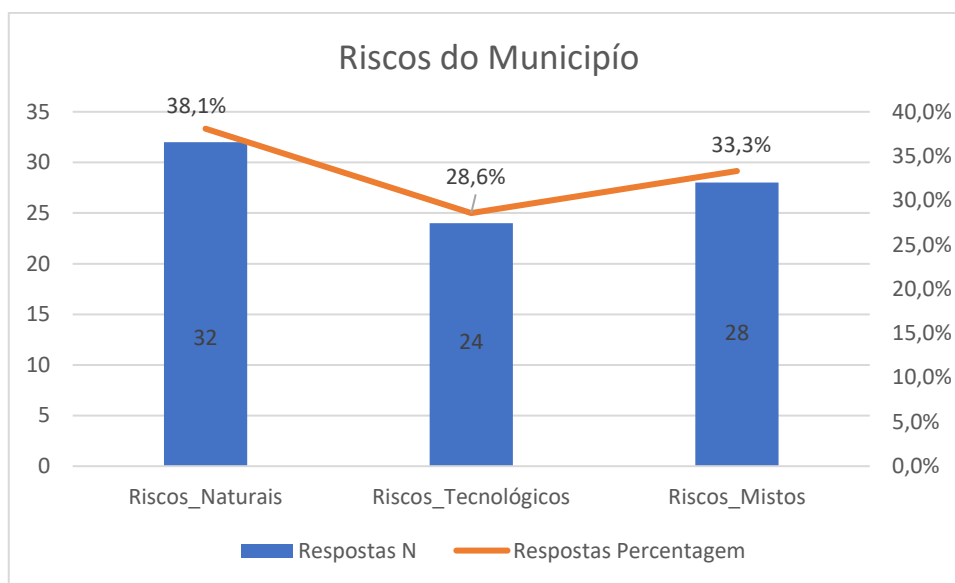


Gráfico 4 - Riscos existentes no Município

Da análise das tabelas nº 7, podemos verificar que 78% da nossa amostra apresenta riscos naturais onde os mais significativos como se pode observar na tabela nº 8 são as cheias e inundações, que representam 20,3% dos riscos existentes, seguido das ondas de calor, onde 25 municípios, referem ter este risco presente e que representa 16,9% dos riscos naturais existentes.

Por outro lado, podemos verificar, que apenas 4 município apresenta como risco natural os nevões, enquanto que 17 municípios, apresentam o risco de sismos, representando 11,5% dos riscos existentes.

Podemos ainda verificar que existem 20 municípios que apresentam o risco de movimentos de massa e vertentes, estando eventualmente associado ao fato de existir uma percentagem elevada de municípios com o risco de cheias e inundações.

Os riscos naturais são de particular relevância para o nosso estudo, uma vez que serão aqueles que maioritariamente contribuíram para a ativação de ZCAP, como podemos observar adiante. Este tipo de riscos, estando presente em 32 dos 41 municípios que estudámos, são também aqueles que poderão ser os maiores causadores de vítimas e feridos, pelo que deve ser uma preocupação de cada SMPC pensar de que forma podemos responder a este tipo de risco.

Tabela 7 - Riscos naturais no município

Resumo de caso					
Tipos de Riscos Naturais					
Válido		Omisso		Total	
Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
32	78,0%	9	22,0%	41	100,0%

Tabela 8 - Tipos de riscos naturais

Tipo de riscos naturais		
	Respostas	
	Frequência	Percentagem
Nevões	4	2,7%
Ondas de calor	25	16,9%
Vagas de Frio	15	10,1%
Secas	13	8,8%
Cheias e Inundações	30	20,3%
Galgamentos Costeiros	8	5,4%
Sismos	17	11,5%
Tsunamis	7	4,7%
Movimento de Massa em vertentes	20	13,5%
Erosão Costeira	9	6,1%
Total	148	100,0%

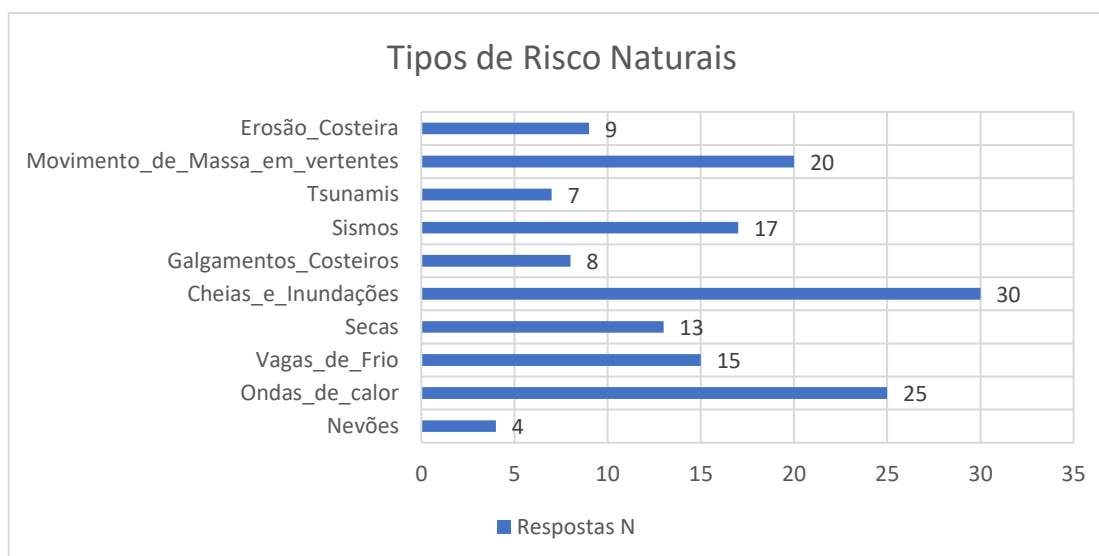


Gráfico 5 - Tipos de Riscos naturais

Da análise da tabela nº 9, podemos verificar, que 58,5% dos municípios apresentam riscos tecnológicos. Destes, 22 municípios apresentam risco de acidentes rodoviários, que continua a ser um dos maiores flagelos existentes em Portugal, quer seja pelas mortes que provocam, mas também pelos feridos.

Os acidentes ferroviários a par dos incêndios urbanos, são também o risco existente em 17 município, representando cada um 12,1% dos riscos existentes.

O risco relativo às emergências radiológicas, apesar de apenas 2 município o apresentarem, existindo um acidente poderá resultar num número elevado de feridos e mortes.

Tabela 9 - Riscos Tecnológicos nos municípios

Resumo de caso					
Riscos Tecnológicos					
Válido		Omisso		Total	
Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
24	58,5%	17	41,5%	41	100,0%

Tabela 10 - Tipos de riscos tecnológicos existentes nos municípios

Riscos Tecnológicos		
	Respostas	
	Frequência	Porcentagem
Acidentes Rodoviários	22	15,6%
Acidentes Ferroviários	17	12,1%
Acidentes fluviais e marítimos	6	4,3%
Acidentes aéreos	9	6,4%
Transporte terrestre de mercadorias	15	10,6%
Acidentes em infraestruturas fixas transporte produtos perigosos	8	5,7%
Incêndios Urbanos	17	12,1%
Emergências Radiológicas	2	1,4%
Edifícios de elevada concentração populacional	9	6,4%
Incêndios em centros históricos	14	9,9%
Colapso de túneis pontes e infraestruturas	7	5,0%
Rutura de barragens	6	4,3%
Substâncias perigosas	9	6,4%
Total	141	100,0%

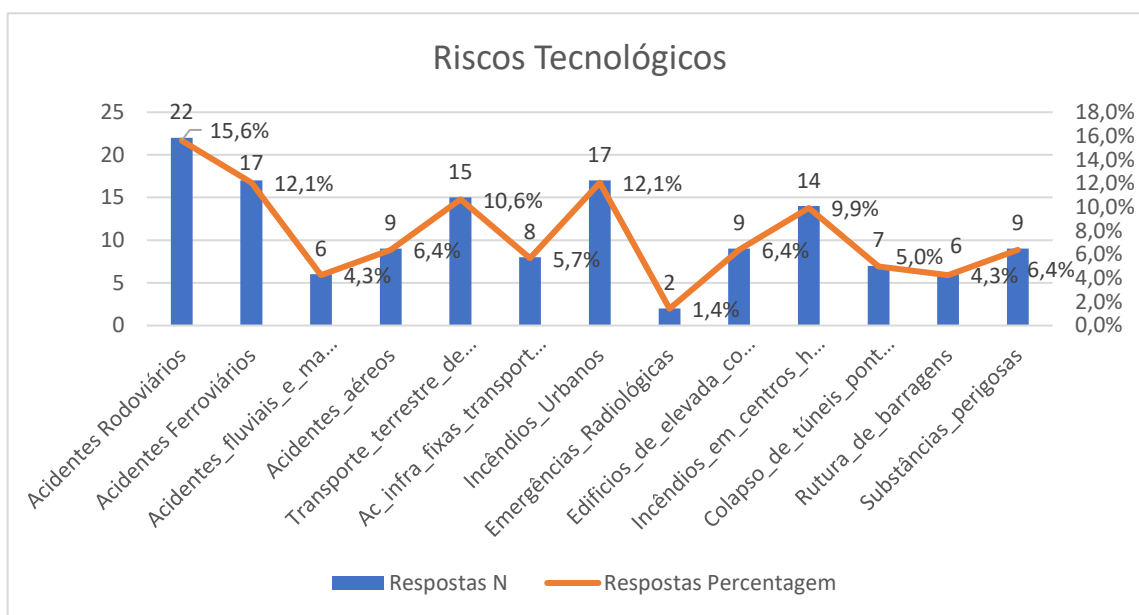


Gráfico 6 - Tipos de riscos tecnológico

Quando inquiridos sobre se no seu município, existe uma lista de verificação que lhes permita analisar, onde podem implementar uma ZCAP, 29 municípios, que representam 70,30% da nossa amostra, referem que possuem essa lista.

Tabela 11 - Existência de lista de verificação para implementação de ZCAP

Lista de Verificação para implementar uma ZCAP		
	Frequência	Porcentagem
Sim	29	70,73%
Não	12	29,27%
Total	41	100%

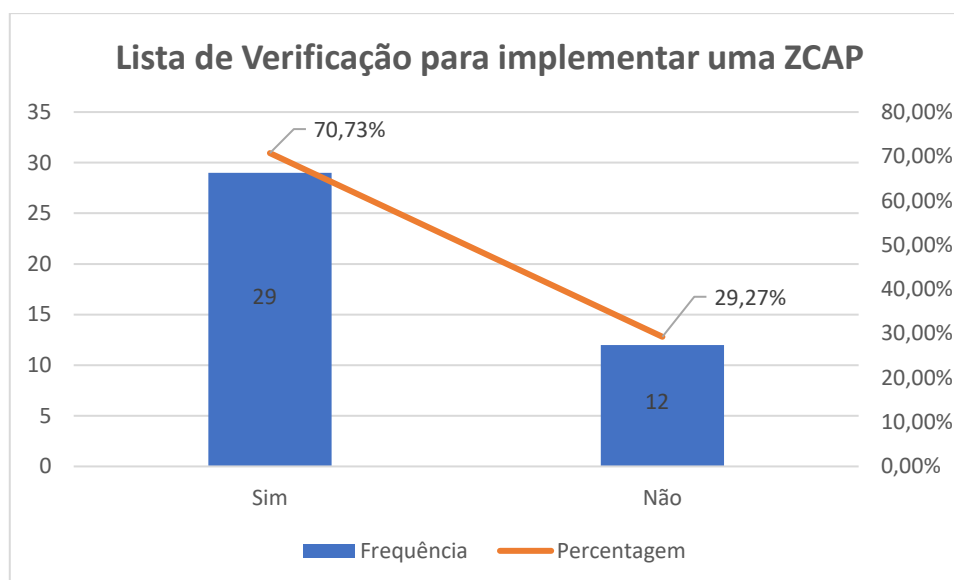


Gráfico 7 - Existência de lista de verificação para implementação de ZCAP

Da análise da tabela nº12 foi possível observar que a maioria dos SMPC utilizou como principais critérios de escolha dos locais onde podem ser operacionalizadas as ZCAP, tendo em a localização, o tipo de infraestruturas e a sua capacidade logística. Desta análise é de realçar, que apenas 1 dos SMPC, se preocupou com o risco existente quando pensou no local onde vai implementar a ZCAP, sendo desta forma preocupante.

Tabela 12 - Aspetos a levar em conta para implementar uma ZCAP

Aspetos a levar em conta para implementar uma ZCAP		
	Respostas	
	Frequência	Porcentagem
Localização	18	31,6%
Tipo de infraestrutura	17	29,8%
Capacidade Logística	13	22,8%
Tipo de risco	1	1,8%
Capacidade de alojamento	8	14,0%
Total	57	100,0%

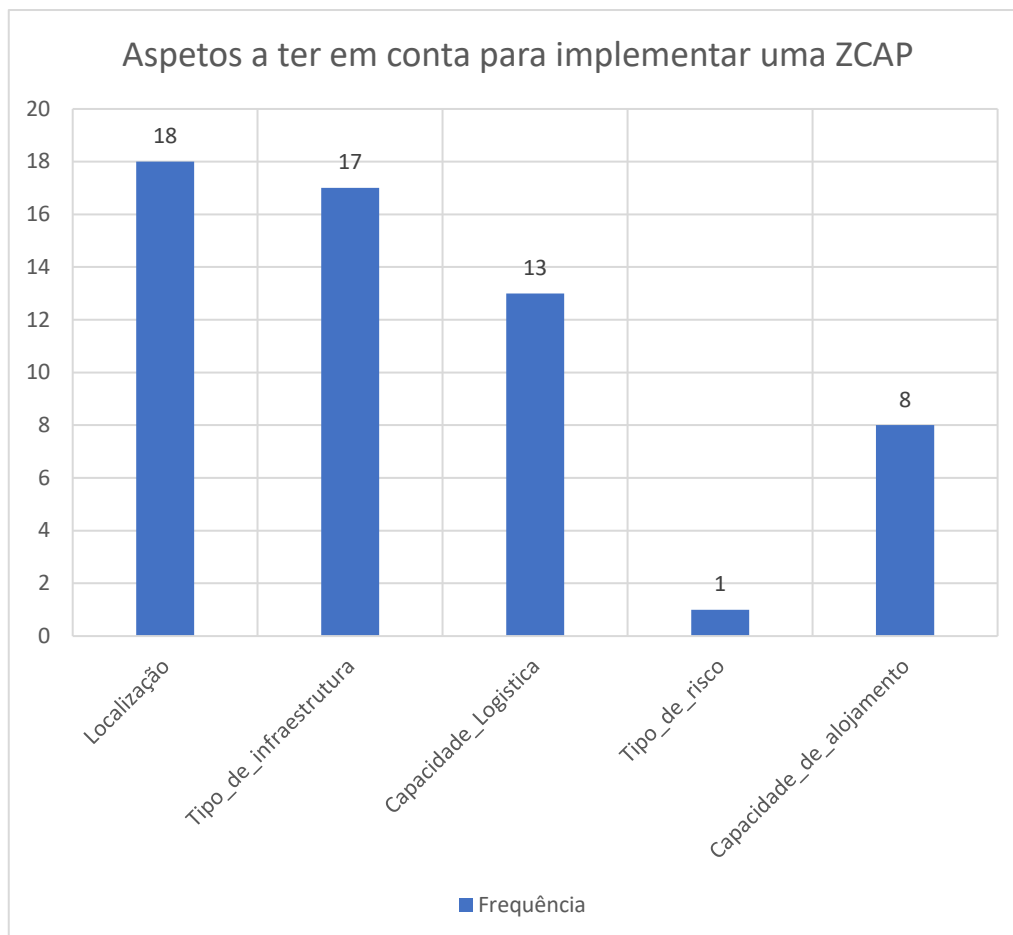


Gráfico 8 - Aspectos a ter em conta para implementar uma ZCAP

Relativamente aos locais onde poderão ser instaladas ZCAP, 61,8% dos escolhidos são infraestruturas com outro tipo de utilizações, que são adaptadas para ser utilizadas como ZCAP. Existem ainda 14 municípios onde as ZCAP podem ser ativadas em instalações provisórias como tendas e outras estruturas amovíveis.

De realçar o fato de existirem 7 municípios onde as ZCAP podem ser instaladas em instalações dedicadas apenas a este tipo de utilização, que representam apenas 12,7% dos locais onde podem ser instaladas ZCAP.

Tabela 13 - Locais de Instalação da ZCAP

Locais de instalação das ZCAP		
	Respostas	
	Frequência	Percentagem
Instalações dedicadas	7	12,7%
Instalações com outras utilizações	34	61,8%
Instalações Provisórias	14	25,5%
Total	55	100,0%

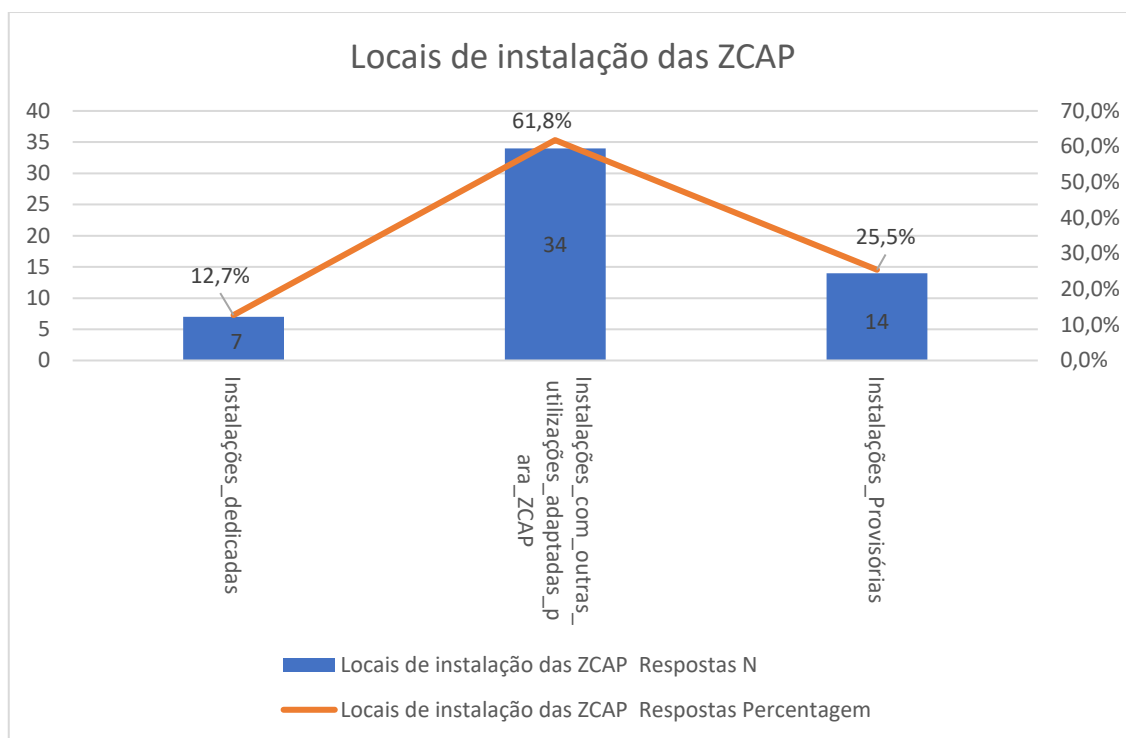


Gráfico 9 - Locais de instalação da ZCAP

Por ser importante tinha sido construída uma questão aberta no questionário, onde perguntava “Quais os aspetos a levar em conta para implementar uma ZCAP”, onde os resultados foram muito diferentes dos obtidos à questão “quais os critérios para a escolha das ZCAP”, onde se denota um maior preocupação com a localização das ZCAP, representando 26,1% dos critérios que estão na base da escolha, com 37 municípios a referir este critério como necessário, enquanto que na pergunta anterior apenas 17 municípios o haviam referenciado.

Outro aspeto importante é que o tipo de risco continua a ser considerado o menos importante quando se trata de escolher o local onde se vai instalar uma ZCAP, sendo considerado apenas por 18 elementos da nossa amostra e representando 12,7% dos critérios a considerar para a instalação da ZCAP. Todos os outros critérios estão muito equivalentes, sendo que o tipo de infraestrutura é um critério importante a considerar, assim como o fato de ser um edifício público.

Tabela 14 - Critérios para a Instalação da ZCAP

Critérios para a escolha das ZCAP		
	Respostas	
	Frequência	Percentagem
Localização	37	26,1%
Número de pessoas a alojar	32	22,5%
As infraestruturas	32	22,5%
Edifícios Públicos	23	16,2%
Tipo de riscos	18	12,7%
Total	142	100,0%

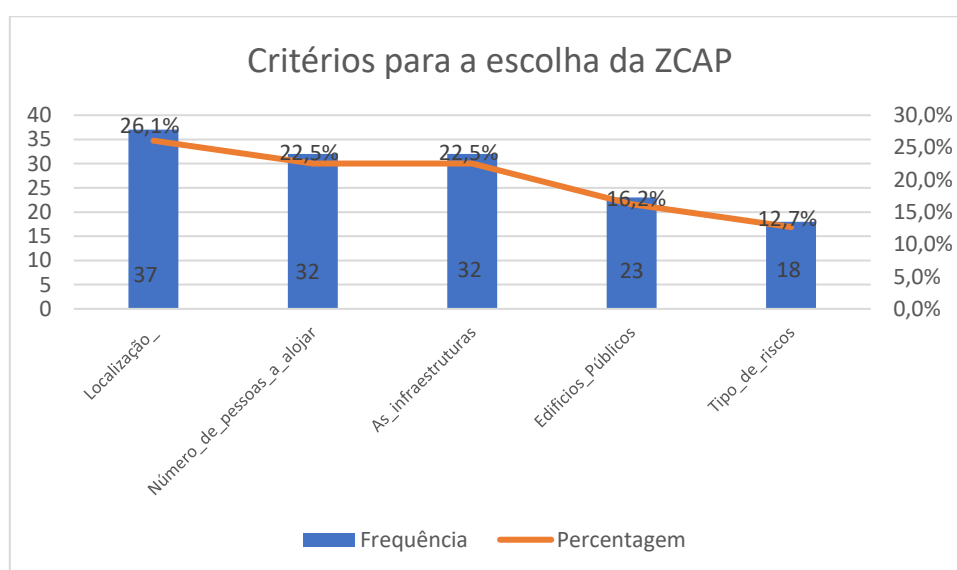


Gráfico 10 - Critérios para a escolha da ZCAP

Relativamente à ativação de ZCAP, verificamos que 61% da nossa amostra nunca ativou uma ZCAP, o que de alguma forma demonstra o longo caminho que há ainda a percorrer neste âmbito, atendendo ao fato de apenas 16 elementos da amostra, que representam 39% da mesma, já alguma vez instalaram uma ZCAP.

Tabela 15 - Ativação das ZCAP nos municípios

Foram implementadas ZCAP no seu concelho		
	Frequência	Percentagem
Sim	16	39,0%
Não	25	61,0%
Total	41	100,0

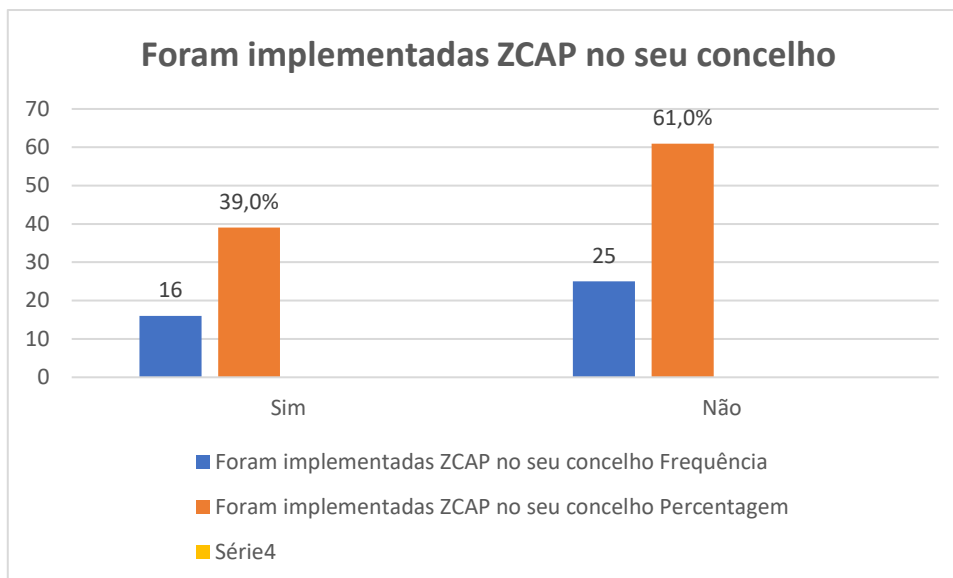


Gráfico 11 - Ativação das ZCAP nos municípios

Da análise efetuada à tabela nº16, podemos verificar que dos 39% da amostra que já ativaram uma ZCAP, o fizeram por 5 vezes, representando 12,2% das ativações, devido a incêndios florestais, enquanto que 9,8% das ativações foi devido a ondas de calor. É de realçar o fato de não existirem ativações de ZCAP devido a riscos tecnológicos.

As cheias e inundações, apesar de serem o risco com maior relevância na nossa amostra, em apenas por 2 vezes ou seja apenas 4,9% da amostra, houve a necessidade de ativar ZCAP.

Tabela 16- Motivo de ativação da ZCAP

Qual o motivo de implementação da ZCAP		
	Frequência	Porcentagem
Incêndios Florestais	5	12,2%
Vaga de Frio	1	2,4%
Onda de calor	4	9,8%
Cheias e inundações	2	4,9%
Movimento de massa	1	2,4%
Simulacro	3	7,3%
Total	16	39,0%
Não se aplica	25	61,0%
Total	41	100,0%

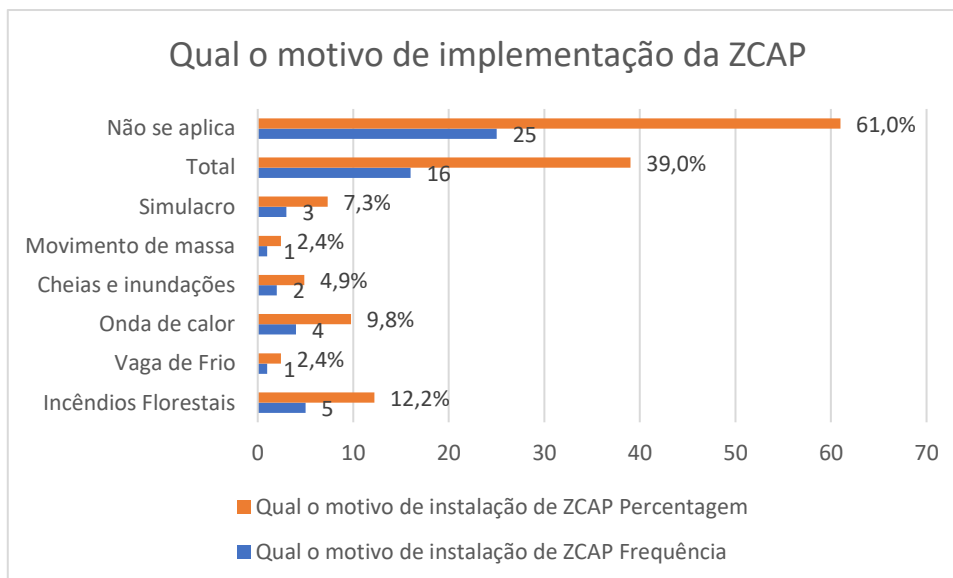


Gráfico 12 - Motivo de ativação da ZCAP

É possível observar através da análise da tabela nº17 que a maioria da amostra, representando 63,4%, tem a possibilidade de ativar entre 0 e 5 ZCAP, salientando ainda o fato de 4,9% ou seja 2 municípios têm a possibilidade de ativar mais de 21 ZCAP em simultâneo.

Tabela 17 - Números de ZCAP que podem ativar nos municípios

Número de ZCAP que pode operacionalizar no seu concelho		
	Frequência	Porcentagem
0 – 5	26	63,4%
6 – 10	11	26,8%
16 – 20	2	4,9%
+ 21	2	4,9%
Total	41	100,0%

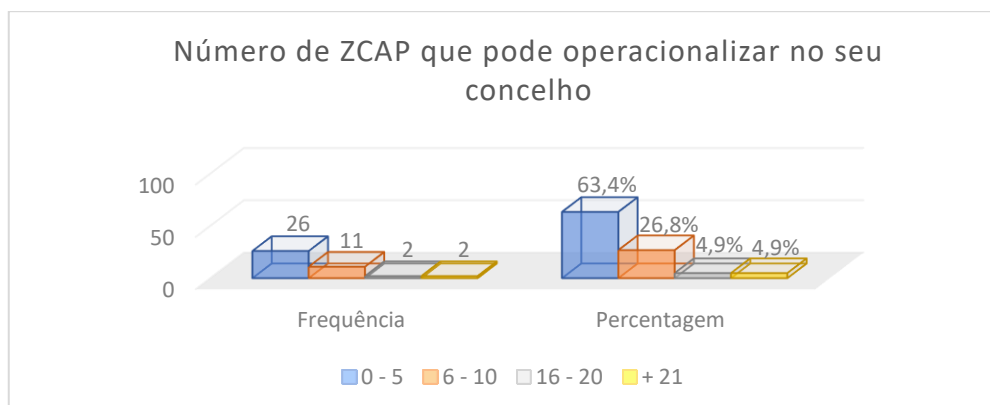


Gráfico 13 - Números de ZCAP que podem ativar nos municípios

Como foi possível verificar na pesquisa bibliográfica, uma ZCAP pode ser constituída por 5 zonas distintas, que são a zona de concentração, zona de identificação, recepção e triagem, zona de acolhimento, zona de cuidados médicos e zona de apoio logístico e serviço (Sartóris 2016), da análise que podemos fazer à tabela nº 18, podemos verificar que em 36,6% da nossa amostra essa zonas existem em todas as ZCAP que podem constituir, no entanto é possível também verificar que em 17,1% dos casos, apenas é possível ativar uma ZCAP onde todas as zonas possam ser constituídas.

É ainda de realçar que um dos elementos da amostra consegue ativar 19 ZCAP com todas as zonas ativas, representando apenas 2,4% da amostra.

Tabela 18 - Quantas ZCAP têm zona de coordenação/zona de identificação, recepção e triagem/zona de acolhimento/zona de cuidados médicos e zona de apoio logístico e serviços

Quantas ZCAP têm as cinco zonas possíveis (zona de coordenação/zona de identificação, recepção e triagem/zona de acolhimento/zona de cuidados médicos/zona de apoio logístico e serviços)		
	Frequência	Percentagem
1	7	17,1%
2	4	9,8%
3	6	14,6%
4	2	4,9%
5	4	9,8%
8	1	2,4%
todas	15	36,6%
Não sei	1	2,4%
19	1	2,4%
Total	41	100,0%

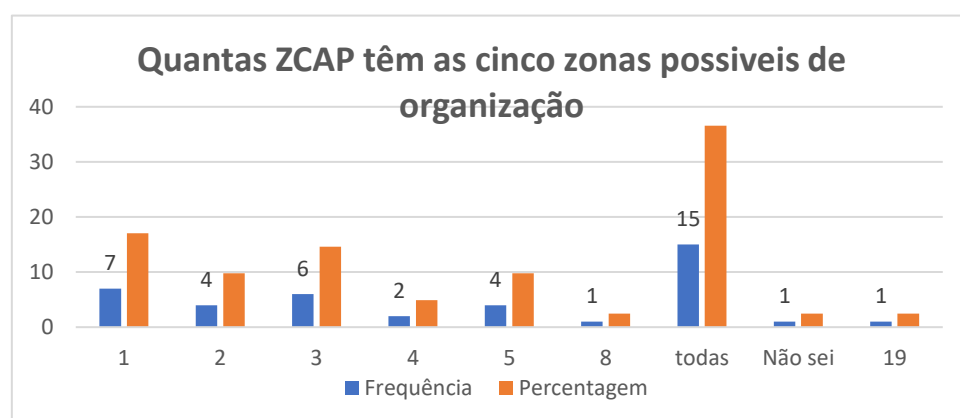


Gráfico 14 - Quantas ZCAP têm zona de coordenação/zona de identificação, recepção e triagem/zona de cuidados médicos e zona de apoio logístico e serviços

Da análise efetuada à tabela nº 19, podemos verificar que quando questionados sobre se cada uma das ZCAP estão guarnecidas com equipamentos de resposta em caso de ativação destas, apenas 17,1% da amostra apresenta resposta afirmativa, enquanto que 82,9% não tem qualquer equipamento para além daquele que já faz parte da infraestrutura habitualmente.

Tabela 19 - A ZCAP está guarnecida de equipamentos de resposta

A ZCAP está guarnecida de equipamentos de resposta		
	Frequência	Percentagem
Sim	7	17,1%
Não	34	82,9%
Total	41	100,0%

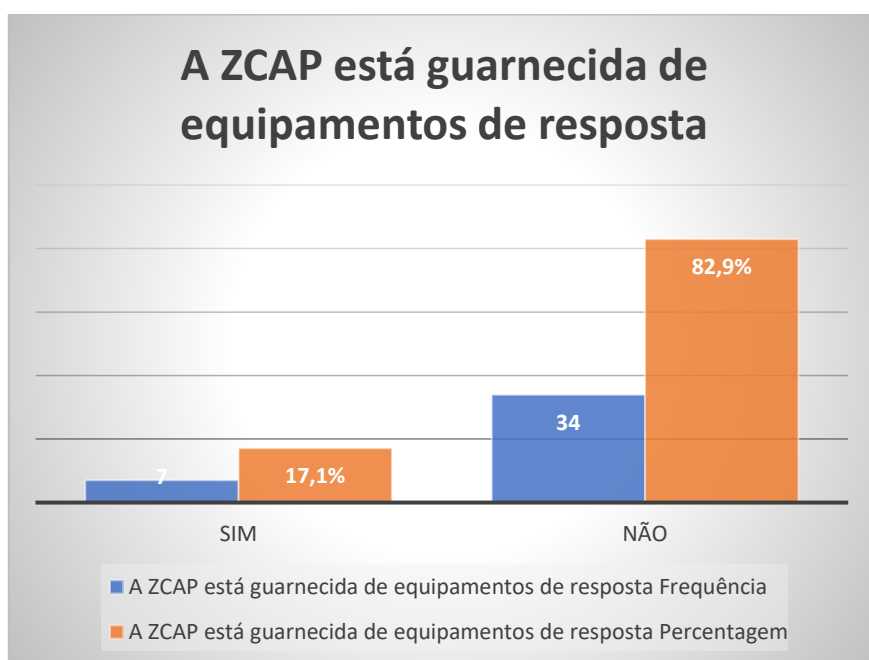


Gráfico 15 - A ZCAP está guarnecida de equipamentos de resposta

Como se verificou na tabela anterior apenas 17,1% da amostra tem equipamento nas ZCAP, destes equipamentos existentes, podemos constatar através da análise da tabela nº 20, que 4 elementos da nossa amostra têm sacos cama e cobertores, o que representa 28,6% dos equipamentos existentes, de salientar que nenhum dos municípios, têm em alguma ZCAP todos os equipamentos referidos na tabela nº 20.

Constata-se ainda, que apenas 1 município apresenta uma ZCAP onde existe condições para acolher animais, assim como estar disponível na ZCAP material lúdico para crianças.

Tabela 20 – Que equipamento dedicado existe em cada ZCAP

Que equipamento dedicado existe em cada ZCAP		
	Respostas	
	Frequência	Porcentagem
Sacos cama e cobertor	4	28,6%
Alimentação e água	3	21,4%
Cama de campanha	3	21,4%
Kit de higiene	2	14,3%
Material lúdico para crianças	1	7,1%
Equipamento de apoio a animais	1	7,1%
Total	14	100,0%

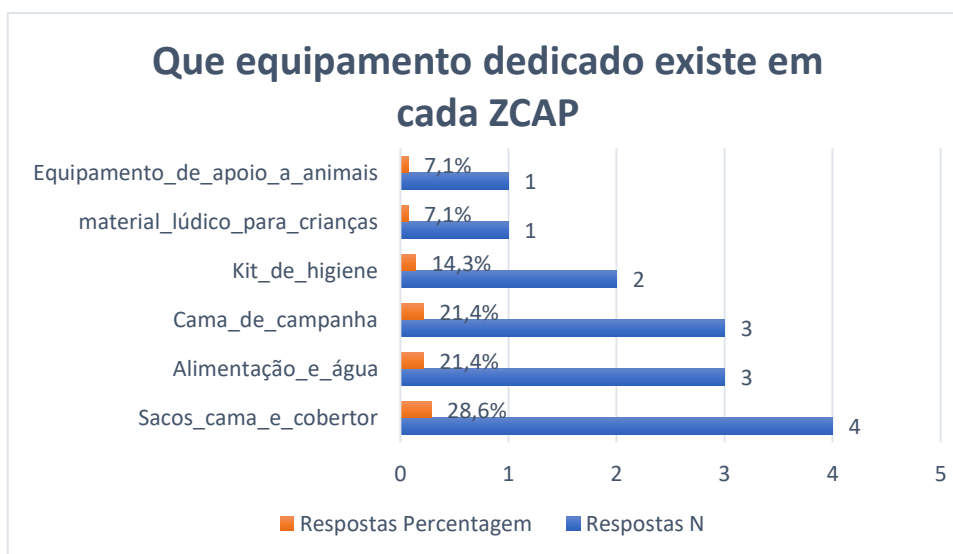


Gráfico 16 - Que equipamento dedicado existe em cada ZCAP

Quando questionados sobre a forma como são operacionalizadas as ZCAP, quando existe a necessidade de ativar várias em simultâneo, as respostas à pergunta foram heterogêneas, verificando-se, contudo, que 43,9% recorre às entidades cooperantes sempre que tem de ativar várias ZCAP em simultâneo, conforme demonstrado na tabela nº 21.

19,5% da amostra faz uma triagem da situação e age em conformidade. De referir que apenas 7,3% da amostra nomeia um coordenador para a ZCAP e apenas 2,4% recorre a voluntários.

Outro fato relevante é o fato de apenas 2,4% das ZCAP serem ativadas com o apoio das juntas de freguesia, nomeadamente através do seu presidente.

Tabela 21 - Como faz a gestão da ZCAP quando existem ativações em simultâneo

Como faz a gestão das ZCAP quando estão mais que uma a funcionar em simultâneo		
	Frequência	Percentagem
Triando as situações	8	19,5%
Definindo um coordenador para cada uma	3	7,3%
Com o apoio de entidades cooperantes	18	43,9%
Através dos presidentes de junta de freguesia	1	2,4%
Voluntários	1	2,4%
Serviços de ação social	4	9,8%
Não sei	4	9,8%
SMPC	2	4,9%
Total	41	100,0%

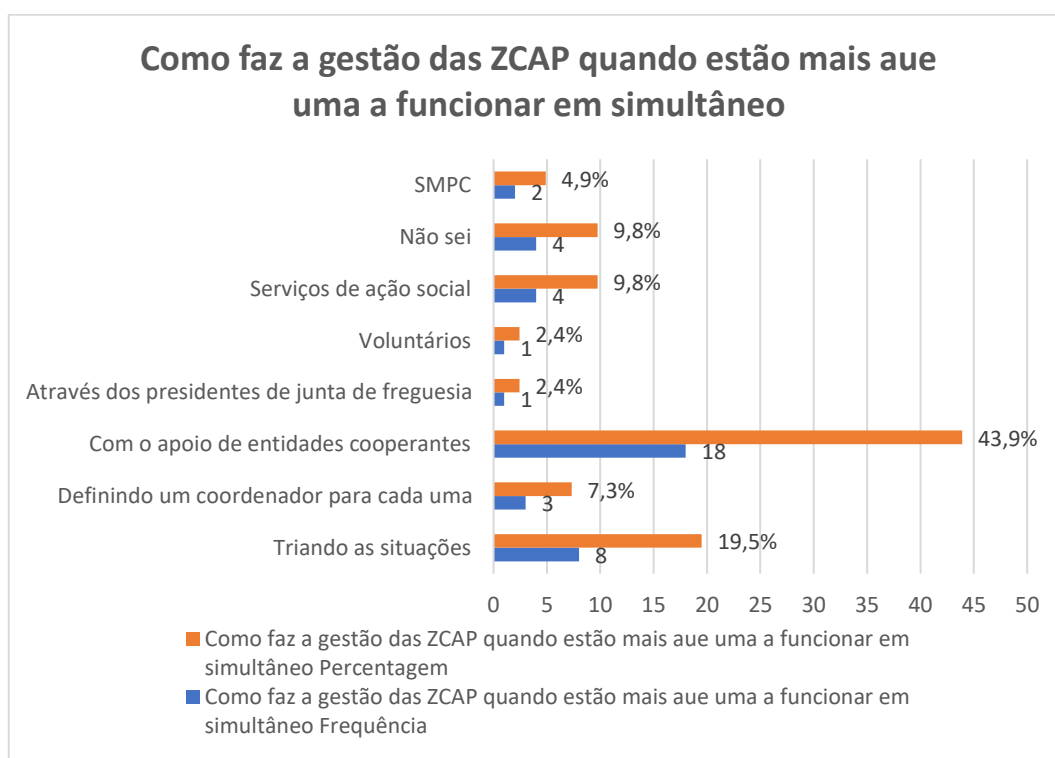


Gráfico 17 - Como faz a gestão da ZCAP quando existem ativações em simultâneo

Com as alterações à legislação no âmbito da proteção civil decorrente dos incêndios de 2017 na região centro, foi criado o Núcleo de Coordenação ao Apoio Psicológico e Social de Emergência, que visa dotar o posto comando operacional, de um órgão que organize e coordene a ação das ZCAP. Desta forma, é possível verificar na tabela nº 22, que 85,4% da amostra acha que este núcleo poderá melhorar a resposta no apoio psicossocial às populações, no entanto, existem ainda 14,6% que julgam que talvez possa melhorar.

Tabela 22 - Núcleo de coordenação de apoio psicossocial de emergência (NCAPSE), melhora a resposta no apoio psicossocial à população

O NCAPSE melhora a resposta no apoio psicossocial à população		
	Frequência	Percentagem
Sim	35	85,4%
Talvez	6	14,6%
Total	41	100,0%

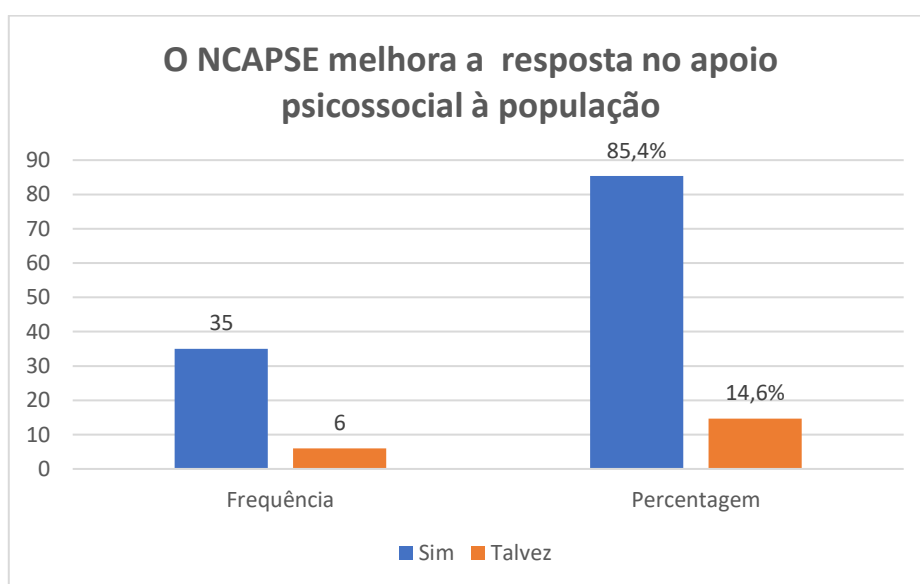


Gráfico 18 - O NCAPSE, melhora a resposta no apoio psicossocial à população

Uma das perguntas principais do questionário, visava saber se os inquiridos achavam que deveria existir um plano de apoio psicossocial às populações, que vise acima de tudo complementar os PMEPC dos municípios de forma a dotá-lo de todas as ferramentas que possibilitem operacionalizar as ZCAP de forma interligada, mas com organização idêntica ao que já acontece nas restantes operações de socorro.

Desta forma, analisando a tabela nº 23, verificamos que 78% da nossa amostra concorda que deverá existir um plano de apoio psicossocial às populações, no entanto, verificamos que 4,9% não concorda com a sua existência, podendo-se eventualmente concluir que a forma como atualmente é organizado o apoio psicossocial às populações sempre que acontece um acidente grave ou catástrofe será o adequado.

Verificamos ainda que 17,1% da amostra respondeu que talvez deva existir um plano de apoio psicossocial às populações.

Tabela 23 - Deve existir um plano de apoio psicossocial às populações

Deve existir um plano de apoio psicossocial às populações		
	Frequência	Percentagem
Sim	32	78,0%
Não	2	4,9%
Talvez	7	17,1%
Total	41	100,0%

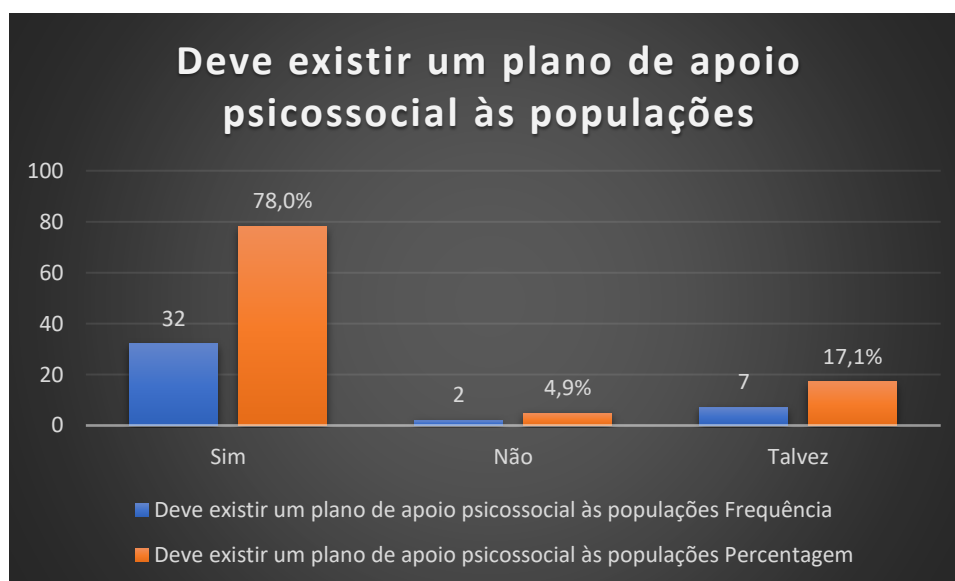


Gráfico 19 - Deve existir um plano de apoio psicossocial às populações

8. Considerações finais

A realização deste trabalho foi bastante estimulante, mesmo tendo sido suspensa várias vezes devido a vários fatores, contudo, foi importante verificar através de toda a pesquisa efetuada, que temos ainda um longo caminho a percorrer.

A maioria dos artigos ou planos municipais de emergência de proteção civil portugueses consultados, pouco falam sobre o tema a estudar, pelo que sentimos uma grande necessidade de pesquisar o que é feito noutros países, nomeadamente nos Estados Unidos, onde foi possível encontrar bons trabalhos, que permitiram estabelecer um paralelismo entre o que lá é feito relativamente aos abrigos de emergência e aquela que era a ideia principal sobre a forma como poderiam ser organizadas as ZCAP.

Quando foi tomada a decisão de, no âmbito do trabalho final de mestrado, elaborar um Plano Setorial de Apoio Psicossocial à população, pensamos que seria mais fácil dado o conhecimento que já se tinha adquirido sobre as ZCAP que constam nos vários PMEPC. No entanto, quase todos eles se limitam a definir que a coordenação cabe ao ISS, com a colaboração dos serviços sociais dos municípios, assim como a organização e implementação das ZCAP, sendo que estas entidades têm o dever de colaboração entre si, visando a resolução do problema. O que é facto é que no final fica sempre a ideia de que no dia em que existir um acidente grave ou catástrofe nada estará preparado.

Essa ideia poderia ter ficado mais clara se tivesse sido possível obter uma amostra relevante para o estudo, evitando assim um estudo com base apenas em pesquisa através dos sítios da internet. Em relação à amostra do estudo, foram considerados para a nossa população 185 municípios, que se pensava poderem ter algum interesse em ver esta questão estudada, no entanto, destes 185 municípios, apenas se obteve a resposta de 41 municípios pelo que foi com essa amostra que foram efetuadas as análises estatísticas que serviram de base a algumas das conclusões descritas na análise dos resultados.

No parágrafo anterior, foi referido que a perceção inicial que se tinha nesta área era que a estrutura de proteção civil municipal poderá não estar preparada para a resposta que terá de prestar em caso de acidente grave ou catástrofe, pelo que será necessário

efetivar alterações a esse nível, uma vez que se existir, por exemplo no Algarve, um sismo seguido de Tsunami, certamente que nenhum dos municípios poderá ter a ajuda do município vizinho, e cada município vai ter que dar resposta aos seus concidadãos com os meios que estiver ao seu dispor.

É claro que não existe memória situacional para este tipo de acontecimentos, uma vez que esta geração nunca vivenciou, felizmente, uma situação em que não consegue ter ajuda nem do patamar municipal nem do patamar nacional, pelo que não sentem a necessidade de acautelar a resposta. Isso ficou bem patente quando se verificou que a maioria dos municípios não considera o tipo de risco existente no seu município quando tem que escolher os locais para instalação de ZCAP, e levando em conta apenas o Algarve e, por ser uma região por nós conhecida, verificamos que grande parte dos edifícios que são apresentados nos PMEPC são escolas, sendo que a grande maioria está implantada em zona de cheia, o que poderá vir a ser um problema em caso de tsunami.

Outra circunstância que sempre nos intrigou relativamente às ZCAP prende-se com a não existência de equipamentos dedicados, ou seja, se num dado edifício onde está previsto a instalação de uma ZCAP, não existem, por exemplo, camas para poder acomodar todas as pessoas que fazem parte da capacidade deste edifício, por se tratar de uma escola, então para que se possa considerar esta ZCAP como um local onde se podem receber pessoas vítimas de uma acidente grave ou catástrofe, teremos que acautelar que neste escola existem camas de campanha em número igual à sua capacidade. O que verificámos através do questionário, é que apenas uma parte residual dos municípios está preparado com este tipo de equipamentos.

Neste trabalho não vamos apresentar o plano setorial em concreto, mas todas as ideias estão aqui esplanadas, sendo que se centram naquilo que será a exceção, algo para o qual poderemos não estar devidamente preparados se não viermos a melhorar a nossa consciência situacional para este tipo de ocorrências.

Será então importante que se comece a “pensar” o risco que existe em cada município, e interligar todos os departamentos com responsabilidade de decisão, com o SMPC, para que em devido tempo todas as situações possam ser devidamente planeadas e adotadas as medidas mitigadoras consideradas como adequadas à situação.

Sempre que um município faz alterações ao seu PDM, deverá consultar o seu SMPC, para que, em conjunto, possam analisar o risco e definir qual a melhor decisão para aquele plano em concreto, levando também em conta as questões de segurança, e não apenas as questões urbanísticas.

Por outro lado, o ciclo das catástrofes fica muitas vezes esquecido, sendo que a fase da preparação não existe e em alguns casos, apesar da ANPC nos dizer” *... uma sucessão de factos ou acontecimentos que decorrem periodicamente e que, partindo de um determinado estado, voltam a si mesmo. O Ciclo das Catástrofes distingue dois tempos de atuação: o tempo de quietação, durante o qual devem ser preparados os aspetos relativos à prevenção e preparação e o tempo de ação onde as etapas de resposta e de recuperação são programadas em antevisão no plano de emergência.*” (ANPC 2009), o que existe mesmo que se trate de acidentes graves sem um número muito elevado de vítimas, é que não existe uma preparação adequada, mas sim uma reação com uma resposta atendendo ao que é possível no momento.

Pretende-se com este plano setorial organizar a resposta tendo em conta o ciclo das catástrofes, ou seja, planejar desde a fase de prevenção/preparação, adequando as estruturas e os equipamentos, para que a resposta possa ir de encontro às necessidades que se pensa que a população poderá vir a ter.

Portugal, no âmbito da resposta à emergência, está preparado e existem planos prévios de intervenção dos mais variados tipos e para os vários riscos existentes nos municípios. Contudo, esse planeamento não contempla de forma adequada o apoio psicossocial às populações e até a formação dos próprios técnicos que podem estar contemplados nesse apoio, não é a mais adequada. A ordem dos psicólogos tenta de alguma forma minimizar a situação, disponibilizando formação *e-learning* aos psicólogos.

Nesta vertente, será então importante que cada município prepare os seus psicólogos para que possam, em caso de acidente grave ou catástrofe, constituir as ZAP e as ZCAP necessárias às respostas às situações, dado que as vítimas não vão necessitar apenas de cuidados médicos, mas também de cuidados psicológicos.

Ultrapassada esta fase, é necessário centrarmo-nos nas ZCAP. As ZCAP não podem ser apenas um conjunto de edifícios aos quais damos este nome e se houver um acidente grave ou catástrofe será para lá que os autocarros dos municípios levam a

população. E se a catástrofe for devida a um sismo, e se as vias de circulação ficarem intransitáveis? Será que a população sabe para onde ir?

É então necessário dar resposta a esta situação na fase de preparação, fazendo sessões de esclarecimento, criando panfletos informativos que façam chegar não só como se deve a população proteger, mas como deve atuar depois de existir o acidente grave que pode vir a ter consequências catastróficas para a população, que não tendo a capacidade de ser socorrida no imediato e se não souber o que fazer poderá ainda agravar mais a sua situação.

Ultrapassada esta questão torna-se fundamental avaliar que tipo de edifício escolher para instalar as ZCAP, para o efeito, foram construídos uma serie de formulários que devem ser preenchidos pelo coordenador da ZCAP, que deverá ser uma figura obrigatória para o garante do correto funcionamento da mesma, uma vez que será ele que fará o acompanhamento desde a fase da preparação até à fase da recuperação.

Cada ZCAP deverá ser autossuficiente nas primeiras horas de ativação, devendo para o efeito ter armazenados não só os produtos de conforto como camas, mantas, sacos cama, kit's de higiene, etc, mas também alimentação e água.

Em anexo, encontram-se todos os impressos que o coordenador da ZCAP deverá preencher ao longo do tempo, e em todas as fases do ciclo de emergência.

Pretende-se então que este estudo possa servir de base à implementação de um Plano Setorial de Apoio Psicossocial à população. Dando resposta à questão de investigação que foi formulada: *“A existência dum plano setorial de apoio psicossocial à população, poderá organizar a resposta dos agentes de proteção civil a um acidente grave ou catástrofe?”*.

Com base neste estudo, confirma-se a importância fundamental de Planos setoriais de Apoio psicossocial à população, enquanto instrumentos para a organização das respostas de proteção civil a acidentes graves e catástrofes. Este processo, acrescento, estou em crer que será o caminho adequado para organizar e preparar uma área de socorro que sempre foi encarada como sendo para depois, mas que a própria legislação, ao criar no sistema de gestão de operações o Núcleo de Coordenação no Apoio psicológico e social às populações, veio trazer ao sistema um fio condutor de toda a

organização. Contudo, de nada servirá existir um núcleo que coordene, se a montante nada houver para coordenar, e esse papel compete aos SMPC que, em conjunto com os serviços sociais dos municípios, terá que trabalhar de forma a encontrar as melhores soluções com base não só nas infraestruturas e equipamentos existentes, mas também nos tipos de risco existentes em cada município.

Cientes que muito poderá ser ainda melhorado, julgamos que está constituída a espinha dorsal do que se pretendia de início, ou seja, o desenvolvimento e a criação de um Plano Setorial de Apoio Psicossocial às populações.

Bibliografia

ANEP. <http://planos.prociv.pt/Pages/PlanosEmergencia.aspx>. 2019. (acedido em 04 de junho de 2019).

ANPC. http://www.prociv.pt/bk/EDICOES/OUTRASEDICOES/Documents/GLOSSARIO-31_Mar_09.pdf. 31 de março de 2009. <http://www.prociv.pt> (acedido em 18 de fevereiro de 2019).

—. <http://www.prociv.pt/pt-pt/PROTECAOCIVIL/ANPC/HISTORIA/Paginas/default.aspx>. 21 de agosto de 2017. <http://www.prociv.pt> (acedido em 18 de fevereiro de 2019).

Arriaga, Miguel. “Relatório de Atividade Profissional.” Mestrado em Psicologia Clínica e da saúde, 2013.

Câmara Municipal de Portimão. “Revisão do Plano Diretor Municipal.” Câmara Municipal Portimão, 29 de Agosto de 2016.

“Decreto Lei nº 78.” 22 de fevereiro de ,1975.

Engel, Guido Irineu. “Academia Edu.” www.academia.edu. . de . de ,2015. https://www.academia.edu/12584736/A_Investiga%C3%A7%C3%A3oac%C3%A7%C3%A3o_No%C3%A7%C3%B5es_basicas (acedido em 04 de junho de 2019).

FLICKR. <https://www.flickr.com/photos/9480263@N02/3757543488>. 26 de julho de 2009. www.flickr.com (acedido em 18 de fevereiro de 2019).

Fortin, Marie-Fabienne. *O processo de investigação da concepção ?a realização*. Loures: Lusociência, ,2000,p133.

Guerreiro, Manuel Luis S. “ANÁLISE SINÓPTICA DAS CONDIÇÕES DE LEVANTE.” *Tese em Clima e alterações Climáticas*. 2010.

<http://www.dholmes.com>. s.d. <http://www.dholmes.com/master-list/faro/district-faro.html> (acedido em 04 de Agosto de 2017).

INE. *Instituto Nacional de Estatística*. 2011. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes (acedido em 28 de Julho de 2017).

MARETEC. <http://www.maretec.org/>. 2017. http://www.maretec.mohid.com/Estuarios/MenuEstuarios/Descri%C3%A7%C3%A3o/descricao_Arade.htm (acedido em 5 de Agosto de 2017).

Ministério do Ambiente, ordenamento do território e energia. “Decreto-Lei nº 80/2015,de 14 de maio.” *Diário da República nº 93/2015, Serie I, Ministério do Ambiente,Ordenamento do Território e Energia*. Lisboa, 14 de maio de ,2015.

Parreiral, Rita da Cruz. *Representações para o Ensino e a Aprendizagem de Temas de Geologia no Ensino Básico e no Ensino Secundário*. 18 de Junho de 2011.

Portimão, Gabinete Técnico Florestal de. <https://www.cm-portimao.pt/>. 2015. (acedido em 12 de junho de 2019).

PROT Algarve. “Um território com futuro.” *volume II - Caraterização e Diagnóstico*. 2004.

Sartóris, Ana. "Slides das aulas no ISEC." 2016.

Shelters and shelter management, Reference Guide.

<https://scms.usaid.gov/sites/default/files/documents/1866/SSM%20-%20RM.pdf>. . de outubro de ,2005. <https://scms.usaid.gov/sites/default/files/documents/1866/SSM%20-%20RM.pdf> (acedido em 06 de junho de 2019).

Anexos



Apêndice nº 1 – Organograma da ZCAP

Adaptado de : (Shelters and shelter management ,2005)

Apêndice nº 2 – Lista de verificação para a instalação de ZCAP

LISTA DE VERIFICAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE ZCAP

A lista de verificação é para uso na inspeção de um edifício para definir se o mesmo pode ser usado como uma Zona de Concentração e Apoio à População.

Consulte as diretrizes para informações específicas sobre cada item.

		SIM	NÃO
1	Localização do edifício: _____		
1.1	Está construído em local de fácil acesso? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.2	Existe espaço de estacionamento adequado? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.3	O edifício está localizado em zona de inundação? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.4	O edifício está localizado em aterro ou terrenos arenosos? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.5	O edifício está localizado em zona de planície costeira? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.6	O edifício está protegido de ventos fortes? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.7	A construção está ameaçada por deslizamentos de terra? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.8	A construção está ameaçada pela queda de árvores, pedras, linhas de alta tensão ou objetos que se possam soltar? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.9	O prédio está localizado próximo de qualquer material perigoso ou potencialmente perigoso? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.10	A construção está ameaçada se houver a rotura de barragem ou reservatório de água? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2	Tipo de construção		
2.1	Está construído em forma regular (quadrada ou retangular)? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.2	O comprimento não é mais que 3 vezes a sua largura? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.3	A construção tem pelo menos 2 entradas e 2 saídas? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.4	Está construído com altura até dois pisos ou menos? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.5	A altura do teto é de 3 metros ou mais? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.6	O edifício possui salas e espaço adequados? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.7	O prédio possui área /instalações de lavanderia? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.8	Existem áreas de recreação adequadas? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3	Estrutura de construção		
3.1	Quantos anos tem o edifício (anos)? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
		0-20	21-50 50+
3.2	O edifício sobreviveu a um furacão ou a sismo anterior? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.3	A manutenção do prédio é adequada? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.3.1	O edifício está livre de perigos? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.4	Tipo de Paredes e seu estado		
3.4.1	Paredes externas têm pelo menos 20 cm de espessura? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.4.2	Os pilares não estão separados por mais de 4.80m? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.4.3	As paredes estão em bom estado e livres de grandes rachaduras? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.4.4	As paredes são reforçadas? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.5	Telhado-----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.5.1	Estrutura		
3.5.2	O teto é plano (com ou sem parapeitos)? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.5.3	O telhado é inclinado (com ou sem saliência)? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.5.4	O telhado é de duas águas? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.5.5	A cobertura de telhado é galvanizada ou de cimento/barro? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.5.6	Existem vigas fixadas com parafusos ou cabos? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.6	Janelas e portas		
3.6.1	As janelas e portas de vidro estão protegidas por precianas? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

- | | | | |
|-------|--|--------------------------|--------------------------|
| 3.6.2 | Os quadros e armários estão corretamente afixados nas paredes? ----- | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 4 | Equipamentos e serviços | | |
| 4.1 | Rede elétrica (fusíveis, fios, tomadas, lâmpadas) funcionam? ----- | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 4.1.1 | Existe um gerador de energia elétrica? ----- | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 4.2 | Existe abastecimento do sistema público de água? ----- | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 4.2.1 | Existe capacidade de armazenamento de água? ----- | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 4.2.2 | Se sim, capacidade em litros----- | _____ | |
| 4.3 | Existem instalações sanitárias? ----- | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 4.3.1 | Nº de chuveiros----- | _____ | |
| 4.3.2 | Nº de sanitas----- | _____ | |
| 4.3.3 | Nº de bacias de lavagem----- | _____ | |
| 4.3.4 | Nº de urinóis ----- | _____ | |
| 4.3.5 | O sistema séptico é adequado (fossa, esgotos)? ----- | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 4.4 | Preparação de alimentos | | |
| 4.4.1 | Existem instalações de cozinha? ----- | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 4.4.2 | Existe área de armazenamento de alimentos? ----- | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 4.5 | A segurança é adequada? ----- | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 4.6 | O conteúdo é adequado (pratos, talheres, etc)? ----- | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 4.7 | Saneamento e Controle de pragas | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 4.7.1 | Existe uma área de recolha de lixo adequada? ----- | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 4.7.2 | O sítio está livre de mosquitos? ----- | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

Adaptado de : (Shelters and shelter management ,2005)

CERTIFICADO DE INSPEÇÃO

Este documento certifica que o edifício localizado em _____, foi devidamente inspecionado/avaliado e cumpriu satisfatoriamente todos os requisitos para ser instalado neste local uma Zona de Concentração e Apoio à População é recomendado / designado como um abrigo de emergência para acomodar um máximo de (número) _____ pessoas para os seguintes usos:

ABRIGO TEMPORÁRIO DE CURTO PRAZO **ABRIGO TEMPORÁRIO DE LONGO PRAZO**

RISCOS NATURAIS

Inundações

Incêndios

Sismos

Ciclones e tornados

Enxurradas

Tsunamis

Deslizamento de terras

RISCOS TECNOLÓGICOS

Incêndios e explosões

Acidentes graves (Rodoviários, ferroviários,

aéreos, marítimos)

Acidentes graves com matérias perigosas

Contaminação (Água, ar e solo)

Poluição Marítima

Rotura de barragens

Data: _____ Inspector: _____ Título: _____

DIRETRIZES DE INSPEÇÃO DA ZCAP

As seguintes diretrizes são fornecidas para ajudar no uso da lista de verificação para implementação de uma Zona de Concentração e Apoio à População (ZCAP)

1. Localização do edifício (local)

1.1 O sítio é facilmente acessível? O local deve permitir que carros e camiões tenham um acesso fácil de forma a descarregar todos os equipamentos necessários. Deve existir a possibilidade das pessoas se deslocarem com facilidade até à ZCAP. O acesso ao local não deve ter a ameaça de ser bloqueado por árvores derrubadas ou linhas de energia.

1.2 Existe espaço de estacionamento adequado? Deve haver espaço de estacionamento no local. A área de estacionamento não deve ser ameaçada por árvores suspensas ou linhas de energia que irão bloquear a área se caírem. A área de estacionamento deve ser iluminada para acesso noturno.

1.3 O edifício está localizado numa zona de inundação? A ZCAP não deve ser localizada em zonas de confluências de rios ou que tenham uma história de inundação, devendo estar no mínimo 150 metros acima da cota máxima de cheia identificada. Projetos de construção podem causar desvios que podem mudar o curso de água. Projetos de prevenção, como muros de contenção e / ou sistemas de drenagem, podem ser necessários.

1.4 O edifício está localizado em aterro ou depósitos arenosos? Preenchimento e depósitos moles podem-se tornar completamente instáveis devido às fortes chuvas. Durante terremotos, o preenchimento e a terra macia pode-se liquefazer e causar o colapso de um prédio.

1.5 O edifício está localizado em uma planície costeira? Se localizado perto da costa, o local deve estar a mais de 12.50 metros acima do nível do mar, de modo que uma tempestade não inunde a ZCAP.

1.6 O edifício está protegido de ventos fortes? A proteção contra a força direta de ventos fortes pode ser conseguida por outros edifícios. Evite estruturas em topos de encostas ou áreas abertas e expostas.

1.7 O edifício está ameaçado por deslizamentos de terra? Evite encostas e áreas montanhosas onde é provável que ocorram deslizamentos de terra. Avalie a existência de cortes na estrada e construção acima do local. A infiltração de água e a ausência ou remoção de árvores e vegetação podem criar deslizamentos de terra.

1.8 O edifício é ameaçado pela queda de árvores, pedras, linhas de energia ou objetos que se possam soltar? Olhe para cima e ao redor para árvores altas e linhas de energia elétrica de média/alta tensão ou pedras de grande dimensão que possam cair sobre a ZCAP.

1.9 O edifício está localizado perto da fonte de material perigoso ou potencialmente perigoso? As ZCAP não devem estar localizados próximos de postos de gasolina, refinarias, áreas de armazenamento de combustível ou armazéns de produtos químicos perigosos, como solventes e / ou tintas, que podem ser facilmente inflamados. Considere que um incêndio numa estrutura como esta seria um perigo para a ZCAP. Na maioria dos casos é necessária uma distância de 1500 metros ou mais para a área ser considerada segura.

1.10 O edifício está ameaçado por uma rotura numa barragem ou num reservatório de água? Considere o que está a montante da ZCAP.

2 Tipo de construção

2.1 O prédio tem forma regular (quadrada ou retangular)? Formas irregulares proporcionam lugares para os ventos ficarem sob o teto e aumentar a pressão nas paredes. Procure por áreas potencialmente fracas que possam não resistir.

2.2 O comprimento do prédio não é mais que 3 vezes a sua largura? A medida importante aqui é o comprimento de vigas não suportadas, que não deve ser superior a 10 metros.

2.3 O prédio tem pelo menos 2 entradas e 2 saídas? Nenhum edifício deve ser usado que não tenha pelo menos duas entradas / duas saídas. As entradas devem ser verificadas quanto a riscos, como saliências, pilares ou outros riscos que possam bloquear as portas

2.4 A altura do prédio é de dois andares ou menos? Nenhuma estrutura de mais de dois andares deve ser usada. Se um prédio tem um porão, então apenas um piso acima do solo é considerado aceitável.

2.5 A altura do teto é de 3 metros ou mais? Esta é a distância do chão até a parte mais baixa do teto. Isto é principalmente para o conforto. Os tetos mais altos impedem que os ocupantes do prédio fiquem quentes. Se um edifício tiver ar condicionado, um teto inferior seria aceitável se o gerador de reserva for capaz de operar o sistema.

2.6 Existem quartos e espaços adequados? Necessidades de quartos e espaço variam, dependendo do período de tempo que um abrigo deve ser ocupado. Na maioria dos casos, o mínimo necessário é o seguinte. Escritório - Uma sala disponível para o gerente do abrigo e a equipe para operar o abrigo. Esta é uma área de operações e deve estar devidamente equipada e ter segurança. Área de tratamento - Uma sala separada ou área murada para uso para tratar os doentes e feridos e atender às necessidades emocionais dos ocupantes do abrigo. Área de dormir - Providências adequadas devem ser tomadas tanto para a unidade familiar quanto para os indivíduos separados do sexo masculino e feminino para dormir.

2.7 Área de lavanderia e instalações se um abrigo for ocupado por mais de 2 ou 3 dias, deve-se considerar a alocação de espaço para lavar, secar e passar roupas. Equipamentos necessários devem ser instalados como máquinas de lavar roupa, secadoras ou linhas de roupas.

2,8 Área de recreação adequada de forma a acomodar jogos e atividades internas de crianças e adultos. Não existirem atividades numa ZCAP pode levar rapidamente a problemas psicológicos graves.

3 Estrutura de construção

3.1 Idade e historial da estrutura? Muitas estruturas antigas são muito mais fortes do que algumas construídas mais recentemente. Qual é a história da estrutura? Sobreviveu a furacões ou terremotos anteriores? Isso pode indicar a probabilidade de sobreviver a um evento futuro.

3.2 O edifício parece estar em bom estado de conservação? Se parece bom, provavelmente é. Olhe para itens como a pintura, funcionamento das portas e janelas, lâmpadas queimadas, limpeza geral, etc.

3.3 Construção livre de riscos.

Procure escadas soltas ou quebradas, pisos soltos, portas e janelas que não estão funcionando corretamente, objetos suspensos, como luzes e decorações que possam cair, e qualquer outro objeto ou situação que possa resultar em ferimento do ocupante.

3.4 Paredes. Possíveis recursos incluem:

3.4.1 Paredes externas com pelo menos 20 cm de espessura. As paredes devem ter pelo menos 8 polegadas de construção de alvenaria. Se pedras grandes forem usadas, elas devem estar em conjunção com concreto e barra de reforço.

3.4.2 Os Pilares não devem estar espaçados mais do que 4.87m de distância. As vigas de sustentação do telhado não devem ter mais de 4.87 m de distância. Eles podem fazer parte do sistema de reforço de parede. Eles podem conter cabos ou hastes usadas para amarrar o telhado à fundação.

3.4.3 Geralmente em bom estado e livre de grandes fissuras. Procure por evidências de deterioração das paredes. Isso geralmente é indicado por desmoronamento e rachaduras. Procure também evidências de ferrugem ou corrosão da haste ou cabo de reforço.

3.4.4 As paredes são reforçadas? As paredes de alvenaria devem ser reforçadas com barras de aço. Alvenaria de pedra grande e "cortada" não deve requerer reforço interno.

3.5 Telhado

3.5.1 Estrutura

Telhado de duas águas

Telhado plano com parapeitos

A estrutura do telhado determina o efeito que os ventos de um furacão terão no telhado. Os tetos planos e que não sejam de cimento, devem ter uma parede ou um parapeito ao redor do telhado para proteger a cobertura do telhado. Um telhado de bungalow com saliências permite que o vento fique sob o telhado.

3.5.2 Tipo Telha – As telhas de metal galvanizado que se encontram fixadas, assim como os telhados de cimento são os melhores tipos de telhados. Telhados compostos de telhas compostas, tecido ou papel, ou telhas e galvanizados que não são seguros, não são bons telhados.

3.5.3 Podem ser usadas vigas metálicas para fixar o telhado às paredes. O melhor método é com parafusos ou cabos. As vigas não devem ter mais que 60 cm de distância e o vão não deve ter mais que 10,5 metros.

3.6 Janelas e portas.

Todas as janelas e portas de vidro devem ter proteções prontas para serem colocadas no lugar, se necessário. A segurança e a espessura dos quadros também são importantes. As molduras devem estar firmemente presas às paredes.

4 Equipamentos e serviços

4.1 Rede Elétrica.

Deve existir um sistema elétrico que funcione corretamente. Todas as tomadas e interruptores devem estar convenientemente localizados. Deve ser providenciado a possibilidade de uso de um gerador ou outra energia auxiliar.

4.2 Água

Deve haver uma fonte confiável de água potável, tanto em pressão, quantidade e qualidade. Deverá estar previsto a necessidade alternativa de água. Exemplos - tanques e depósitos para armazenamento.

4.3 Instalações sanitárias

O sistema de recolha de esgoto deve estar funcionando bem. Fugas e cheiros devem ser verificados. Pode ser bom verificar quantos anos tem o sistema de esgotos, quando foi limpo pela última vez e quantas pessoas o usam normalmente.

4.4 Preparação de alimentos

As salas para preparação e distribuição de alimentos devem ter tamanho adequado. Também deve haver áreas de confeção de alimentos alternativas. O equipamento de cozinha deve ser adequado em número e em bom estado.

4.5 O Edifício deve ser devidamente protegido com fechos de segurança para portas, barras anti-roubo para janelas e iluminação em redor da área para desencorajar o vandalismo.

4.6 Equipamentos

Todos os objetos devem ser suficientes em quantidade e adequados para o uso. Deve haver espaço para itens frágeis e valiosos serem trancados em segurança quando não estiverem em uso para proteção contra danos e vandalismo. Edifícios comumente usados como ZCAP são escolas, edifícios públicos, igrejas e edifícios comerciais. Estes edifícios devem estar prontamente disponíveis no caso de um desastre súbito.

4.7 Saneamento e controle de pragas

Devem ser tomadas providências para o depósito adequado dos resíduos. Os contentores do lixo devem ser fornecidos e esvaziados diariamente. Situações que favoreçam a criação de mosquitos e moscas devem ser eliminados.

Apêndice nº 3 – Lista de Verificação para instalação de ZCAP em instalações Provisórias

**LISTA DE VERIFICAÇÃO PARA INSTALAÇÃO
DE
ZCAP EM INSTALAÇÕES TEMPORÁRIAS**

A lista de verificação é para uso na inspeção de locais onde possam ser instaladas tendas e equipamentos portáteis para definir se o mesmo pode ser usado como uma ZCAP.

Consulte as diretrizes para informações específicas sobre cada item.

		SIM	NÃO
1	Localização do edifício: _____		
1.1	O local é de fácil acesso? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.2	Existe espaço de estacionamento adequado? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.3	O sítio está localizado em zona de inundação? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.4	O sítio está localizado em aterro ou terrenos arenosos? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.5	O sítio localizado em zona de planície costeira? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.6	O local está protegido de ventos fortes? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.7	O local está ameaçado por deslizamentos de terra? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.8	O local está ameaçado pela queda de árvores, pedras, linhas de alta tensão ou objetos que se possam soltar? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.9	O sítio está localizado próximo de qualquer material perigoso ou potencialmente perigoso? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.10	O local está ameaçado se houver a rotura de barragem ou reservatório de água? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Adaptado de: (Shelters and shelter management ,2005)

CERTIFICADO DE INSPEÇÃO

Este documento certifica que o sítio localizado em _____, foi devidamente inspecionado/avaliado e cumpriu satisfatoriamente todos os requisitos para ser instalado neste local uma Zona de Concentração e Apoio à População é recomendado / designado como um abrigo de emergência para acomodar um máximo de (número) _____ pessoas para os seguintes usos:

ABRIGO TEMPORÁRIO DE CURTO PRAZO

ABRIGO TEMPORÁRIO DE LONGO PRAZO

RISCOS NATURAIS

Inundações

Incêndios

Sismos

Ciclones e tornados

Enxurradas

Tsunamis

Deslizamento de terras

RISCOS TECNOLÓGICOS

Incêndios e explosões

Acidentes graves (Rodoviários, ferroviários, aéreos, marítimos)

Acidentes graves com matérias perigosas

Contaminação (Água, ar e solo)

Poluição Marítima

Rotura de barragens

Data: _____ Inspector: _____ Título: _____

DIRETRIZES DE INSPEÇÃO DA ZCAP

As seguintes diretrizes são fornecidas para ajudar no uso da lista de verificação para implementação de uma Zona de Concentração e Apoio à População (ZCAP)

1. Localização do edifício (local)

1.1 O sítio é facilmente acessível? O local deve permitir que carros e camiões tenham um acesso fácil de forma a descarregar todos os equipamentos necessários. Deve existir a possibilidade das pessoas se deslocarem com facilidade até à ZCAP. O acesso ao local não deve ter a ameaça de ser bloqueado por árvores derrubadas ou linhas de energia.

1.2 Existe espaço de estacionamento adequado? Deve haver espaço de estacionamento no local. A área de estacionamento não deve ser ameaçada por árvores suspensas ou linhas de energia que irão bloquear a área se caírem. A área de estacionamento deve ser iluminada para acesso noturno.

1.3 O sítio está localizado numa zona de inundação? A ZCAP não deve ser localizado em zonas de confluências de rios ou que tenham uma história de inundação, devendo estar no mínimo 150 metros acima da cota máxima de cheia identificada. Projetos de construção podem causar desvios que podem mudar o curso de água. Projetos de prevenção, como muros de contenção e / ou sistemas de drenagem, podem ser necessários.

1.4 O sítio está localizado em aterro ou depósitos arenosos? Preenchimento e depósitos moles podem-se tornar completamente instáveis devido às fortes chuvas. Durante terremotos, o preenchimento e a terra macia pode-se liquefazer e causar o colapso de um prédio.

1.5 O sítio está localizado em uma planície costeira? Se localizado perto da costa, o local deve estar a mais de 12.20 metros acima do nível do mar, de modo que uma tempestade não inunde a ZCAP.

1.6 O sítio está protegido de ventos fortes? A proteção contra a força direta de ventos fortes pode ser conseguida por outros edifícios. Evite estruturas em topos de encostas ou áreas abertas e expostas.

1.7 O sítio está ameaçado por deslizamentos de terra? Evite encostas e áreas montanhosas onde é provável que ocorram deslizamentos de terra. Avalie a existência de cortes na estrada e construção acima do local. A infiltração de água e a ausência ou remoção de árvores e vegetação podem criar deslizamentos de terra.

1.8 O sítio é ameaçado pela queda de árvores, pedras, linhas de energia ou objetos que se possam soltar? Olhe para cima e ao redor para árvores altas e linhas de energia elétrica de média/alta tensão ou pedras de grande dimensão que possam cair sobre a ZCAP.

1.9 O sítio está localizado perto da fonte de material perigoso ou potencialmente perigoso? As ZCAP não devem estar localizados próximos de postos de gasolina, refinarias, áreas de armazenamento de combustível ou armazéns de produtos químicos perigosos, como solventes e / ou tintas, que podem ser facilmente inflamados. Considere que um incêndio numa estrutura como esta seria um perigo para a ZCAP. Na maioria dos casos, é necessária uma distância de 1500 metros ou mais para a área ser considerada segura.

1.10 O sítio está ameaçado por uma rotura numa barragem ou num reservatório de água? Considere o que está a montante da ZCAP.

Apêndice nº4 – Lista de verificação para Manutenção da ZCAP

LISTA DE VERIFICAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DA ZCAP

Esta lista de verificação é para uso na realização de uma verificação de manutenção regular de uma ZCAP existente. Esta inspeção pode ser realizada anualmente como medida preventiva ou após um evento para verificar se há danos na estrutura e ainda durante a ocupação após um acidente grave ou catástrofe, para evitar que ocorram problemas.

Consulte as diretrizes para informações específicas sobre cada item.

		SIM	NÃO
1	Localização do edifício: _____		
1.1	Existem parafusos ou fixadores soltos? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.2	Existem portas e/ou janelas com falta de parafusos? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.3	Estruturas metálicas encontram-se soltas ou corroídas? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.4	Os telhados e paredes encontram-se em bom estado? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Canalização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2	Tubos de água em bom estado? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.1	Torneiras de água em bom estado? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.2	Sanitários em bom estado? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.3	Sistema elétrico em bom estado? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.4	Existe fossa séptica? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Está vazia? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Adaptado de: (Shelters and shelter management ,2005)

CERTIFICADO DE INSPEÇÃO

Este documento certifica que o sítio localizado em _____, foi devidamente inspecionado/avaliado e cumpriu satisfatoriamente todos os requisitos para ser instalado neste local uma Zona de Concentração e Apoio à População é recomendado / designado como um abrigo de emergência para acomodar um máximo de (número) _____ pessoas para os seguintes usos:

ABRIGO TEMPORÁRIO DE CURTO PRAZO

ABRIGO TEMPORÁRIO DE LONGO PRAZO

RISCOS NATURAIS

Inundações

Incêndios

Sismos

Ciclones e tornados

Enxurradas

Tsunamis

Deslizamento de terras

RISCOS TECNOLÓGICOS

Incêndios e explosões

Acidentes graves (Rodoviários, ferroviários, aéreos, marítimos)

Acidentes graves com matérias perigosas

Contaminação (Água, ar e solo)

Poluição Marítima

Rotura de barragens

Data: _____ Inspector: _____ Título: _____

DIRETRIZES PARA MANUTENÇÃO DA ZCAP

Diretrizes para o uso da lista de verificação de necessidade de manutenção em equipamentos existentes numa Zona de Concentração e Apoio à População (ZCAP)

Parafusos e fixadores

Verificar se há porcas e parafusos soltos, a faltar, corroídos. Aperte e substitua conforme necessário. Verifique as peças de metal, parafusos, vigas, corrimões, colunas, etc. e despiste a existência de corrosão. Limpe e pinte conforme necessário. Substitua onde a situação não tiver reparação.

Janelas e portas

Verifique se não há painéis quebrados nas janelas ou portas. Verifique todas as molduras de janelas e portas para garantir que estão firmemente fixadas na parede. Repare, substitua conforme for mais adequado. Todas as portas e janelas devem abrir e fechar facilmente e ter dispositivos de fixação adequados para garantir a segurança.

Telhado e Paredes

Verifique se as vigas e o teto estão em boas condições e se não há fissuras no teto ou nas paredes. Repare ou substitua onde for necessário. Todas as chapas ou telhas danificadas devem ser reparadas ou substituídas. Para telhados de concreto, verifique se há rachaduras ou deformações na laje ou vigas do telhado. Se forem encontradas algumas anomalias, deve a estrutura ser avaliada por técnico especializado.

Canalização

Verifique se há fugas de água no interior e exterior do prédio. Verifique sanitários e torneiras nas casas de banho e cozinhas, para despistar fugas de água e mau funcionamento dos equipamentos. Reparar ou substituir todas as anomalias encontradas.

Sistema Elétrico

Verifique se não há fios elétricos soltos ou descarnados e se todos os equipamentos e acessórios elétricos estão em boas condições de funcionamento. Se existirem anomalias devem ser verificadas por técnicos especializados para reparação ou substituição.

Fossa séptica

Ter o tanque limpo se estiver cheio.

Apêndice nº 5 – Lista de Reinspeção para a instalação de uma ZCAP

LISTA DE REINSPEÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE ZCAP

A lista de verificação a seguir é para uso na condução de uma reinspeção periódica de um edifício e seu local para uso contínuo como uma ZCAP. Consulte as diretrizes para informações específicas sobre cada item.

		SIM	NÃO
1	Localização do edifício: _____		
1.1	A acessibilidade é fácil? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.2	O espaço de estacionamento é adequado? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.3	A construção está ameaçada por deslizamentos de terra? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.4	A construção está ameaçada pela queda de árvores, pedras, linhas de alta tensão ou objetos que se possam soltar?-----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.5	O prédio está localizado próximo de qualquer material perigoso ou potencialmente perigoso? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.6	A construção está ameaçada se houver a rotura de barragem ou reservatório de água? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2	Tipo de construção		
2.1	A construção tem pelo menos 2 entradas e 2 saídas? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.2	As paredes estão em bom estado e livres de grandes rachaduras? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.3	As janelas e portas de vidro estão protegidas por precianas? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.4	Os quadros e armários estão corretamente afixados nas paredes? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.5	O teto está livre de abatimentos e é seguro?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.6	A construção do interior é adequada e segura? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3	Equipamentos e serviços		
3.1	Existe fonte de alimentação de rede elétrica? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.2	Existe energia de reserva? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.3	O sistema de água está a funcionar? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.4	Existem instalações de lavandaria? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.5	As instalações sanitárias são funcionais? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.6	O sistema séptico está funcionando bem? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.7	As instalações da cozinha são funcionais? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.8	A área de armazenamento de alimentos está limpa? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.9	Existe uma área de recolha de lixo adequada? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.10	O sítio está livre de mosquitos e de pragas? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Adaptado de: (Shelters and shelter management ,2005)

CERTIFICADO DE REINSPEÇÃO

Este documento certifica que o edifício localizado em _____, foi devidamente inspecionado/avaliado e cumpriu satisfatoriamente todos os requisitos para ser instalado neste local uma Zona de Concentração e Apoio à População é recomendado / designado como um abrigo de emergência para acomodar um máximo de (número) _____ pessoas para os seguintes usos:

**ABRIGO TEMPORÁRIO DE CURTO
PRAZO**

ABRIGO TEMPORÁRIO DE LONGO PRAZO

RISCOS NATURAIS

Inundações

Incêndios

Sismos

Ciclones e tornados

Enxurradas

Tsunamis

Deslizamento de terras

RISCOS TECNOLÓGICOS

Incêndios e explosões

Acidentes graves (Rodoviários, ferroviários,
aéreos, marítimos)

Acidentes graves com matérias perigosas

Contaminação (Água, ar e solo)

Poluição Marítima

Rotura de barragens

Data: _____ Inspector: _____ Título: _____

DIRETRIZES DE INSPEÇÃO DO ZCAP

As seguintes diretrizes são fornecidas para ajudar no uso da lista de verificação para implementação de uma Zona de Concentração e Apoio à População (ZCAP)

1. Localização do edifício (local)

1.1 O sítio é facilmente acessível? O local deve permitir que carros e caminhões tenham um acesso fácil de forma a descarregar todos os equipamentos necessários. Deve existir a possibilidade das pessoas se deslocarem com facilidade até à ZCAP. O acesso ao local não deve ter a ameaça de ser bloqueado por árvores derrubadas ou linhas de energia.

1.2 Existe espaço de estacionamento adequado? Deve haver espaço de estacionamento no local. A área de estacionamento não deve ser ameaçada por árvores suspensas ou linhas de energia que irão bloquear a área se caírem. A área de estacionamento deve ser iluminada para acesso noturno.

1.3 O edifício está ameaçado por deslizamentos de terra? Evite encostas e áreas montanhosas onde é provável que ocorram deslizamentos de terra. Avalie a existência de cortes na estrada e construção acima do local. A infiltração de água e a ausência ou remoção de árvores e vegetação podem criar deslizamentos de terra.

1.4 O edifício é ameaçado pela queda de árvores, pedras, linhas de energia ou objetos que se possam soltar? Olhe para cima e ao redor para árvores altas e linhas de energia elétrica de média/alta tensão ou pedras de grande dimensão que possam cair sobre a ZCAP.

1.5 O edifício está localizado perto da fonte de material perigoso ou potencialmente perigoso? As ZCAP não devem estar localizados próximos de postos de gasolina, refinarias, áreas de armazenamento de combustível ou armazéns de produtos químicos perigosos, como solventes e / ou tintas, que podem ser facilmente inflamados. Considere que um incêndio numa estrutura como esta seria um perigo para a ZCAP. Na maioria dos casos, uma distância de 1500 metros ou mais é necessária para a área ser segura.

1.6 O edifício está ameaçado por uma rotura numa barragem ou num reservatório de água? Considere o que está a montante da ZCAP.

2 Tipo de construção

2.1 O prédio tem pelo menos 2 entradas e 2 saídas? Nenhum edifício deve ser usado que não tenha pelo menos duas entradas / duas saídas. As entradas devem ser verificadas quanto a riscos, como saliências, pilares ou outros riscos que possam bloquear as portas

2.2 As paredes estão em boas condições? Inspeccione as paredes quanto a novas rachaduras ou sinais de deterioração. Se pintado recentemente, pergunte o que havia em baixo antes de pintar...

2.3 Janelas e portas.

Todas as janelas e portas de vidro, devem ter proteções prontas para serem colocadas no lugar, se necessário. A segurança e a espessura dos quadros também são importantes. As molduras devem estar firmemente presas às paredes.

2.4 Os quadros estão protegidos?

Verifique a segurança da fixação dos mesmos nas paredes.

2.5 O telhado é seguro e está em boas condições?

Inspecione o telhado quanto a deformações, segurança das vigas e pontos de fixação.

2.6 Os conteúdos são adequados e seguros? Verifique se o conteúdo do prédio ainda é apropriado para o uso do prédio como ZCAP e se a segurança está disponível mesmo nos pontos mais sensíveis.

3 Equipamentos e serviços

3.1 / 2 O sistema elétrico é adequado e está em boas condições? Verifique a fonte de alimentação principal e qualquer gerador alternativo quanto ao funcionamento correto. Inspecione o sistema elétrico no prédio para quaisquer perigos ou possíveis problemas. Verifique todos os aparelhos elétricos fixos, como fogões, aquecedores de água quente, ventiladores, etc.

3.3 O fornecimento de água é adequado? Inspecione o sistema de água para quaisquer problemas. Verifique qualquer tanque de armazenamento quanto às condições de funcionamento e condições de higiene.

3.4 Existe uma área de serviços? Verifique se existe equipamentos de lavanderia quanto à condição, operação e limpeza da área de serviço.

3.5 Existem instalações sanitárias em bom estado?

Inspecione todas as instalações sanitárias quanto à condição, operação e limpeza.

3.6 Existe um sistema séptico em bom estado? Se um sistema séptico for usado, verifique a condição, a função e a manutenção. Verifique se existe fossa séptica, quanto a fugas de superfície ou sinais de falha do sistema.

3.7 / 8 Existe uma cozinha em bom estado? Inspecione a área da cozinha quanto à condição, operação do equipamento e limpeza. Verifique a área de armazenamento de alimentos quanto à limpeza e operação de qualquer equipamento de refrigeração.

3.9 / 10 A área externa da ZCAP está em boas condições? Verifique a existência no exterior de contentores do lixo, se existem mosquitos ou evidencia de outras pragas que possam ser um problema se a ZCAP for ocupada.

Apêndice nº 6 – Lista de verificação para Pré- ativação da ZCAP

LISTA DE VERIFICAÇÃO PARA PRÉ-ATIVAÇÃO DA ZCAP

Esta lista de verificação deve ser usada pelo coordenador da ZCAP, na preparação para a ativação da mesma.

Consulte as diretrizes para informações específicas sobre cada item.

		SIM	NÃO
1	Localização do edifício: _____		
1.1	Plano estratégico de ação delineado -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.2	Edifício inspecionado -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.3	Salas alugadas para atividades especiais -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.4	Recepção e armazenamento das provisões -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.5	Equipa de suporte mobilizada -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.6	Agentes de proteção civil e demais entidades cooperantes contactados ----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.7	Reuniões com a equipa de coordenação-----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.8	Reuniões organizadas com a população -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.9	Lista das necessidades e prioridades das ZCAP preparadas -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.10	ZCAP preparada -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Adaptado de: (Shelters and shelter management ,2005)

CERTIFICADO DE INSPEÇÃO

Este documento certifica que o edifício localizado em _____, foi devidamente inspecionado/avaliado e cumpriu satisfatoriamente todos os requisitos para ser instalado neste local uma Zona de Concentração e Apoio à População é recomendado / designado como um abrigo de emergência para acomodar um máximo de (número) _____ pessoas para os seguintes usos:

ABRIGO TEMPORÁRIO DE CURTO PRAZO **ABRIGO TEMPORÁRIO DE LONGO PRAZO**

RISCOS NATURAIS	<input type="checkbox"/>	RISCOS TECNOLÓGICOS	<input type="checkbox"/>
Inundações	<input type="checkbox"/>	Incêndios e explosões	<input type="checkbox"/>
Incêndios	<input type="checkbox"/>	Acidentes graves (Rodoviários, ferroviários, aéreos, marítimos)	<input type="checkbox"/>
Sismos	<input type="checkbox"/>	Acidentes graves com matérias perigosas	<input type="checkbox"/>
Ciclones e tornados	<input type="checkbox"/>	Contaminação (Água, ar e solo)	<input type="checkbox"/>
Enxurradas	<input type="checkbox"/>	Poluição Marítima	<input type="checkbox"/>
Tsunamis	<input type="checkbox"/>	Rotura de barragens	<input type="checkbox"/>
Deslizamento de terras	<input type="checkbox"/>		

Data: _____ Inspetor: _____ Título: _____

DIRETRIZES PARA O COORDENADOR DURANTE A PRÉ-ATIVAÇÃO DA ZCAP

Esta lista de verificação deve ser usada pelo coordenador da ZCAP, na preparação para a ativação da mesma.

1.1 Plano estratégico de ação delineado

Este plano dará uma visão geral de toda a operação no que diz respeito à coordenação da ZCAP, desde a Fase de preparação até à fase da recuperação. Deverá refletir o papel dos diferentes agentes de proteção civil na organização e gestão da ZCAP.

1.2 Construção inspecionada Verificações periódicas devem ser feitas para assegurar que instalações e equipamentos essenciais estejam em funcionamento e funcionando (água corrente, banheiros, sistema de comunicação, eletricidade, gerador de reserva). Verifique também se há defeitos no edifício (parafusos soltos / porcas, conexões, vazamentos, janelas e portas). Garantir segurança adequada; as chaves devem ser mantidas em um local seguro e de fácil obtenção.

1.3 Determine e aloque espaço na ZCAP de acordo com os metros quadrados por pessoa (4 metros quadrados por pessoa aproximadamente). Deverá ser fornecido espaço adequado para dormir, jantar, recreação, armazenamento, necessidades especiais, cozinhar, atividades veterinárias (animais de estimação) e outras atividades necessárias.

1.4 Receção e armazenamento de suprimentos

Um sistema deve ser concebido para obter, transportar, receber e armazenar alimentos e outros

suprimentos. Inventário adequado e verificação cuidadosa das datas de vencimento e defeitos em alimentos enlatados

itens são muito necessários.

1.5 Equipa de suporte mobilizada

Contato periódico com a equipa de suporte, participando em exercícios para manter a equipa preparada.

1.6 Agentes de proteção civil e demais entidades cooperantes contatados ----

É extremamente importante estar em contato constante com todos os agentes de proteção civil e entidades cooperantes, para que participem na organização das ZCAP.

1.7 Reuniões de coordenação

Reuniões com a equipa de coordenação das ZCAP, em intervalos regulares é crucial para o sucesso do seu funcionamento.

Devem ser atribuídas tarefas específicas a cada membro. A equipa também pode ajudar a elaborar regras e regulamentos, assim como preparar uma lista de atividades e equipamentos para a ZCAP.

1.8 Reuniões com a população

É necessário comunicar com a população antes que ocorra um desastre. Informações úteis sobre regras, regulamentos e outros assuntos pertinentes podem ser fornecidos para que as pessoas possam ficar melhor preparadas.

1.9 Lista de necessidades e prioridades dos alojados.

Deve ser dada atenção às várias necessidades e prioridades que os alojados podem necessitar. Essas necessidades podem ser emocionais, físicas, psicológicas, recreativas e espirituais.

1.10 Todas as tarefas necessárias foram concluídas para preparar a ZCAP para ocupação.

Apêndice nº 7 – Lista de verificação para ativação da ZCAP

LISTA DE VERIFICAÇÃO PARA ATIVAÇÃO DA ZCAP

Esta lista de verificação deve ser usada pelo coordenador da ZCAP, para a ativação da mesma.

Consulte as diretrizes para informações específicas sobre cada item.

	Localização do edifício: _____	SIM	NÃO
1.	Prepare-se para ocupação da ZCAP		
1.1	Equipa Presente -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.2	ZCAP aberta e verificada -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.3	Equipa registada -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.4	Equipa designada e com missão atribuída -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.5	Comunicações estabelecidas -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.6	Provisões solicitadas -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2	ZCAP aberta -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.1	Registo de entradas estabelecido -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.2	Plano de trabalho da ZCAP implementado -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.3	População informada -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.4	Agentes de proteção civil contactados -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.5	Recrutamento de voluntários -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.6	Provisões distribuídas -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.7	Escalas de trabalho afixadas -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.8	Reunião com as equipas -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.9	Impressos para registos preparados -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.10	Divulgação das regras da ZCAP -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.11	Preparação e distribuição de alimentos -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.12	Área de cuidados de médicos estabelecida -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.13	Atividades lúdicas na ZCAP -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.14	Verificações de segurança da ZCAP realizadas -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.15	Problemas identificados foram resolvidos? -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Adaptado de: (Shelters and shelter management ,2005)

Data: _____ Inspetor: _____ Título: _____

DIRETRIZES PARA O COORDENADOR DURANTE A ATIVAÇÃO DA ZCAP

Esta lista de verificação deve ser usada pelo coordenador da ZCAP para a ativação da mesma.

1. Prepare-se para ocupação de abrigo.

1.1 Equipa Presente

A equipa deve ser convocada o mais rápido possível, quando a decisão de abrir a ZCAP for tomada pelo Comandante das Operações de socorro.

1.2 ZCAP aberta e verificada

A ZCAP deve ser aberta imediatamente e permanecer aberta para permitir a entrada dos ocupantes.

1.3 Equipa registada

Todos os membros da equipa devem preencher um registo de entrada na ZCAP.

1.4 Equipa designada e com missão atribuída

A equipa deve ser designada e deve-lhe se atribuídas as missões planeadas. Uma revisão rápida de suas tarefas facilitará um fluxo tranquilo da operação da ZCAP e a elimina alguns problemas futuros.

1.5 Comunicações estabelecidas

Assegure-se de que telefones, rádios e qualquer outro equipamento de comunicação se encontra operacional. Estabeleça contato com o PCO/PCMun/CDOS.

1.6 Provisões solicitadas

Prepare requisições e adquira as provisões necessários para a operação da ZCAP. Use listas pré-planeadas para pedidos iniciais.

2. ZCAP aberta

2.1 Registo de entradas estabelecido

Todas pessoas que chegarem à ZCAP devem se registadas através do impresso próprio. Deve-se garantir a contabilização correta de todas pessoas entradas. Deve ser obtida toda a informação adicional possível como saúde, dieta, áreas de interesses e profissão.

2.2 Plano de trabalho da ZCAP implementado O plano de operações que foi preparado na fase de pré-ativação está agora implementado. É importante manter a flexibilidade, uma vez que as circunstâncias do evento real podem não ser exatamente como planeadas. A equipa deve estar continuamente alerta para quaisquer desvios e informar o coordenador para que as mudanças apropriadas sejam feitas. O plano deve ser revisto à medida que a operação se desenrola e

serem tomadas as devidas medidas, para que se promovam as mudanças necessárias.

2.3 População informada

Quando as pessoas são registadas, devem ser informadas sobre a forma como vai decorrer a sua estadia na ZCAP e quais as regras em vigor. Todas as pessoas devem ser incentivadas a facilitar o bom funcionamento da ZCAP. Devem ser promovidas reuniões regulares para informação e atualização da situação que na ZCAP, quer no exterior.

2.4 Agentes de proteção civil contactados

Devem ser efetuados relatórios escritos diariamente e informadas todos os agentes de proteção civil sobre a forma como se estão a desenrolar as operações dentro da ZCAP e para informá-los de quaisquer necessidades e problemas.

2.5 Recrutamento de voluntários

Se existirem voluntário, pode ser necessário o seu recrutamento, para que possam ajudar as equipas em certas tarefas, como por ex.: lavar louça, limpar e partilhar refeições, etc. Devem ser aproveitadas as capacidades dos voluntários para que possam colaborar em áreas como diferenciadas onde exista necessidade.

2.6 Provisões distribuídas

Devem ser distribuídas provisões não só aos alojados, como também aos voluntários e às equipas de trabalho. As equipas designadas para essa tarefa devem garantir que todas as necessidades dos alojados são garantidas, tendo em conta os recursos disponíveis na ZCAP. Devem ser efetuados todos os registos de entregas e receções de provisões.

2.7 Escalas de trabalho afixadas

Devem ser afixadas em locais estratégicos as escalas de trabalho dos elementos que fazem parte da equipa. Devem ser publicadas listas com organogramas, tarefas da equipa e informações como: horário de refeição, menu das refeições e cronograma de atividades.

2.8 Reunião com as equipas

Realizar reuniões periódicas com as equipas para verificar se o plano delineado se mantém adequado, para obter relatórios de progresso, ser atualizado sobre a situação, ser informado sobre problemas e soluções e planos futuros.

2.9 Impressos para registos preparados

Devem ser preparados os registos diários do inventário, para que possam ser fornecidas provisões e alimentos em quantidade necessária às pessoas que se encontram alojadas. Devem também ser registadas todas as ações tomadas, quais os problemas existentes e qual a solução para os mesmos.

2.10 Divulgação das regras da ZCAP

O pessoal da segurança e a restante equipa nomeada, devem ser capazes de garantir que as regras são seguidas por todos os alojados, de forma a garantir que se tenha convívio entre todos. A disciplina deve ser mantida em todos os momentos na ZCAP.

2.11 Preparação e distribuição de alimentos

As refeições devem ser preparadas a tempo, devendo existir um sistema de distribuição ordenado de forma a que a entrega das refeições possa decorrer sem problemas. Devem ser dadas prioridade aos doentes e pessoas com dificuldade de mobilidade.

2.12 Área de cuidados de emergência estabelecida

Deve ser criada uma sala onde possa funcionar uma área para cuidados de emergência onde devem existir preferencialmente médicos e enfermeiros. Se possível deverá também existir uma área dedicada aos tratamentos a pessoas com problemas psicológicos, emocionais e sociais. Pode ser útil providenciar uma sala separada para animais de estimação, saudáveis e feridos, e designar alguém para alimentar e cuidar deles.

2.13 Atividades lúdicas na ZCAP

Evite o tédio tanto quanto possível. Assegure-se que o cronograma de atividades seja variado e totalmente funcional. Mantenha os alojados ocupados. Assegure-se de que os interesses variados dos abrigos estejam satisfeitos. Faça uso das capacidades e experiências das pessoas alojadas para conseguir dinamizar as atividades recreativas, sociais e espirituais.

2.14 Verificações de segurança da ZCAP realizadas

A segurança contínua dos residentes da ZCAP é extremamente importante. Verifique os móveis, eletrodomésticos e equipamentos regularmente para garantir que não são perigosos. Se necessário proceda a pequenos arranjos.

2.15 Problemas identificados foram resolvidos

Problemas ocorrerão. Tais problemas podem ser médicos, sociais, mentais, físicos, financeiros ou interpessoais. Devem ser rapidamente informados ao coordenador da ZCAP. Procure ajuda dentro da ZCAP ou fora desta se não conseguir resolver o problema. Tente que a resolução do problema seja em consenso com todas as partes.

Apêndice nº 8 – Lista de Verificação para desativação da ZCAP

LISTA DE VERIFICAÇÃO PARA DESATIVAÇÃO DA ZCAP

Esta lista de verificação deve ser usada pelo coordenador da ZCAP, para a sua desativação. Consulte as diretrizes para informações específicas sobre cada item.

	SI	NÃO
	M	O
Localização do edifício: _____		
1. Desativação da ZCAP Concluída		
1.1 As pessoas alojadas têm para onde ir -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.2 Transporte para os alojados assegurado -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.3 Check-out dos alojados -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2 Detalhes administrativos concluídos		
2.1 Reunião final com a equipa -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.2 Reúna todos os impressos preenchidos -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.3 Registo de atividades concluído -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.4 Relatórios finais escritos -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3 Edifício limpo e restaurado		
3.1 Provisões e equipamentos devolvidos -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.2 Edifício inspecionado -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.3 Danos na estrutura -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.4 Abrigo limpo -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.5 Devolver as chaves do edifício -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Adaptado de : (Shelters and shelter management ,2005)

Data: _____ Inspetor: _____ Título: _____

DIRETRIZES PARA O COORDENADOR DURANTE A DESATIVAÇÃO DA ZCAP

Esta lista de verificação deve ser usada pelo coordenador da ZCAP para a ativação da mesma.

1. Desativação da ZCAP concluída

O processo de saída das pessoas das ZCAP deve ser gradual e ordenado. Autoridades e serviços competentes devem ser contatados e informados de qualquer situação que de acompanhamento.

1.1 As pessoas alojadas têm para onde ir

É importante que as pessoas que tiveram alojadas numa ZCAP, tenham a situação de habitabilidade das suas casas resolvida. Será difícil forçar as pessoas a sair quando não tiverem onde ir. O coordenador da ZCAP deve trabalhar com os representantes do serviço social para resolver esse problema.

1.2 Transporte para os alojados assegurado

Deve providenciar o transporte adequado para os alojados, especialmente os idosos e as pessoas com mobilidade reduzida.

1.3 Check-out dos alojados

Estabelecer um ponto de check-out para os alojados para que possa ser registada a sua saída da ZCAP. Certifique-se que cada pessoa leva consigo os seus pertences.

2. Detalhes administrativos concluídos

2.1 Reunião final com a equipa

Nesta reunião final, deve ser feita uma revisão de toda a operação da ZCAP, tomando nota do que funcionou bem e do que precisa ser melhorado numa operação futura. Observações e sugestões devem ser registadas e incluídas no relatório final. Toda a equipa deve receber uma avaliação de seu desempenho durante a operação.

2.2 Reúna todos os impressos preenchidos

Todos os formulários preenchidos (inscrições, stock`s de provisões, requisições de alimentação e recibos, etc.) devem ser verificados garantindo a sua precisão, uma vez que devem fazer parte do relatório final.

2.3 Registro de atividades concluído

O registro diário das atividades da ZCAP deve ser revisto quanto à exatidão e preenchido para submissão como parte do relatório final.

2.4 Relatórios finais escritos

Deve ser enviado um relatório final detalhado da ZCAP para os Serviços sociais do município, para o SMPC, que o deve apresentar posteriormente à CMPC.

Deste relatório deverá fazer parte todos os formulários preenchidos, assim como as situações que ficaram pendentes, assim como uma listagem da equipa e voluntários que fizeram parte da ZCAP. As inspeções ao edifício que foi utilizado como ZCAP, deverá também fazer parte do relatório.

3. Edifício limpo e restaurado

3.1 Provisões e equipamentos devolvidos

Todas as provisões e equipamentos que existentes no edifício devem ser acondicionados nos locais definidos para o efeito. Deve existir uma articulação com o SMPC de forma a articular o transporte e acondicionamento destes produtos.

3.2 Edifício inspecionado

O edifício deve ser cuidadosamente inspecionado para poder ser detetado qualquer dano que possa ter ocorrido como resultado de seu uso como ZCAP. É importante que exista inventário do conteúdo do edifício para se verificar se tudo está conforme. Pode ser útil ter o proprietário do edifício presente quando esta inspeção é feita.

3.3 Danos na estrutura

Entre em contato com o SMPC para informar sobre as necessidades de reparação.

3.4 Limpeza do abrigo

O equipa e os voluntários devem proceder a uma limpeza geral do edifício, tanto no interior como no exterior. Substitua os móveis e outros conteúdos do edifício que possam ter sido danificados. Peça ao proprietário do edifício para verificar se a limpeza é satisfatória.

3.5 Devolver as chaves do edifício

Apague as luzes, tranque as portas e devolva as chaves ao local apropriado.

Apêndice nº 9 – Registo de Admissão e saída na ZCAP

REGISTO DE ADMISSÃO E SAIDA NA ZCAP

PROCESSO Nº _____

Data: _____

Local: _____

Nome da ZCAP: _____

Dados da Pessoa:

Nome: _____

Data de Nascimento: _____

Morada: _____

Nacionalidade: _____

Profissão: _____

Estado Civil: _____

Acompanhantes: _____

Nome	Idade	Estado de Saúde	Profissão

Condições gerais de saúde do grupo:

Cuidados prioritários de saúde:

Saída da ZCAP

Causas:

Morada de destino: _____

Nome do proprietário da habitação: _____

Nacionalidade: _____

A habitação foi afetada: _____

Telefone: _____

Observações: _____

Adaptado de : (Shelters and shelter management ,2005)

Data: _____

Hora: _____

Responsável pelo registo: _____

Entidade: _____

Apêndice nº 10 – Registo de pessoa desaparecida

REGISTO DE PESSOA DESAPARECIDA

Sempre que existir o contato de existência de pessoas desaparecida, deverá ser preenchido este impresso, guardando cópia e entregando o original no posto de comando operacional municipal.

Data: _____
Local: _____
Telefone: _____
Dados da Pessoa
desaparecida:
Nome : _____
Data de Nascimento: _____
Ultima morada
conhecida: _____
Nacionalidade: _____
Profissão: _____
Estado Civil: _____
Nome do Cônjuge: _____
Data e detalhes dos
últimos contatos: _____

Familiars que
acompanham a pessoa
desaparecida:
Nome: _____
Data de Nascimento: _____
Nome: _____
Data de Nascimento: _____
Nome da pessoa que
informa o
desaparecimento:
Data de Nascimento: _____
Nacionalidade: _____
Relação com os
desaparecidos: _____
Morada: _____

Telefone: _____
Observações: _____

Adaptado de : (Shelters and shelter management ,2005)

Data: _____ Hora: _____

Responsável pelo registo: _____ Entidade: _____

Apêndice 12 - Questionário

24/06/2019

PLANO SETORIAL DE APOIO PSICOSSOCIAL À POPULAÇÃO

PLANO SETORIAL DE APOIO PSICOSSOCIAL À POPULAÇÃO

O meu nome é Luís Miguel Gil Mestre e o presente questionário integra o Trabalho final de Mestrado em Riscos e Proteção Civil, do Instituto Superior de Educação e Ciências e tem como objetivo principal recolher informações, sobre a forma como os Serviços Municipais de Proteção Civil podem operacionalizar um plano setorial de apoio psicossocial à população. Trata-se de um trabalho académico, sendo garantido o total sigilo e anonimato sobre as opiniões emitidas. O sucesso deste trabalho depende da sua colaboração, pelo que apresento antecipadamente os meus agradecimentos.

*Obrigatório

1. Idade *

Marcar apenas uma oval.

- 18 ANOS - 30 ANOS
 31 ANOS - 40 ANOS
 41 ANOS - 50 ANOS
 51 ANOS - 60 ANOS
 > 61 ANOS

2. Sexo *

Marcar apenas uma oval.

- Masculino
 Feminino

3. Habilitações Literárias *

Marcar tudo o que for aplicável.

- Ensino Básico
 Ensino Secundário
 Ensino Superior
 Pós Graduação
 Mestrado
 Doutoramento
 Outra opção

4. Qual o Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) onde exerce funções? *

5. Função desempenhada no Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) *

Marcar apenas uma oval.

- Coordenador Municipal de Proteção Civil
 Técnico Superior
 Assistente Técnico
 Assistente Operacional
 Outra

6. Há quantos anos desempenha funções no SMPC? *

Marcar apenas uma oval.

- menos de 1 ano
 entre 1 ano e 5anos
 entre 6 anos e 10 anos
 mais de 10 anos

RISCOS DO MUNICÍPIO

Nesta seção pretende-se, no âmbito da Proteção Civil avaliar os riscos existentes no seu município

7. Quais os principais riscos no seu município? **Marcar tudo o que for aplicável.*

- Riscos Naturais
- Riscos Tecnológicos
- Riscos Mistos (incêndios florestais)

8. Se respondeu "riscos naturais" na pergunta anterior, identifique os aplicáveis*Marcar tudo o que for aplicável.*

- Nevões
- Ondas de calor
- Vaga de frio
- Secas
- Cheias e Inundações
- Galgamentos costeiros
- Sismos
- Tsunamis
- Movimento de massa em vertentes
- Erosão Costeira

9. Se respondeu "riscos tecnológicos" na pergunta anterior, identifique os aplicáveis*Marcar tudo o que for aplicável.*

- Acidentes Rodoviários
- Acidentes Ferroviários
- Acidentes fluviais/marítimos
- Acidentes aéreos
- Transporte Terrestre de Mercadorias
- Acidentes em infraestruturas fixas de transporte de produtos perigosos
- Incêndios Urbanos
- Emergências Radiológicas
- Edifícios de Elevada Concentração populacional
- Incêndios em Centros Históricos
- Colapso de Túneis, pontes e Infraestruturas
- Rutura de Barragens
- Substâncias Perigosas

CARATERIZAÇÃO DAS ZONAS DE CONCENTRAÇÃO E APOIO À POPULAÇÃO

Sempre que estamos perante um acidente grave ou catástrofe poderá ser necessário implementar Zonas de Apoio às populações, desta forma pretende-se, avaliar de forma sumária como isso acontece no seu município

10. Para implementar uma ZCAP, o seu SMPC possui alguma lista de verificação/análise que lhe permita escolher os edifícios que pretende utilizar para esse efeito? **Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não

11. Se respondeu sim, indique quais os aspetos principais que foram levados em conta

12. A instalação de ZCAP no seu concelho estão previstas em: *

Marcar tudo o que for aplicável.

- Instalações dedicadas
- Instalações com outras utilizações que são adaptadas para ZCAP
- Instalações provisórias (tendas) instaladas para o efeito

13. As ZCAP do seu município foram escolhidas tendo em conta: *

Marcar tudo o que for aplicável.

- A sua localização
- O número de pessoas que pode receber
- As infraestruturas existentes no edifício
- O fato serem edifícios públicos
- O tipos de risco existente no concelho
- Outra: _____

14. Alguma vez foi implementada uma ZCAP no seu concelho? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

15. Se sim, diga qual o motivo

16. Quantas ZCAP pode operacionalizar no seu concelho? *

Marcar apenas uma oval.

- 0-5
- 6-10
- 11-15
- 16-20
- + de 21

17. UMA ZCAP PODE TER CINCO ZONAS DISTINTAS - (Zona de Coordenação/ Zona de Identificação, Recepção e Triagem/ Zona de Acolhimento / Zona de Cuidados Médicos / Zona de Apoio Logístico e Serviços). Das ZCAP que pode operacionalizar no seu concelho quantas permitem constituir estas cinco zonas? *

18. Cada uma das suas ZCAP encontra-se devidamente guarnecida de equipamentos de resposta (ex. camas de campanha, comida, água, etc.)? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

19. Se respondeu sim à pergunta anterior, que tipo de equipamento dedicado existe em cada uma das ZCAP, para além do que já constitui o recheio do edifício escolhido?

20. Se ativadas várias ZCAP em simultâneo de que forma faz a gestão das mesmas no seu município? *

21. Considera que a criação do Núcleo de Coordenação ao Apoio Psicológico e Social de Emergência no âmbito do Sistema de Gestão de Operações, torna mais adequada a resposta psicossocial às populações?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Talvez

22. Considera necessário a existência de um plano específico para o apoio psicossocial às populações?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Talvez